

FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO

DANIEL ALEXANDRE NUNES

“COMO É VIVER AQUI?”:
narrativas sobre as dinâmicas socioculturais de imigrantes venezuelanos no
Sul do Brasil (Parobé – RS)

TAQUARA

2026

DANIEL ALEXANDRE NUNES

**“COMO É VIVER AQUI?”:
narrativas sobre as dinâmicas socioculturais de imigrantes venezuelanos no
Sul do Brasil (Parobé – RS)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Orientador: Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr

TAQUARA

2026

DANIEL ALEXANDRE NUNES

**“COMO É VIVER AQUI?”:
narrativas sobre as dinâmicas socioculturais de imigrantes venezuelanos no
Sul do Brasil (Parobé – RS)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Dedico este trabalho aos imigrantes que, dia após dia, seguem realizando travessias em busca de dignidade, oportunidades e recomeços. Aos homens e mulheres que, diante das incertezas do caminho, carregam consigo memórias, afetos e esperanças. Em especial aos imigrantes venezuelanos que compartilharam suas histórias nesta pesquisa. Suas narrativas marcadas por resiliência e coragem deram sentido a esta investigação, assim como revelam que, muitas vezes, é no meio da travessia que a vida encontra novas possibilidades de recomeço.

AGRADECIMENTOS

Chegar a este momento parecia, há algum tempo, algo distante e quase impossível. Hoje, ao olhar para trás e perceber todo o caminho percorrido, meu coração se enche de gratidão e emoção. Uma pesquisa é feita por mãos e vozes diversas; muitas vezes, um simples gesto de cumprimento ou uma palavra amiga se transforma em motivo para seguir adiante.

Minha gratidão a Deus, pelo fôlego de vida e por me permitir chegar ao fim de mais uma missão, talvez uma das mais difíceis que já labutei. Entre “bombardeios” e lutas, quando a escrita teimava em não fluir, sentado por horas a fio, e o desespero parecia sufocar, sentia sua presença e, com isso, renovava minha força e coragem.

Agradeço profundamente aos meus pais, Elaine Paroly dos Santos Nunes (*in memoriam*) e Renato Antônio Nunes, por todo esforço, amor e ensinamentos que me acompanharão por toda a vida.

À minha amada esposa, Dieila dos Santos Nunes, que desde nossos primeiros encontros falava com seriedade sobre os estudos, como um mantra que abriria portas para nossa ascensão e voos mais altos. Suas palavras foram entrando silenciosamente em meu inconsciente, fazendo-me acreditar que, por mais difíceis que fossem os obstáculos, desistir não era uma opção. Lembro-me das noites em que ainda resistia e você me incentivou a buscar minha documentação para realizar a matrícula no curso de História. Obrigado, amor. Você é minha inspiração diária!

Agradeço ao meu orientador, Dr. Daniel Luciano Gevehr, por compartilhar seu conhecimento e dedicar-se com tanta generosidade à minha orientação. Ao longo do mestrado, você se tornou mais que um mentor: um amigo e uma inspiração. Minha admiração por você, tanto no âmbito profissional quanto pessoal, é imensa. Gratidão por cada incentivo e por acreditar no meu potencial.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), em especial aos professores que generosamente compartilharam seus conhecimentos ao longo destes dois anos.

Um agradecimento especial à querida professora Dilani Silveira Bassan, por compartilhar tanto conhecimento e material que enriqueceram a escrita desta pesquisa. Minha admiração pela seriedade e dedicação com que conduz suas pesquisas é imensa. Obrigado, professora.

À professora Magna Lima Magalhães, agradeço por enriquecer minha pesquisa com suas observações precisas e valiosas, que deram forma e maior profundidade a este trabalho.

Ao professor Rodrigo Luis dos Santos, meu reconhecimento pelo conhecimento compartilhado e pela forma comprometida com que contribuiu para esta pesquisa. Você tem minha admiração!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa integral concedida, que tornou possível a realização do meu mestrado. Sou imensamente grato por essa oportunidade, que abriu caminhos e possibilitou minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos colegas do mestrado pelos momentos compartilhados ao longo do curso. Em especial, ao Osiel e à Vitória, pelas conversas, risadas e companheirismo que tornaram o ambiente mais leve e acolhedor. Crescemos juntos, aprendemos uns com os outros, e cada um de vocês ocupa um lugar especial no meu coração.

E, por fim, agradeço à equipe da Assistência Social de Parobé, por me receber de braços abertos desde o primeiro contato, permitindo minha participação nas reuniões e a exposição da pesquisa, bem como pelas valiosas contribuições no questionário. Espero que esta pesquisa possa, de alguma forma, retribuir o apoio recebido e colaborar para o fortalecimento do serviço e a integração da comunidade venezuelana.

Aos venezuelanos, meu sincero agradecimento por abrirem suas casas e compartilharem, com generosidade, suas histórias e experiências de vida, permitindo que suas trajetórias fossem conhecidas e respeitadas.

*“Digo: o real não está na saída nem na
chegada: ele se dispõe para a gente é no
meio da travessia”
(Guimarães Rosa, 1994, p. 86).*

*“Você tem que cuidar de mim, e eu tenho
que cuidar de você.”
(Entrevistado 4, 2025).*

RESUMO

Esta dissertação aborda as experiências de inserção sociocultural narradas por imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS, tomando como ponto de partida a intensificação dos fluxos migratórios contemporâneos e seus desdobramentos territoriais, sociais e culturais no Brasil. À luz de Eberhardt (2018), a migração é compreendida como fenômeno histórico e atual; de Sayad (2000), como fato social total; de Castles e Miller (2009), como processo global que transforma sujeitos e territórios; e de Hall (2006), como experiência marcada pela constante reformulação das identidades. No campo do desenvolvimento regional, a pesquisa dialoga com Max-Neef (1986) e Milton Santos (2006), ao entender o território como espaço relacional, atravessado por dinâmicas econômicas, culturais e institucionais. O objetivo geral consistiu em analisar as experiências de inserção sociocultural narradas pelos imigrantes venezuelanos que residem em Parobé/RS. A fundamentação teórica articula estudos sobre migração, mobilidade, cultura, território, memória e identidade, mobilizando, entre outros, Baeninger e Peres (2017), Bourdieu (1997), Cresswell (2011), Urry e Sheller (2006) e Staudt (2023). No plano metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, ancorada na história oral, conforme Ataíde (2016), Lang (1996) e Thompson (1998). O *corpus* foi constituído por levantamento bibliográfico e documental, aplicação de questionário à gestão municipal da assistência social e realização de entrevistas semiestruturadas com dez imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS. Após a transcrição e revisão dos relatos, os dados foram organizados em três eixos interpretativos: integração cultural, redes sociais e apoio, e identidade e pertencimento. Os resultados evidenciam que a inserção sociocultural dos venezuelanos em Parobé/RS não ocorre como assimilação linear, mas como processo heterogêneo, relacional e negociado. No eixo da integração cultural, observou-se que os entrevistados constroem estratégias de adaptação ao contexto local sem romper integralmente com referências do país de

origem. No eixo das redes sociais e de apoio, constatou-se que benefícios institucionais, escola, creche e serviços públicos desempenham papel decisivo na sobrevivência inicial das famílias; contudo, tais apoios mostram-se parciais, condicionados e, por vezes, burocraticamente limitados, o que dificulta uma integração mais estável. Além disso, há narrativas que revelam distribuição desigual das responsabilidades de acesso aos serviços públicos no interior das famílias, recaindo frequentemente sobre as mulheres. No eixo identidade e pertencimento, verificou-se que a memória da Venezuela permanece como elemento basilar da experiência migratória, produzindo pertencimentos múltiplos, ambivalentes e em permanente reconstrução. Conclui-se, assim, que a inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos em Parobé/RS constitui processo em curso, atravessado por assimetrias de poder, mediações institucionais e negociações identitárias contínuas, o que demanda o fortalecimento de políticas públicas e redes locais de acolhimento capazes de ampliar pertencimento, estabilidade e acesso efetivo a direitos.

Palavras-chave: Migração venezuelana. Inserção sociocultural. Desenvolvimento regional. Território. História oral.

ABSTRACT

consequThis dissertation addresses the experiences of sociocultural integration narrated by Venezuelan immigrants residing in Parobé/RS, taking as its starting point the intensification of contemporary migratory flows and their territorial, social, and cultural unfolding in Brazil. Following Eberhardt (2018), migration is understood as a historical and current phenomenon; Sayad (2000) as a total social fact; Castles and Miller (2009) as a global process that transforms subjects and territories; and Hall (2006) as an experience marked by the constant reformulation of identities. In the field of regional development, the research engages with Max-Neef (1986) and Milton Santos (2006), understanding territory as a relational space, traversed by economic, cultural, and institutional dynamics. The general objective was to analyze the experiences of sociocultural integration narrated by Venezuelan immigrants residing in Parobé/RS. The theoretical framework articulates studies on migration, mobility, culture, territory, memory, and identity, drawing on, among others, Baeninger and Peres (2017), Bourdieu (1997), Cresswell (2011), Urry and Sheller (2006), and Staudt (2023). Methodologically, this is a qualitative, exploratory study anchored in oral history, as per Ataíde (2016), Lang (1996), and Thompson (1998). The corpus consisted of bibliographic and documentary research, a questionnaire administered to the municipal social assistance management, and semi-structured interviews with ten Venezuelan immigrants residing in Parobé/RS. After transcription and review of the accounts, the data were organized into three interpretative axes: cultural integration, social networks and support, and identity and belonging. The results show that the sociocultural integration of Venezuelans in Parobé/RS does not occur as a linear assimilation, but as a heterogeneous, relational, and negotiated process. Regarding cultural integration, it was observed that the interviewees construct adaptation strategies to the local context without completely breaking with references from their country of origin. Regarding social and support networks, it was found that institutional benefits, schools, daycare, and public services play a decisive role in the initial survival of families; however, such support is partial, conditional, and sometimes bureaucratically limited, which hinders more stable integration. Furthermore, narratives reveal an unequal distribution of responsibilities for accessing public services within families, frequently falling on women. Regarding identity and belonging, it was found that the memory of Venezuela remains a fundamental element of the migratory

experience, producing multiple, ambivalent, and constantly reconstructed senses of belonging. It can be concluded, therefore, that the sociocultural integration of Venezuelan immigrants in Parobé/RS is an ongoing process, marked by power asymmetries, institutional mediations, and continuous identity negotiations, which demands the strengthening of public policies and local support networks capable of expanding belonging, stability, and effective access to rights.

Keywords: Venezuelan migration. Sociocultural integration. Regional development. Territory. Oral history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Parobé/RS	19
Figura 2 - Mapa da rota que os venezuelanos percorrem pela BR-174	80
Figura 3 - Localização dos entrevistados venezuelanos nos bairros de Parobé/RS	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores socioeconômicos de Parobé/RS	20
Quadro 2 - Perfil dos venezuelanos entrevistados em Parobé	90

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AM	Amazonas
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CIEJA	Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DPU	Defensoria Pública da União
EUA	Estados Unidos da América
FACCAT	Faculdades Integradas de Taquara
FUA	Áreas Urbanas Funcionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MS	Mato Grosso do Sul
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PLURD	Planejamento Urbano, Regional e Demografia
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PR	Paraná
PROACOLHER	Português como Língua de Acolhimento
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade Federativa
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	MIGRAÇÕES NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	26
2.1	Migração: conceito e enquadramento geral	26
2.2	Marcos legais sobre migração no Brasil: mudanças ao longo do tempo ..	34
2.3	Migração contemporânea e inserção sociocultural dos venezuelanos no Sul do Brasil	38
3	MIGRAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE: MEMÓRIAS, TERRITÓRIOS E REDES DE PERTENCIMENTO	49
3.1	Cultura, aculturação e hibridização nos processos de inserção migrante	49
3.2	Territorialidade e migração: desterritorialização, reterritorialização e poder	52
3.3	Redes de acolhimento e mediações sociotécnicas na inserção migrante	56
3.4	Narrar-se para pertencer: memória e identidade na experiência migrante	61
4	MEMÓRIA NARRADA E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DOS VENEZUELANOS EM PAROBÉ/RS: UMA ANÁLISE POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL	66
4.1	A história oral como via de acesso às experiências migratórias	66
4.2	Procedimentos metodológicos e construção do <i>corpus</i> empírico	71
4.3	Território da pesquisa: diáspora venezuelana e contexto local	76
4.4	Narrativas institucionais da assistência social: análise da entrevista	85
4.5	Narrativas migrantes: análise das entrevistas de história oral	89
4.5.1	Perfil dos venezuelanos entrevistados	90
4.5.2	Integração Cultural	92
4.5.3	Redes de apoio, instituições e limites da proteção social	109
4.5.4	Identidade e Pertencimento	128
4.5.5	Experiências socioculturais dos imigrantes venezuelanos em Parobé/RS	145
5	CONCLUSÃO	150
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES	166

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	167
APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS	170
APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - IMIGRANTES.....	171

1 INTRODUÇÃO

A imigração é um fenômeno simultaneamente antigo e atual. Segundo Eberhardt (2018), trata-se de um movimento de difícil definição, pois esteve e permanece presente em praticamente todos os acontecimentos históricos da humanidade. No cenário contemporâneo, marcado por crises humanitárias, instabilidades políticas e desigualdade global, o número de deslocamentos forçados tem crescido substancialmente. De acordo com o relatório *Global Trends 2024*, publicado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2025) e lançado em junho de 2025, cerca de 123,2 milhões de pessoas estavam forçosamente deslocadas até o final de 2024, cifra que inclui 42,7 milhões de refugiados e 73,5 milhões de deslocados internos. Ainda que tímida, houve uma leve retração nos primeiros meses de 2025, com número estimado em 122,1 milhões até abril.

A complexidade desses fluxos migratórios exige abordagens analíticas capazes de compreender suas implicações territoriais, institucionais e socioculturais. Nesse sentido, a área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD) desempenha papel fundamental ao examinar as repercussões que tais processos produzem nos territórios, em especial, no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas. Esta dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR/FACCAT), inserido nessa área de concentração, e integra a linha de pesquisa “Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-Estar Social”, coordenada pelo professor Dr. Daniel Luciano Gevehr.

O campo do Desenvolvimento Regional é compreendido, no âmbito do programa, como uma perspectiva interdisciplinar voltada à análise das dinâmicas territoriais, das políticas públicas e das transformações socioeconômicas que incidem sobre diferentes escalas espaciais. Nessa abordagem, o desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, mas envolve dimensões sociais, culturais, institucionais e identitárias que conformam os territórios. Max-Neef (1986), quando propõe uma concepção de desenvolvimento centrada nas necessidades humanas fundamentais, como liberdade, participação e afeto, reforça a ideia de que o desenvolvimento ocorre quando essas necessidades são atendidas de forma equilibrada e contextualizada às especificidades locais.

Assim, esta dissertação integra o projeto de pesquisa “Processos migratórios no cenário contemporâneo do Vale do Paranhana (RS): trajetórias, inserção social, processos midiáticos e acesso à rede de atenção à saúde”, desenvolvido em 2021 no âmbito do PPGDR/FACCAT, sob coordenação do Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr. A presente investigação dialoga com esse escopo mais amplo ao analisar as experiências de inserção sociocultural de imigrantes venezuelanos no município de Parobé/RS¹, articulando mobilidade humana, território e desenvolvimento regional.

Nesse cenário, o fenômeno migratório não pode ser compreendido apenas como movimento físico entre pontos do mapa; trata-se, antes, de um processo relacional, atravessado por repertórios culturais, memórias individuais e coletivas, redes de sociabilidade, dinâmicas de trabalho e formas de pertencimento que se reconfiguram no encontro. Assim, ao considerar as migrações contemporâneas como experiências vividas no cotidiano, torna-se imprescindível deslocar o olhar do macro para o micro, do “fluxo” para as trajetórias, das estatísticas para as narrativas, a fim de compreender como pessoas migrantes significam sua presença no território e como negociam, em condições concretas, a construção de vínculos, identidades e projetos de vida.

No Brasil, a intensificação recente de fluxos migratórios provenientes da Venezuela tem se configurado como um acontecimento social de grande magnitude e capilaridade territorial. O deslocamento de venezuelanos ao longo da última década, motivado por um complexo entrelaçamento de fatores políticos, econômicos e sociais, recolocou no centro do debate questões estruturais relativas à hospitalidade, às políticas migratórias, ao acesso a serviços e à efetivação de direitos.

O país passou a experimentar, nesse contexto, com maior visibilidade, desafios relacionados à integração de migrantes em escolas, serviços de saúde, redes de assistência social e mercados de trabalho, bem como tensões simbólicas associadas a estigmas, preconceitos e hierarquias culturais. Entretanto, em paralelo a tais tensões, emergiram também práticas de acolhimento, solidariedade comunitária e

¹ O topônimo “Parobé” tem origem vinculada à inauguração da estação ferroviária local em 1903, cuja construção foi associada ao engenheiro João José Pereira Parobé, então Secretário de Obras do Estado. A denominação da estação consolidou-se como referência espacial e identitária, passando a designar o entorno e, posteriormente, o município. A escolha do nome inscreve-se no contexto da modernização promovida pela via férrea, que representou marco de urbanização, comércio e industrialização regional. A emancipação política de Parobé, oficializada em 1º de maio de 1982, reafirmou esse processo histórico de afirmação identitária, vinculando o nome da cidade tanto à memória da infraestrutura ferroviária quanto ao protagonismo de figuras ligadas ao progresso técnico-administrativo do Rio Grande do Sul.

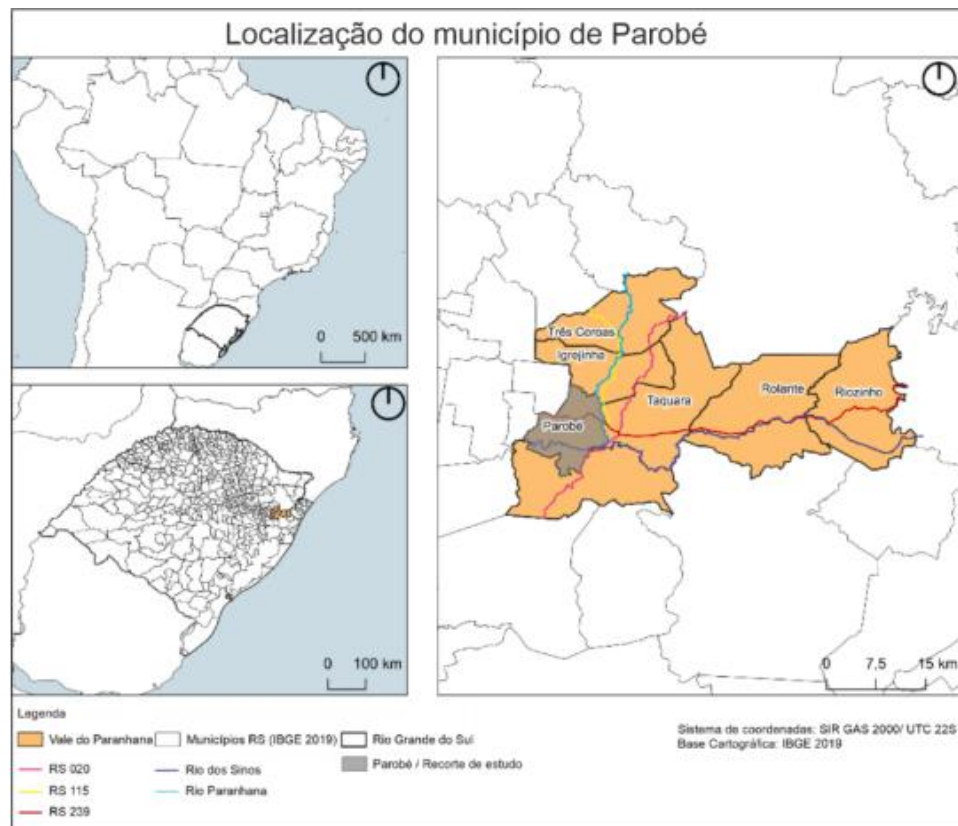
produção de redes, evidenciando que a inserção sociocultural não se reduz a um único roteiro, mas se organiza como processo heterogêneo, situado e atravessado por contingências locais.

A chegada de novos fluxos de imigrantes no Brasil e no mundo tem mudado o panorama social das cidades, especialmente nos aspectos cultural, trabalhista, de identidades étnicas e de sociabilidades. Diante disso, esta pesquisa se propõe a estudar o grupo de imigrantes venezuelanos, que tem crescido significativamente no país. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) indicam que, entre janeiro de 2010 e dezembro de 2022, mais de 350 mil venezuelanos obtiveram visto para residir no Brasil (Cavalcanti *et al.*, 2022). O estado do Rio Grande do Sul tem se destacado como um dos destinos dessa população, tendo acolhido cerca de 15.746 venezuelanos entre 2010 e 2022 por meio da Operação Acolhida. Essa iniciativa visa interiorizar os imigrantes e inseri-los no mercado de trabalho, especialmente em empresas do agronegócio, como frigoríficos e unidades de produção agropecuária (Siso; Picolotto, 2024).

Nessa perspectiva, o município de Parobé, situado na microrregião do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, oferece um campo fértil para compreender os modos como a migração venezuelana se inscreve em realidades regionais específicas. O município está inserido na microrregião do Vale do Paranhana, pertencente à região de Porto Alegre, a aproximadamente 70 km da capital. Possui uma população de 52.058 conforme o censo do IBGE de 2022, sendo o segundo município mais populoso do Vale do Paranhana, atrás apenas de Taquara, cidade mais antiga da região. O Vale do Paranhana é composto por 6 municípios, sendo eles Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

Para Bosa e Bugs (2021), Parobé, Taquara, Igrejinha, e Três Coroas possuem características que os distinguem de outros municípios, pois são regiões em que os centros urbanos interagem com a economia local. Por isso, são classificados como Áreas Urbanas Funcionais (FUA), conceito que se refere a “[...] unidades econômicas regionalmente caracterizadas por centros densamente habitados e por hinterlândias em que o mercado de trabalho é altamente integrado aos centros” (Bosa; Bugs, 2021, p. 174). A Figura 1, a seguir, apresenta a localização de Parobé no Vale do Paranhana.

Figura 1 – Localização do município de Parobé



Fonte: Bosa (2022).

O desenvolvimento urbano-industrial de Parobé e de outros municípios do Vale do Paranhana, conforme ilustrado na Figura 1, tem raízes anteriores à imigração alemã. Vestígios arqueológicos indicam a presença de povos indígenas na região há cerca de dois mil anos, cuja cultura material e práticas agrícolas constituem parte essencial da memória local. No século XVIII, tropeiros e fazendeiros portugueses já exploravam a área, com destaque para o cultivo de mandioca e milho, escoados pelo porto de Santa Cristina do Pinhal. A imigração alemã, iniciada em 1846, intensificou esse processo, seguida pela chegada da via férrea em 1903, que impulsionou a formação dos primeiros núcleos comerciais.

O município de Parobé/RS possui sua matriz histórica ligada às migrações, primeiramente, como já mencionado, pelos imigrantes alemães, alguns oriundos diretamente da Alemanha e outros vindos de colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Este passado ligado à imigração contribuiu para que Parobé fosse, por muito tempo, um polo da indústria calçadista, sendo conhecido como “a capital nacional do tênis, no Rio Grande do Sul” (Bosa, 2022). A fabricação de calçados foi um atrativo para

diferentes grupos de pessoas do estado e até mesmo de outras regiões do Brasil, que viam em Parobé como principal motivação o “aspecto econômico, de qualificação profissional e qualidade de vida” (Schneider, 1996). Logo, a cidade passou por profundas transformações estruturais, tanto no âmbito econômico quanto no tecido social, tornando-se um destino importante para os imigrantes em busca de melhores condições de vida.

Para compreender o impacto e a inserção desse contingente migratório no contexto local, torna-se necessário apresentar alguns indicadores socioeconômicos do município de Parobé/RS. Esses dados permitem delinear uma breve radiografia da cidade, situando o leitor quanto às condições estruturais que atravessam o território e que influenciam os processos de acolhimento e integração da população migrante.

Quadro 1 – Indicadores socioeconômicos de Parobé/RS

INDICADOR	VALOR	FONTE
População total (Censo 2022)	52.058 habitantes	IBGE
Densidade demográfica	478,88 hab./km ²	IBGE
PIB per capita	33.154,28 R\$	IBGE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,704	IBGE
Pessoal ocupado em empregos formais	16.535 pessoas	IBGE
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (em salários-mínimos)	1,9 salários-mínimos	IBGE
Taxa de escolarização (6 a 14 anos)	99,22 %	IBGE
Mortalidade infantil	8,86 óbitos por mil nascidos vivos	IBGE
Setor econômico predominante	Industrial	IBGE

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE Cidades, Censo Demográfico 2022 e indicadores socioeconômicos municipais (2024).

Os indicadores apresentados revelam que Parobé configura-se como um município de porte médio, com população superior a 52 mil habitantes, economia fortemente vinculada ao setor industrial e rendimentos médios relativamente baixos. Essa estrutura socioeconômica constitui o cenário no qual se insere a população migrante residente no município, evidenciando um território marcado por dinâmicas produtivas específicas e por desafios socioeconômicos que atravessam sua configuração urbana e social.

De acordo com dados da plataforma Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD), vinculada ao Cadastro Único da Secretaria de Assistência Social, Parobé/RS registrava aproximadamente 266 imigrantes venezuelanos em 2024. Considerando os dados do Censo 2022 do IBGE, que apontam uma população de 52.058 habitantes, esse contingente correspondia a cerca de 0,5% da população local. Embora proporcionalmente reduzido, o grupo passa a integrar um território historicamente associado a fluxos migratórios anteriores, tensionando narrativas identitárias e dinâmicas sociais previamente consolidadas. A presença desse novo fluxo migratório, distinto daquele ocorrido no século XIX, permite repensar a região não apenas por seus aspectos geográficos e econômicos, mas, conforme propõe Milton Santos (2006), como um espaço dinâmico, constituído por relações sociais em constante transformação.

Esta pesquisa se inscreve no horizonte analítico até aqui delineado e toma como objeto as experiências de inserção sociocultural de imigrantes venezuelanos residentes no município de Parobé/RS. Ao falar em “inserção sociocultural”, não se pretende adotar um entendimento normativo, como se integrar significasse, necessariamente, assimilar-se a um padrão cultural pré-existente. Ao contrário, compreende-se a inserção como processo de negociação, no qual sujeitos migrantes reconstróem modos de viver e de significar o mundo, ao mesmo tempo em que interagem com repertórios locais, produzem redes, enfrentam barreiras e se apropriam, de forma criativa e, por vezes, conflitiva, de oportunidades disponíveis no território.

Diante desse recorte, esta dissertação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: *Como têm sido as experiências de inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos que residem em Parobé (RS)?* A formulação do problema orienta a investigação no sentido de compreender processos vividos e narrados, privilegiando o ponto de vista dos sujeitos migrantes como fonte de conhecimento sobre o território e sobre a própria migração. A pergunta não se limita a registrar eventos ou descrever condições; busca, sobretudo, captar experiências, isto é, os modos como as pessoas interpretam, sentem, elaboram e comunicam suas trajetórias de deslocamento e de permanência. Ao assumir as narrativas como via privilegiada, a pesquisa enfatiza que a migração é também experiência de linguagem, afinal, aquilo que se vive é, em alguma medida, reelaborado e compartilhado em forma de memória, relato, silêncio ou expectativa.

Em coerência com tal problema, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as experiências de inserção sociocultural narradas pelos imigrantes venezuelanos que residem em Parobé (RS). Desdobram-se desse objetivo quatro objetivos específicos, sendo eles: i) Identificar o processo de entrada em Parobé e a distribuição dos venezuelanos nos bairros do município pesquisado; ii) Registrar as memórias desses migrantes em relação ao seu país de origem; iii) Compreender os motivos pelos quais esses migrantes estão residindo em Parobé, bem como suas perspectivas de ascensão social; iv) Verificar quais são as oportunidades sociais recebidas pelos imigrantes venezuelanos no município de Parobé/RS e como se dá a dinâmica de inserção deles na comunidade local e regional.

Esta pesquisa justifica-se, sobretudo, por sua relevância e originalidade, uma vez que a temática das migrações contemporâneas, em especial os fluxos de venezuelanos para o Rio Grande do Sul, com foco no município de Parobé, ainda permanece pouco explorada no campo acadêmico. Observa-se que parte significativa das investigações sobre esse grupo de migrantes concentra-se nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e, em geral, privilegia recortes que não aprofundam suficientemente as dimensões socioculturais da experiência migratória. Tal lacuna reforça o interesse e a pertinência desta investigação; embora existam alguns estudos desenvolvidos no Rio Grande do Sul, eles tendem a enfatizar, prioritariamente, a inserção laboral desses imigrantes. Desse modo, ainda são escassas as pesquisas voltadas à compreensão de suas experiências socioculturais em um novo território, especialmente no que se refere aos processos de acolhimento, pertencimento, adaptação e reconstrução de vínculos sociais e identitários.

No Brasil, os fluxos migratórios são amparados juridicamente pela Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), que estabelece, em seu art. 1º, os direitos e deveres do migrante e do visitante, além de regular sua entrada e permanência no país e de definir princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas ao emigrante (Brasil, 2017). No mesmo dispositivo legal, considera-se imigrante a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha, reside ou se estabelece de forma definitiva no Brasil. A referida legislação assegura diversas garantias a essa população, entre as quais se destacam a inclusão social, laboral e produtiva. Contudo, embora haja previsão legal, sua efetivação ainda se mostra limitada, porque a mera inserção no mercado de trabalho não é suficiente para responder à complexidade dos desafios enfrentados pelos trabalhadores imigrantes,

que, em muitos casos, são submetidos a atividades perigosas, precárias e mal remuneradas (Colombo, 2015).

Para além do acesso ao mercado de trabalho, a legislação anteriormente mencionada assegura aos imigrantes “os direitos e as liberdades civis, sociais, culturais e econômicas” (Brasil, 2017). É com base nessa compreensão, ancorada na Lei nº 13.445/2017, que este estudo se estrutura, partindo do pressuposto de que a condição migratória não se restringe à inserção laboral, mas envolve também o pleno exercício de direitos sociais e culturais. Nessa direção, este trabalho tem como foco analisar o processo migratório e a dinâmica de inserção sociocultural de imigrantes venezuelanos no município de Parobé, situado no Vale do Paranhana. Considerando que as experiências culturais desses sujeitos, bem como suas formas de reconstrução identitária, incidem sobre a dinâmica dos espaços em que passam a viver, torna-se fundamental compreender de que modo constroem suas identidades e buscam integrar-se à nova sociedade.

No caso do município de Parobé/RS, objeto de estudo desta pesquisa, não foram localizados trabalhos que analisassem o processo migratório e a dinâmica de inserção sociocultural de venezuelanos em sua relação com o desenvolvimento regional. Além disso, trata-se de um município cujo processo histórico de desenvolvimento esteve profundamente vinculado aos movimentos migratórios, inicialmente com a presença de colonos alemães na constituição da vila, em interação com portugueses e populações nativas, e, posteriormente, com a chegada de pessoas oriundas das zonas rurais, atraídas pelas oportunidades de trabalho decorrentes da modernização da agricultura e, principalmente, da expansão industrial (Pereira, 2013). Nesse sentido, considera-se pertinente analisar, diante da presença desse novo grupo de imigrantes, como se configura sua inserção social e de que modo se constroem suas experiências migratórias em um novo território.

Sabe-se que a realidade dos imigrantes venezuelanos continua repercutindo e apresentando reflexos em solo brasileiro atualmente. A migração dos venezuelanos para o Sul do Brasil se manifesta como um evento complexo e de significância multiforme, instigado por implicações socioculturais, políticas e econômicas, tanto para o Brasil quanto para o Sul do País. Conforme Arango (2000) e Cavalcanti *et al.* (2016), a migração para o Brasil trata-se de um fluxo denso com magnitude não observada para qualquer nacionalidade nas últimas décadas, pois permite

problematizar na coletividade brasileira questões inerentes à raça, cultura, gênero, identidade e política migratória.

Nesse sentido, frente à atual realidade da migração venezuelana no Vale do Paranhana, este estudo se justifica pela sua relevância acadêmica, devido à escassa abordagem sobre o tema. A partir de um levantamento de dados realizado pelo grupo de pesquisa “Instituições, Sociedade, Cultura e Bem-estar Social”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara, foram analisadas dissertações defendidas em 52 programas distribuídos pelas cinco regiões do Brasil, totalizando mais de 320 trabalhos relacionados à temática migratória.

O dado mais expressivo, contudo, é a baixa ocorrência de dissertações que abordam imigrantes venezuelanos; apenas um trabalho foi identificado, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o que representa cerca de 0,3% do total analisado. Essa lacuna revela-se preocupante, considerando a relevância política, econômica e social desse fluxo migratório no Brasil, especialmente diante da Operação Acolhida e do processo de interiorização de venezuelanos em estados como Roraima, Amazonas, Paraná e, de modo significativo, no Rio Grande do Sul.

A escolha metodológica desta dissertação decorre diretamente da natureza do problema de pesquisa. Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, orientada pela compreensão de experiências e significados. O objeto de estudo é constituído pelas experiências de inserção sociocultural narradas por imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS, compreendendo as narrativas como fonte privilegiada para acessar memórias, percepções, estratégias e interpretações dos sujeitos sobre sua trajetória migratória e sua vida no território de acolhida.

Nesse contexto, a história oral assume centralidade como procedimento e como postura epistemológica: ouvir, registrar, transcrever e analisar relatos implica reconhecer que a memória é construção, que a experiência é narrada a partir do presente e que o testemunho carrega, simultaneamente, dimensões individuais e coletivas. As entrevistas, realizadas em formato semiestruturado, permitem conjugar um roteiro orientador, coerente com os objetivos específicos, com abertura para que os participantes elaborem, em seus próprios termos, o que consideram relevante em sua trajetória. Complementarmente, a pesquisa mobiliza levantamento bibliográfico para contextualização teórica e análise documental quando pertinente, compondo um

quadro interpretativo capaz de articular narrativas individuais a dinâmicas sociais e institucionais do território.

A organização do texto acompanha esse percurso. Após esta Introdução, na qual se apresentam o tema, o problema, os objetivos, a justificativa e a metodologia, o Capítulo 2 discute a migração como fenômeno histórico e contemporâneo, situando o debate sobre fluxos, políticas migratórias e direitos, com atenção aos elementos que permitem compreender a migração venezuelana no Brasil. Na sequência, o Capítulo 3 aprofunda o arcabouço teórico sobre cultura, identidade, memória e pertencimento, destacando como sujeitos migrantes produzem sentidos e redes em territórios de chegada. O Capítulo 4 apresenta a pesquisa empírica, descrevendo o campo, o perfil dos participantes e a análise das narrativas, organizada por eixos que permitem compreender as dinâmicas de inserção sociocultural em Parobé/RS. Por fim, a Conclusão retoma a pergunta de pesquisa e os objetivos, sistematiza os achados e aponta implicações para o debate acadêmico e para a reflexão sobre políticas e práticas de acolhimento em escala local e regional.

2 MIGRAÇÕES NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Neste capítulo, a migração será discutida como fenômeno histórico e contemporâneo, a fim de mostrar como diferentes trajetórias revelam vínculos, afetos e projetos de vida. Para isso, serão apresentados conceitos que ajudam a compreender a pluralidade das experiências migratórias. Também serão analisados marcos legais que orientam a imigração no Brasil e no mundo. Por fim, destacar-se-á a maneira pela qual esses movimentos produzem identidades, memórias e pertencimento.

2.1 Migração: conceito e enquadramento geral

A imigração é um fenômeno novo e ao mesmo tempo velho, segundo Eberhardt (2018); pode ser considerado um movimento complexo de se definir, porque dentro da história da humanidade ela está presente em praticamente todos os acontecimentos. Ainda assim, ela assume outros contornos e possibilidades, à medida que se renovam os modos de produção e principalmente em cada fase do desenvolvimento do ser humano. A fase em curso do capitalismo, identificada pela chamada “reestruturação produtiva²”, põe na rota de países periféricos, trabalhadores desempregados, em especial pessoas mais jovens em busca de melhores condições de vida. O quantitativo de imigrantes que se deslocam na atualidade ganhou uma proporção tão elevada que, para alguns autores, vivemos a “Era das Migrações” (Cavalcanti, 2017). Tal fato ocorre, segundo Cassarino (2008), porque existem diferentes projetos migratórios em curso, que se tornaram mais diversificados, assim convivem a migração de assentamento, a migração de retorno definitivo e a migração circular.

A migração de assentamento expressa a busca por condições de permanência e estruturação nos países de destino, como no caso dos venezuelanos que buscam no Brasil um recomeço. Já a migração de retorno definitivo corresponde à decisão

² A expressão reestruturação produtiva refere-se às mudanças ocorridas no processo de produção a partir dos anos 1970, marcadas pela introdução de novas tecnologias, flexibilização do trabalho e reorganização das empresas. Esse conceito está ligado à transição do modelo fordista/taylorista para formas mais flexíveis de produção, como o toyotismo, e implica em intensificação do ritmo de trabalho, terceirizações e precarização das relações laborais.

do migrante de encerrar sua trajetória no exterior e reinserir-se de forma estável em sua sociedade de origem, mobilizando recursos sociais, econômicos e institucionais para garantir sua reintegração. A migração circular, por sua vez, caracteriza-se por deslocamentos recorrentes entre origem e destino, geralmente associados a oportunidades econômicas ou educacionais, revelando a complexidade e a diversidade dos projetos migratórios contemporâneos. Essa última tem sido observada, por exemplo, entre imigrantes haitianos, que frequentemente alternam períodos de permanência em diferentes países em busca de melhores condições de trabalho e estabilidade (Cassarino, 2008).

A pluralidade das experiências supracitadas evidência que o retorno aos lugares de partida não pode ser compreendido como etapa final do ciclo migratório, mas, antes, como um processo dinâmico e multifacetado. Trata-se de um movimento condicionado por fatores sociais, econômicos e institucionais, cujas implicações são centrais para a compreensão das relações entre migração e desenvolvimento. Nessa perspectiva, dialoga-se com Sayad (2000), para quem a migração constitui um fato social total, atravessado por dimensões políticas, econômicas e culturais que extrapolam o mero deslocamento físico. De modo convergente, Castles e Miller (2009) ressaltam que os movimentos migratórios contemporâneos, no Brasil e em outras partes do mundo, configuram processos globais que transformam, simultaneamente, os sujeitos e os territórios. Ao se considerar esses deslocamentos ao longo da história, sejam eles de pessoas, saberes ou ideias, torna-se evidente que se está diante de processos de contato, troca e, sobretudo, transformação. É nesse sentido que Hall (2006) contribui ao afirmar que a identidade não é fixa nem acabada, mas se constitui como processo permanente de reformulação.

Desse modo, consoante Baeninger e Peres (2017), a imigração para o Brasil não pode ser vista unicamente como consequência de crises internas, mas como parte de um sistema global que envolve a inter-relação entre fatores locais e externos. Assim, as migrações no contexto brasileiro envolvem estratégias de sobrevivência em um sistema econômico profundamente desigual, que impõe inúmeras barreiras à integração social e ao desenvolvimento pleno dessas populações.

Segundo Lash e Urry (1994), retomados por Cresswell (2011), a imigração é mais do que o deslocamento de um espaço a outro, trata-se de um processo capaz de reconfigurar espaços, culturas e modos de vida. Para os autores, “a sociedade

moderna é uma sociedade em movimento” (Lash; Urry, 1994, p. 252). Nessa perspectiva, vivenciamos a migração sob o paradigma da mobilidade, no qual compreender as transformações nos lugares de chegada exige analisar dimensões como “tempo, redes, transporte, comunicação e informação” (Mattedi; Rosa, 2020, p. 9). Pensar as migrações a partir das novas mobilidades significa, portanto,

debruçar-se sobre um campo amplo e complexo, marcado pelas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais aceleradas pela globalização, pela crise dos Estados-nação, pelo aumento das desigualdades e conflitos locais, pelos efeitos da colonização e do imperialismo, pelo desenvolvimento do capitalismo, pelos processos de racialização e pela circulação de informações e bens.

Em consonância com o excerto anterior, Cresswell (2011) pontua que as diásporas atuais estão profundamente ligadas a relações de poder, evidenciadas na diferença entre aqueles que podem se mover e se comunicar com facilidade e aqueles que enfrentam barreiras para realizar deslocamentos semelhantes. Para o autor, a mobilidade redefine o cotidiano dos imigrantes ao criar redes de contato mediadas pela circulação de bens e informações. Complementarmente, Urry e Sheller (2006) destacam que é impossível compreender as imigrações contemporâneas sem considerar a influência das redes sociais sobre os fluxos migratórios. Dessa forma, tanto Cresswell (2011) quanto Urry e Sheller (2006) demonstram que a mobilidade contemporânea articula poder e redes sociais.

Para Elliott e Urry (2010), a era da conexão é também a da mobilidade e da *network capital*³, definido como a capacidade de sustentar relações sociais que geram benefícios emocionais, financeiros e práticos. Portanto, como destacam Duarte e Frey (2008), compreender as migrações contemporâneas exige reconhecer que viver em rede significa estar continuamente em deslocamento, um movimento que vai muito além de moções simbólicas de fronteiras, constituindo também um modo de articular ideias, perceber possibilidades e construir novas formas de vida dentro de um território.

No caso do Brasil as migrações passam por diferentes etapas, idades e gerações, o que Sayad (2000) definiu como “modos de geração”, mudanças

³ O conceito de *network capital*, desenvolvido por Elliott e Urry (2010), refere-se ao conjunto de recursos materiais, sociais e simbólicos que permitem aos indivíduos deslocar-se e manter relações sociais. Inclui documentos, recursos financeiros, equipamentos de comunicação, contatos pessoais e tempo, configurando-se como elemento central da mobilidade contemporânea.

estruturais contínuas e graduais, como o término de alguns ciclos e o desenvolvimento de outros. Segundo Bourdieu (1997), é necessário fazer uma análise dos “lugares difíceis” para entender os problemas estruturais que os imigrantes enfrentam ao adentrar em um novo país. No contexto da imigração, isso pode se referir tanto a lugares habitados quanto às situações sociais adversas que esses imigrantes enfrentam, como a discriminação racial, a falta de oportunidades e a marginalização que remete à exclusão social.

Para Oliveira e Kulaitis (2017), o ato de migrar está fundamentado na teoria de Bourdieu (1997), que caracteriza essa ação como *habitus* imigrante e capital de mobilidade. Os autores têm como objeto de estudo os haitianos no Brasil e brasileiros no Québec. No caso dos haitianos residentes no Brasil, eles partem do pressuposto de que o capital de mobilidade, incluindo conhecimentos e recursos técnicos, influencia a experiência migratória e a integração no novo país. Por outro lado, para os brasileiros no Québec, os autores examinam como o *habitus* imigrante se manifesta nas práticas e estratégias dos migrantes, considerando fatores como adaptação cultural e redes sociais como fatores de impacto para a migração. Oliveira e Kulaitis (2017) constataram que o *habitus* imigrante e o capital de mobilidade interagem de maneira complexa no processo de entender as migrações contemporâneas. Assim, pessoas que possuem maiores habilidades linguísticas e redes de apoio mais consolidadas enfrentam menos dificuldades na integração em uma nova sociedade, enquanto aquelas com menos recursos encontram inúmeros desafios de adaptabilidade.

De forma semelhante, Pachi (2020) trata o estudo das migrações por uma perspectiva mais humanizada, por esse modo ela precisa se estender por outras áreas do conhecimento, como história, geografia, sociologia, economia e psicologia, em vista da complexidade e relevância do fenômeno migratório. Levando em consideração que as imigrações vão além de transpor fronteiras dentro de um espaço geográfico, elas movem diferentes atores sociais dentro de uma sociedade em constante transformação. De acordo com o autor referido, o recente fluxo migratório de estrangeiros não altera apenas a paisagem da cidade, mas também afeta diversas estruturas sociais, como a economia, o acolhimento de crianças e principalmente, os atendimentos de saúde no SUS. Desse modo, há uma necessidade urgente de

desenvolver políticas públicas que atendam adequadamente esses migrantes sem sobrecarregar os sistemas existentes.

Em consonância com Pachi (2020), Cavalcanti (2017) analisa a presença de migrantes estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro e seus inúmeros desafios de inserção laboral. Neste caso, os desafios de se pensar em políticas públicas que visem integrar esses migrantes são ilimitados, ainda mais que o Brasil está se tornando uma rota mais atrativa para estes imigrantes. Sendo assim, é essencial que as políticas públicas sejam reformuladas para atender as dificuldades dessas populações e garantir sua integração social e econômica.

Desse modo, determinar os fatores que levam as pessoas a migrarem é uma tarefa de grande complexidade, tendo em vista que esses fatores são variáveis, difíceis de quantificar, que influenciam a todo o momento as interações entre a sociedade de origem e a sociedade de destino. Para Staudt (2023), a experiência de mobilidade é indesejável para alguns sujeitos sociais, pois está associada a episódios traumáticos, como perseguição, intolerância religiosa, discursos de ódio e fome. Entretanto, os desafios enfrentados comprovam que esses migrantes não carregam apenas mazelas, mas também suas vivências, memórias e uma gama de conhecimentos adquiridos. Assim, a migração ao longo da história gera encontros, porque é ver o outro em sua plenitude, é “[...] transportar vastos universos culturais e colocá-los em contatos com outros destes universos, o que possibilita comparação e diferenciação, mas também aproximação e adequação” (Staudt, 2023, p. 26).

Além do acesso ao trabalho e da questão econômica, a inserção sociocultural é um grande desafio aos imigrantes, tendo em vista que mesmo com o surgimento de redes entre os imigrantes, como instituições religiosas, de ações do Estado e de determinados setores da sociedade, ainda há muito o que fazer em termos socioculturais. Entre as adversidades que os imigrantes enfrentam, podem-se citar “[...] o idioma, em seguida vem o emprego, depois a habitação, a formação, a regularização migratória, saúde, discriminação e a segurança nacional” (Silva; Lima, 2017, p. 397).

Muitos desafios se impõem diante dessa integração social entre um grupo de migrantes e a população local. Wagner (2016), que analisou as práticas socioculturais de migrantes brasileiros no nordeste da província de Misiones, na Argentina, constatou uma complexa inter-relação entre resistência e reprodução da cultura local. Para a autora, por mais que houvesse uma aproximação com a praxe

local, essas condutas são vistas somente por um ângulo de subordinação e dominação. Assim, por mais que essas populações procuraram resistir e encontrar seus lugares de fala, elas são socialmente excluídas.

Souza e Calegare (2018), ao investigarem a inserção social de famílias refugiadas colombianas em Manaus, constataram que mesmo com apoio da pastoral do migrante, o idioma, o trabalho, a habitação e os conflitos familiares são questões que dificultam essa integração. Entretanto, apesar das dificuldades, os autores atestaram que as práticas culturais auxiliam na continuidade da identidade entre os colombianos e para uma maior aproximação entre eles, mesmo causando certo estranhamento cultural na comunidade local.

Apesar das dificuldades de inserção sociocultural, percorridas até aqui, muitos migrantes ainda optam por migrar e tentar reconstruir suas vidas em um novo país. Pedraza, Romero e Gutiérrez (2017) analisaram a situação de crianças menores de idade que migraram com suas famílias para os Estados Unidos, mas que devido à crise financeira de 2008 e à política anti-imigratória do país, acabaram se estabelecendo no norte do México. Eles verificaram que a interação dos menores migrantes nos EUA foi insatisfatória e carregada de desafios, mesmo assim, por questões de pessimismo quanto ao trabalho no México, grande parte deles ainda pretende retornar aos Estados Unidos.

As diferentes experiências apresentadas até o momento evidenciaram que a questão sociocultural pode influenciar diretamente na integração de diferentes grupos de migrantes. Quanto ao acesso à saúde, sobretudo no Brasil, essas questões também são bem relevantes e precisam ser tratadas. Souza *et al.* (2020) estimam que alguns determinantes sociais de saúde impactam a experiência de imigração dos haitianos no Brasil, entre os mais significativos contextualizados na presente pesquisa, estão os fatores econômicos, culturais, ambientais e biológicos. Os autores utilizaram uma abordagem qualitativa fazendo uso de um círculo de cultura, inspirado nas obras de Paulo Freire, que visa fomentar o diálogo e a reflexão coletiva entre os participantes. Mais uma vez, a ausência de políticas públicas surge como um fator que impacta a legitimidade de garantias sociais para esses imigrantes. Além disso, alguns haitianos relatam o preconceito que enfrentam diariamente, o que dificulta o acesso a melhores oportunidades de emprego, principalmente devido à sua condição de estrangeiros e à questão racial.

O acesso a serviços de saúde é um assunto que circunda os direitos dessas populações, algumas pesquisas levantadas nesta dissertação apontam para essa perspectiva. Perin e Raddatz (2018) discutem o direito à solidariedade e à empatia como essenciais para a efetivação dos Direitos Humanos relacionados às migrações. Essa efetivação, de acordo com os autores referidos, ocorre por meio de um Estado Cidadão que compreende os fluxos migratórios como um direito natural. Pires, Berner e França (2016) vêm na mesma linha, destacando que diante de privações de direitos e de práticas violentas, os Direitos Humanos tornam-se um espaço de resistência.

Em conformidade com tais reflexões, Desrosiers (2020) aponta os desafios enfrentados por haitianos em São Paulo, tal experiência podemos atribuir igualmente a outros grupos de migrantes, como o dos venezuelanos, por exemplo. Para o autor, a procura por melhores condições de vida e, especialmente, por empregos foi o impulso dessa busca por São Paulo. Nesse período, o Brasil se preparava para sediar a Copa do Mundo de 2014, e inúmeras obras ainda precisavam ser finalizadas, além do contato que os haitianos tinham com os brasileiros por conta do futebol, desde o jogo beneficente organizado pela ONU em 2004 no Haiti. Por essa razão, para Desrosiers (2020), a busca por um espaço de sobrevivência é um desafio diário dos imigrantes em meio a um sistema capitalista que os marginaliza e, por conta disso, muitos se dedicam ao comércio de rua, uma atividade considerada informal ou ilegal pelas autoridades públicas.

Jaramillo *et al.* (2020) investigam os inúmeros desafios enfrentados por mulheres imigrantes nas fronteiras entre Colômbia e Venezuela, sendo a violência sexual e de gênero alguns dos atos mais comuns sofridos por essas mulheres ao atravessarem essas fronteiras. De acordo com os autores, as mulheres migrantes sofrem mais violência sexual e de gênero, porque estão sujeitas ao tráfico para fins comerciais, ao trabalho sexual forçado e estupro. Embora existam organizações trabalhando na resposta à violência sexual e de gênero, esses esforços ainda são insuficientes, pois muitas necessidades de saúde sexual não são atendidas, como a disponibilidade de contraceptivos e serviços de aborto seguro. Além disso, a pesquisa constatou algumas carências de comunicação, indicando que setores como saúde, justiça e proteção precisam dialogar para garantir um atendimento mais eficaz e sensível às necessidades das mulheres migrantes.

Na mesma linha de raciocínio sobre as estratégias de aculturação, Magliano e Perissinotti (2020) examinaram a presença de migrantes sul-americanos na Argentina e perceberam que ainda há um pensamento estatal, que relaciona os fluxos migratórios aos problemas habitacionais. Para os autores, esse processo resulta em segregação espacial, criando áreas urbanas secundárias onde vivem os migrantes, que influenciam diretamente o estilo de vida dessas comunidades, as quais acabam vivendo em condições distintas da população local.

A aversão àquele que é estrangeiro é um dos grandes problemas também enfrentado pelos migrantes contemporâneos. Rodríguez, Tourinho e Sotero (2018) destacam que os migrantes acabam sendo alvos de discursos hostis, com o propósito de colocá-los como inimigos da sociedade receptora por um período indeterminado. Para os autores, isso dificulta a integração dos imigrantes e leva à marginalização dos grupos migratórios, o que compromete o respeito aos direitos humanos. Guizardi e Mardones (2020), ao analisarem os impactos sociais dos discursos de ódio em Foz do Iguaçu – PR, observaram que a xenofobia no Brasil se tornou mais institucionalizada. Na cidade em questão, a xenofobia é ainda mais pronunciada nas mulheres, devido à sua localização fronteiriça e à forte presença militar.

Um ponto central nesta discussão é como esses diferentes casos de preconceito são tratados na mídia, já que a forma que essas informações são transmitidas pode demonstrar nuances importantes no entendimento e principalmente na integração destas pessoas em um espaço geográfico. Brignol e Costa (2018), em sua análise sobre a cobertura da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul em notícias jornalísticas, observaram que embora se tente apresentar os fluxos migratórios de forma mais humanizada, com o objetivo de promover a integração. Os discursos muitas vezes acabam reforçando estigmas e preconceitos, principalmente na construção e naturalização das diferenças entre imigrantes e nacionais.

Assim como o autor supracitado, que reflete sobre o imaginário dos imigrantes ao pensar no Brasil como um destino de possibilidades e de um recomeço, Tybusch e Oliveira (2018) seguem nesta mesma linha de raciocínio ao criticarem a influência da mídia brasileira. Para os autores, trata-se de uma racionalidade distorcida, que explora a ansiedade gerada por um fluxo de imigrantes, com um discurso que os salários ficarão ainda mais baixos e as filas de emprego cada vez mais longas.

Segundo os autores, analisar os processos migratórios apenas sob a ótica da globalização é simplista; logo, é necessário desconstruir os discursos midiáticos que apresentam as migrações como fenômenos recentes, compreendendo que elas sempre existiram e se intensificam em momentos de crise. Os autores ainda fazem menção à lei 13.445/17, sendo considerada um avanço jurídico ao legitimar mais proteção e legalidade aos migrantes contemporâneos. Todavia, é um primeiro passo de uma política de reconhecimento do outro, que objetiva desconstruir estereótipos criados pela mídia, na tentativa de valorizar a identidade cultural de cada imigrante.

Conforme Brignol e Costa (2018), é necessário que a mídia denuncie as condições de racismo, preconceito e exploração enfrentados pelos imigrantes, bem como valorizar temas que ressaltem a interculturalidade entre esses grupos. Por essa razão, as raízes históricas de um passado relativamente recente ainda reproduzem estigmas e discriminações, que impactam diretamente a forma como os migrantes enfrentam o racismo e compreendem os fluxos migratórios no país. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender os marcos legais que orientam a migração no Brasil, pois é a partir deles que se busca enfrentar preconceitos e garantir direitos aos migrantes. É nesse movimento que se abre o caminho para a discussão seguinte, dedicada aos marcos legais.

2.2 Marcos legais sobre migração no Brasil: mudanças ao longo do tempo

De acordo com Ruseishvili e Chaves (2020), a Portaria nº 666, publicada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no Brasil, contrasta com a abordagem mais inclusiva e humanitária promovida pela nova Lei de Imigração (nº 13.445/2017). Os autores destacam um novo paradigma para as imigrações contemporâneas a partir desta portaria, tendo em vista que conceitos como “deportabilidade e pessoas perigosas” ficam mais explícitos dentro de uma conjuntura social, alterando a forma como os brasileiros enxergam os imigrantes. Assim, a retórica de deportabilidade pode categorizar os imigrantes como indesejáveis, criando ainda mais distanciamentos com a comunidade local. Ainda que a Portaria tenha sido revogada, os conceitos e práticas nela inseridos permanecem na legislação brasileira, cujos reflexos são duradouros, perpetuando estigmas, preconceitos e discursos de ódio, como observado nesta pesquisa.

Demétrio *et al.* (2023) abordam as dificuldades burocráticas enfrentadas por imigrantes haitianos para reunirem suas famílias no Brasil. Segundo os autores, a dificuldade em agendar atendimentos e a falta de mobilidade dos órgãos públicos estão entre os principais entraves encontrados pelos imigrantes. Além disso, de acordo com alguns imigrantes, as exigências documentais para a regularização de novos imigrantes têm sido o maior obstáculo enfrentado no país. Os pesquisadores afirmam que essas exigências se tornaram necessárias porque o Brasil deixou de ser apenas um país “tampão” e passou a ser considerado uma “fronteira dos direitos humanos”, devido ao novo perfil de imigrantes que chegaram ao país. No entanto, Demétrio *et al.* (2023) constataram que, embora essa jurisprudência seja relevante, dado o aumento do número de imigrantes nos últimos anos, ainda é insuficiente, uma vez que todo esse aparato burocrático mascara a ausência de políticas públicas mais eficazes e humanizadas.

De acordo com Boldt, Neto e Chediak (2023), grande parte dos imigrantes venezuelanos que residem no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, não têm pleno conhecimento de seus direitos como residentes em território brasileiro. Com base nos dados do Sistema de Registro Migratório - Sismigra, em fevereiro de 2022 ingressaram no estado cerca de 93.088 imigrantes. No entanto, o Cadastro Único apresentou divergências, já que os dados de agosto de 2022 indicam aproximadamente 32.505 registros. Para os autores, essa discrepância nos dados evidencia que inúmeros imigrantes e refugiados vivem em condições de vulnerabilidade social. Trata-se de uma realidade difícil de quantificar, pois muitos imigrantes em situação de refúgio se deslocam sem documentação, o que dificulta sua inserção nos Programas Sociais do Governo Federal por meio do Cadastro Único.

Tal divergência entre registros oficiais é notória no Rio Grande do Sul, dificultando ainda mais a integração dos imigrantes nos locais de chegada. Para Sparemberger e Silva (2014), a integração dos imigrantes na sociedade receptora constitui um primeiro passo que precisa ser mediado de forma efetiva pelos programas governamentais. Caso essa transição não seja bem conduzida, a inserção desses sujeitos nos campos social e econômico tende a ficar comprometida. Nesse sentido, Boldt, Neto e Chediak (2023) destacam que a ausência de políticas públicas consistentes ainda limita o acolhimento dos imigrantes. Para os autores, o maior entrave não está na insuficiência de políticas públicas, mas também no caráter pouco

inclusivo das iniciativas existentes e, sobretudo, na falta de profissionais qualificados capazes de assegurar melhores condições de vida e o pleno direito de integração destes imigrantes.

Para tanto, esta pesquisa considera basilar discutir a figura do imigrante e do refugiado no atual cenário de crise nas fronteiras da América do Sul, observando como essas classificações impactam o processo de inserção social nos lugares de chegada. De antemão, para facilitar a compreensão do leitor, faz-se necessário esclarecer as diferenças entre imigrantes e refugiados. No caso brasileiro, a Lei nº 9.474/1997 define quem pode ser reconhecido como refugiado, alinhando a legislação nacional aos tratados internacionais⁴ sobre o tema. Conforme o texto legal:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, seja obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Art. 2º Estende-se a condição de refugiado ao cônjuge, ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional (Brasil, 1997, grifo nosso).

A legislação migratória, que desde o século XIX buscava controlar o ingresso de estrangeiros, refletia uma lógica seletiva e excludente das populações pobres e não europeias (Claro, 2015; Alves, 2011). Somente com a promulgação da Lei nº 13.445/2017, conhecida como “Lei de Migração”, observa-se uma mudança de paradigma, marcada pela valorização dos direitos humanos e pela promoção da integração sociocultural dos imigrantes. Para Dias e Souza Neto (2019), a lei representou um feito histórico, pois rompeu com o caráter assimilacionista das legislações anteriores e introduziu debates fundamentais sobre o acolhimento e a

⁴ O Estatuto dos Refugiados foi estabelecido em 1951, durante a Convenção de Genebra, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, e inicialmente restringia sua aplicação a refugiados europeus. Posteriormente, o Protocolo de 1967 ampliou sua abrangência para situações de deslocamento forçado em qualquer parte do mundo (ONU, 1951; ONU, 1967).

igualdade de tratamento. Conforme o artigo 3º do Capítulo I da lei 13.445/2017, que estabelece a “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”, a igualdade de tratamento e de oportunidades aos migrantes e seus familiares passou a integrar os princípios e diretrizes que orientam a nova política migratória do país.

Ainda assim, as nomenclaturas atribuídas aos imigrantes precisam ser revisitadas no campo acadêmico e epistemológico, pois sem os devidos esclarecimentos corre-se o risco de reproduzir o senso comum de que “imigrantes” seriam sinônimo de pessoas sem fronteiras⁵, entre outros termos inadequados. Mais do que uma questão semântica, trata-se de uma barreira linguística e sociocultural que contribui para estigmatizar sujeitos em situação de mobilidade. Nesse sentido, é fundamental resgatar a dimensão ética e humanitária do acolhimento, uma vez que, como destacam Boldt, Neto e Chediak (2023, p. 79), não se pode “afastar o espírito humanitário em acolher pessoas que sofreram com guerras, violências políticas e preconceitos dentro de seus países”.

De modo semelhante, Baeninger (2018) destaca a relevância dos circuitos de informação como elemento capaz de atenuar desigualdades no contexto das migrações contemporâneas. Em outra perspectiva, Tybusch e Oliveira (2018) problematizam a forma como a mídia brasileira tem construído, na atualidade, a figura do sujeito imigrante. Segundo os autores, determinados meios de comunicação difundem sentidos ambíguos acerca da presença de imigrantes no Brasil, ao reforçarem discursos associados à competição por empregos, à redução salarial e à sobrecarga de serviços públicos, como o Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, argumentam que a desconstrução de tais discursos requer o reconhecimento de que as migrações não constituem fenômeno recente, mas processo histórico que tende a se intensificar em contextos de crise. Nessa direção, apontam a Lei nº 13.445/2017 como um avanço jurídico, ainda incipiente, no sentido da construção de uma política de reconhecimento da alteridade, capaz de tensionar estereótipos midiáticos e de valorizar a identidade cultural dos imigrantes.

⁵ A expressão “sem fronteiras” aparece em discursos do senso comum que reduzem a condição migratória a uma ausência de pertencimento. Não se trata de referência histórica aos adelantados, figuras ligadas à expansão colonial ibérica. Essa percepção encontra respaldo em Bauman (2017, p. 35-36), que discute a condição do “estranho” e do deslocamento na modernidade líquida, quando indivíduos se encontram à margem de estruturas sociais e culturais. (BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017).

A presença de imigrantes venezuelanos no Brasil foi favorecida por mudanças recentes na legislação migratória. Conforme destaca Franchi (2018), a aprovação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Nova Lei de Migração, juntamente com a Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017, estabeleceu mecanismos que ampliaram a possibilidade de concessão de residência temporária e vistos humanitários a cidadãos de países fronteiriços. Essas medidas legais tiveram efeitos imediatos. Dados da Polícia Federal indicam que, até agosto de 2017, foram protocolados 12.379 pedidos de refúgio em território nacional, dos quais aproximadamente 10.000 ocorreram em Roraima, com predominância de solicitantes venezuelanos (Franchi, 2018). Nesse contexto, a chegada de venezuelanos a municípios como Parobé/RS insere-se em um movimento migratório mais amplo, sustentado por políticas públicas que facilitaram a regularização da permanência desses grupos no Brasil.

Embora as mudanças legislativas tenham criado condições institucionais favoráveis à regularização e permanência de imigrantes venezuelanos no Brasil, a dimensão normativa não esgota a compreensão do fenômeno migratório. A efetivação da inserção desses sujeitos ocorre em contextos locais específicos, atravessados por dinâmicas sociais, econômicas e culturais que ultrapassam o escopo jurídico. Assim, compreender a presença venezuelana no Sul do país, e em municípios como Parobé, exige deslocar a análise do plano macroestrutural das políticas migratórias para o plano das experiências vividas, das práticas cotidianas e das formas concretas de integração sociocultural.

2.3 Migração contemporânea e inserção sociocultural dos venezuelanos no Sul do Brasil

O conceito de *habitus* imigrante, de Bourdieu (1997), será utilizado para entender como as experiências vividas moldam as percepções e comportamentos dos migrantes em relação ao espaço físico, influenciando sua adaptação e integração com o preconceito e as políticas públicas. Segundo Oliveira e Kulaitis (2017, p. 17), “o móbil central da migração resume-se, ontem, como hoje a busca por terra e trabalho”. No entanto, limitar a migração a essa condição seria reduzi-la a um modelo de imigrantes refugiados, neste caso, para Bourdieu (1997), a teoria do *habitus*

imigrante pode se encaixar em diferentes contextos, permitindo assim a criação de novas rotas de estudo sobre as imigrações.

A teoria de Bourdieu (1997) também enfatiza a importância do espaço social e das práticas sociais, e como esses fatores influenciam as experiências dos migrantes, viabilizando compreender como suas interações são moldadas dentro de novos espaços geográficos. Para o autor (*Idem*), ao levar em conta a interseccionalidade, é possível aprofundar os estudos sobre preconceito, que pode ser influenciado por múltiplas dimensões, como raça, classe e gênero. Ao considerar o conceito, o autor parte da premissa de que as pessoas não têm apenas uma identidade “raça, gênero ou classe”, mas múltiplas identidades que se enlaçam; a partir disso, é possível compreender como diferentes formas de opressão dificultam a integração desses imigrantes.

Embora a legislação brasileira tenha avançado na defesa dos direitos dos imigrantes, os reflexos históricos do colonialismo permanecem latentes e se manifestam em discursos e práticas que buscam inferiorizar esses sujeitos nos lugares de chegada. Grande parte dos imigrantes que chegam ao Brasil, especialmente ao Rio Grande do Sul, possui elevada formação acadêmica e qualificação técnica, mas enfrenta severas barreiras de integração, sobretudo pela dificuldade de validação de seus diplomas. Colombo (2015) observa que os trabalhadores imigrantes tendem a apresentar alto grau de vulnerabilidade, o que os torna alvos potenciais de práticas análogas ao trabalho escravo. Mesmo quando buscam inserção em ocupações manuais ou informais, acabam frequentemente explorados por empregadores que se aproveitam de sua condição de desorientação e da escassez de oportunidades, perpetuando assim as lógicas de subalternização herdadas do período colonial.

Conforme as concepções já discutidas, a discriminação tende a se manifestar de forma seletiva, visto que o imigrante, ao adentrar em novos territórios, é inicialmente recebido com empatia por estar em condição de vulnerabilidade. No entanto, como destaca Gil *et al.* (2024), esse discurso, em muitos casos, vai se transformando e ganhando outros contornos à medida que os imigrantes passam a ser percebidos como “prepotentes” ou “arrogantes”, caso não demonstrem as atitudes de submissão esperadas por alguns brasileiros. Essa aversão ao estrangeiro, segundo os autores (2024), manifesta-se com alguns venezuelanos, em expressões cotidianas, como “não vai ter empregos para todo mundo” ou “o Sistema

Único de Saúde vai colapsar”. Tais reações evidenciam um processo de estigmatização que se ancora em uma lógica de xenofobia racializada, ou xenoracismo, na qual as diferenças culturais e nacionais são reinterpretadas sob uma perspectiva hierarquizante e excludente.

Essa perspectiva se aproxima das reflexões de García Canclini (2001), que amplia o conceito de políticas culturais ao considerar o caráter transnacional dos processos migratórios. O autor observa que as migrações intensificam fluxos culturais que atravessam as fronteiras simbólicas dos Estados-nação⁶ e reorganizam as relações entre país de origem e de destino. Esses deslocamentos criam um espaço intercultural mais amplo, marcado por negociações e adaptações que acompanham o movimento dessas pessoas.

A experiência dos venezuelanos em Parobé/RS ajuda a perceber como práticas culturais, hábitos cotidianos e, sobretudo, memórias são recriadas no território de chegada. Diante dessas dinâmicas, que produzem identidades em trânsito torna-se essencial compreender como os sujeitos sentem e interpretam essas transformações nas suas relações sociais e nos sentidos que atribuem ao lugar onde passam a viver. É nesse ponto de inflexão que Bourdieu (1998) ganha força e ilumina o aprofundamento dessa discussão.

Essa concepção de Bourdieu (1998) sobre o imigrante como um sujeito atópos, que habita um espaço simbólico de não pertencimento, contribui para compreender a realidade vivida pelos imigrantes venezuelanos no Rio Grande do Sul. Como propõe o autor, esses sujeitos se situam em um entre-lugar que ultrapassa as fronteiras físicas, projetando-se nas dimensões culturais e identitárias. Essa condição se expressa nas dificuldades de inserção social, de reconhecimento e de acesso a direitos. Candau (2011) amplia essa discussão ao observar que os imigrantes, com frequência, são percebidos como “invasores” ou como responsáveis por “problemas de cunho social importantes, como a usurpação do emprego de nativos”. Em contrapartida, é essencial reconhecer que cada imigrante carrega consigo um repertório cultural singular e, ao se estabelecer em novos territórios, busca reconstruir continuamente suas identidades e pertencimentos.

⁶ Conforme Hobsbawm (1990), o Estado-nação é uma construção histórica moderna que busca legitimar o poder estatal a partir da ideia de unidade cultural e territorial. Trata-se de uma invenção política que articula símbolos, narrativas e instituições para produzir a sensação de pertencimento coletivo, ainda que marcada por desigualdades internas e exclusões.

A partir dessas costuras teóricas, compreende-se que, no caso do Rio Grande do Sul, a ausência de políticas públicas efetivas e de profissionais qualificados não apenas fragiliza o processo de acolhimento, mas também amplia a sensação de invisibilidade vivenciada pelos imigrantes. Para Castles (2000), as pessoas não decidem migrar de forma repentina, pelo contrário, são múltiplas as circunstâncias que impulsionam esse movimento. Entre elas, destacam-se os conflitos políticos, que frequentemente geram crises econômicas, além da globalização, que atualmente atua como um do principal motor das migrações internacionais. Tais fatores, conforme Sparemberger (2014), podem ser compreendidos como heranças estruturais do colonialismo, que ainda se reproduzem nas relações desiguais entre países e nas formas de inserção dos imigrantes no território brasileiro.

O atual processo migratório dos venezuelanos é desencadeado, como aponta Clochard (2007), pela conjuntura social crítica do país e pela ausência de perspectivas de melhoria. Esse cenário pode ser compreendido à luz da concepção bourdieusiana de que as trajetórias dos sujeitos são moldadas por estruturas sociais que delimitam possibilidades de ação. Conforme discutem Siso e Picolotto (2023), mobilizando os conceitos de *habitus* e capitais de Bourdieu, as escolhas dos imigrantes em relação aos destinos migratórios não são aleatórias, elas dependem dos recursos que cada imigrante consegue ativar em cada contexto. Mesmo que seja de forma desigual, alguns imigrantes venezuelanos trazem consigo diferentes formas de capital econômico, cultural ou social, que podem favorecer sua inserção, ainda que em condições restritas. Dessa forma, a decisão de migrar envolve não apenas a fuga de um cenário de crise, mas também um cálculo sobre as oportunidades possíveis em novos espaços sociais.

A especificidade da imigração venezuelana se configura como uma imigração complexa. Mesmo sendo um movimento de vizinhança, é o que Silva e Baeninger (2021) definem como transfronteiriço, já que, além de atingir diretamente o Brasil, esses imigrantes chegam também a outros territórios, a exemplo da Colômbia. Para os autores (2021, p. 123), “o êxodo venezuelano deve ser compreendido como parte das migrações Sul-Sul”, marcado por nuances de insegurança e sobrevivência, em que a fronteira Brasil–Venezuela atua como espaço de triagem e acolhida. De forma mais contundente, Agier (2006) se refere ao Brasil, dentro da imigração Sul-Sul,

como país-tampão do Sul Global⁷, tendo em vista que recebe recursos e influência do Norte para conter a circulação de imigrantes considerados indesejáveis. Essa resposta estatal se insere no que o autor denomina princípio do "*care, cure and control*", em que práticas de cuidado e assistência se articulam com medidas de tratamento ainda improvisadas, que mantêm restrições quanto à inserção social dessas pessoas nos lugares de chegada.

A resposta brasileira ao fluxo migratório venezuelano, mesmo que de forma emergencial, evidencia o que Baeninger (2021) retrata como governança multinível, pois articula fronteiras, União e, sobretudo, municípios, como é o caso de Parobé/RS. De antemão, a imigração combina medidas emergenciais de acolhida com estratégias de interiorização, deslocando os imigrantes para regiões com maior capacidade de absorção laboral. Nessa perspectiva, a fronteira deixa de ser apenas um espaço de passagem e torna-se um lugar de triagem e acolhida, o que Jarochinski-Silva e Baeninger (2021, p. 127) apontam ao afirmar que "refúgio e fronteira no Brasil passam a assumir papel central nas migrações fronteiriças à semelhança das fronteiras europeias", ainda que em menor escala.

Desse modo, a lógica da interiorização reflete o que Sassen (1990) denomina como mobilidade do capital e da força de trabalho, em que os fluxos migratórios se inserem de forma primária no mercado laboral, mas permanecem restritos em termos de integração social. Nesse sentido, a governança brasileira se mostra marcada por respostas *ad hoc*, ora humanitárias, ora securitárias, reproduzindo o que Agier (2006, p. 198) descreve como o princípio do "*care, cure and control*": ao mesmo tempo em que se oferece cuidado e assistência, impõem-se mecanismos de controle e vigilância sobre os migrantes e refugiados". Em diálogo com esse quadro, Betty Lerma (2010) aponta que se estabelece uma geopolítica do conhecimento,

dentro da qual o mundo colonizado não produz senão reproduz o conhecimento europeu, através do qual é possível falar de uma colonialidade do saber, já que o conhecimento europeu se propõe e se percebe como universal, objetivo e verdadeiro assim que o que expresse será reconhecido como verdade científica, a partir disso pode-se afirmar que "nosso conhecimento tem caráter colonial e está assentado sobre pressupostos que implicam em processos sistemáticos de exclusão e

⁷ O termo *Sul Global* não se refere apenas a uma localização geográfica, mas a uma categoria analítica que expressa desigualdades históricas e estruturais na economia mundial. Ele designa países e regiões que, em geral, foram colonizados e que ocupam posição periférica ou semiperiférica no sistema internacional, em contraste com o chamado *Norte Global*. Como destacam Melde *et al.* (2014), trata-se de uma noção relacional, marcada por assimetrias de poder, fluxos migratórios e dinâmicas de dependência, mais do que por coordenadas geográficas.

subordinação” (Lerma, 2010, p. 10, *apud* Miglievich-ribeiro; Prazeres, 2015, p. 8).

Essa crítica epistemológica reforça que, além das práticas de acolhida e controle, também os referenciais teóricos e institucionais que orientam a gestão migratória podem reproduzir hierarquias coloniais de saber, limitando a construção de alternativas mais inclusivas e contextualizadas no Sul Global. Nesse mesmo sentido, a opção militarizada que caracteriza a resposta brasileira no caso da Operação Acolhida não é problematizada pelos financiadores internacionais, tendo em vista que o atendimento aos anseios imediatos destes últimos é mais relevante que o desenvolvimento de políticas migratórias pautadas na lógica não securitária e na garantia de direitos humanos, conforme previsto na Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/1997) e na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), ambas em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (Watson, 2009).

Assim, compreender o fenômeno migratório para além do viés econômico implica reconhecer que os imigrantes carregam consigo repertórios culturais, saberes e práticas capazes de enriquecer os espaços sociais de chegada. Sob essa perspectiva, a integração não pode ser reduzida à mera inserção no mercado de trabalho, mas deve ser entendida como um processo amplo de participação social, educacional e simbólica. Como destacam Barboza e Bernardo (2019), o ensino de Língua Portuguesa como língua de acolhimento constitui uma estratégia fundamental nesse processo, pois possibilita que os migrantes não apenas dominem o idioma, mas também construam laços de pertencimento e reconhecimento cultural.

O projeto PROACOLHER – Português como Língua de Acolhimento, desenvolvido pela Universidade de Brasília, é um exemplo expressivo dessa prática, ao oferecer suporte linguístico e sociocultural a imigrantes haitianos e venezuelanos. Para Barboza e Bernardo (2019), ensinar a língua de acolhimento é, principalmente, um ato de transformação e resistência, que rompe com lógicas assimilacionistas e promove uma aprendizagem humanizada, crítica e plural, favorecendo a construção de novas identidades e memórias coletivas no contexto da diversidade.

Além do projeto supracitado, que visa inserir os imigrantes no contexto social brasileiro por meio do ensino de português como língua de acolhimento, é necessário compreender que incluir não se restringe ao domínio linguístico, mas envolve o reconhecimento e o respeito ao aporte cultural e simbólico de cada sujeito migrante.

Como observa Matangrano (2023), incluir é também valorizar a diversidade linguística e cultural que os migrantes trazem consigo, pois o português, ao se consolidar como língua nacional, o fez não apenas em virtude do processo colonizatório, mas também pela ausência histórica de políticas públicas voltadas à preservação das múltiplas línguas e expressões culturais presentes no território brasileiro. Essa lacuna política faz com que o ensino do português para migrantes dependa, em grande medida, de ações voluntárias e iniciativas comunitárias, o que evidência tanto o potencial de solidariedade da sociedade civil quanto a insuficiência do Estado em garantir políticas estruturadas de acolhimento linguístico e cultural.

Ainda que algumas dessas iniciativas estejam vinculadas a ONGs e instituições de ensino, elas não configuram políticas públicas regularizadas e permanentes. Como observa Matangrano (2023), para que o ensino de português ocorra de forma efetiva, é necessário desenvolver metodologias específicas e preparar professores com formação adequada para suprir essa demanda. Grande parte das propostas metodológicas ainda está voltada a outros contextos educacionais, o que não contempla as necessidades urgentes dos imigrantes trabalhadores que buscam inserção social e profissional no país.

Em concordância, Prado e Oliveira (2023) apresentam uma pesquisa etnomatemática que investiga a experiência de imigrantes haitianos e venezuelanos em um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), em São Paulo. O estudo enfatiza uma educação intercultural que respeite e valorize as identidades culturais dos imigrantes, promovendo sua integração por meio de práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa, desenvolvida com base na observação participante e em entrevistas semiestruturadas, aborda temáticas voltadas à inserção desses sujeitos no mercado de trabalho. Dentre os principais resultados, os autores destacam a importância de compreender cada trajetória individual e apostar em uma perspectiva transdisciplinar, que favoreça a solidariedade, a cooperação e, sobretudo, o respeito mútuo.

No contexto da inserção de migrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro, especialmente no setor do agronegócio, Siso e Picolotto (2023) observam que muitos imigrantes venezuelanos chegam ao país com escolaridade elevada, seja ensino médio completo ou formação superior, mas acabam ocupando postos de baixa qualificação, como jornaleiros, operadores de máquinas ou auxiliares em frigoríficos e fumageiras. Essa subutilização do capital cultural ocorre, em grande

medida, devido às dificuldades no reconhecimento de diplomas estrangeiros, processo marcado por burocracias extensas, custos elevados e barreiras linguísticas.

Soma-se a isso a desarticulação entre a formação profissional trazida pelos migrantes e as características das vagas disponíveis, que, em geral, não exigem qualificação formal. Assim, existe um descompasso estrutural que impede que esses sujeitos mobilizem plenamente os conhecimentos e competências que trazem consigo. Esse cenário também se repete entre outras nacionalidades, cujas trajetórias evidenciam o mesmo processo de subutilização do capital cultural e profissional.

Em consonância com essa discussão, Siso e Picolotto (2023) assinalam que, embora o Brasil seja signatário de acordos voltados à documentação de imigrantes e disponha de uma legislação relativamente bem fundamentada, esses sujeitos ainda enfrentam inúmeros obstáculos em sua experiência de inserção. Tal cenário evidencia o descompasso entre a previsão legal e sua efetivação prática, aspecto que se torna particularmente visível nas dificuldades relacionadas ao reconhecimento de diplomas, comprometido por entraves burocráticos, custos elevados e barreiras linguísticas, situação que, segundo os autores, também se repete em outros países. Ainda de acordo com Siso e Picolotto (2023), raramente alguém abandona seu espaço de afetos sem uma motivação contundente, a qual, em muitos casos, está diretamente associada à sobrevivência e à busca por melhores condições de vida.

Embora essas barreiras não sejam exclusivas do Brasil, como aponta Berríos-Riquelme (2021), elas contribuem para a inserção dos migrantes em empregos precários e para a invisibilização de suas competências, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a valorização da formação prévia e a integração profissional efetiva. Soma-se a isso a dificuldade com o idioma português, que compromete a comunicação e restringe o acesso a postos de trabalho compatíveis com a formação prévia. Além disso, o mercado de trabalho absorve majoritariamente mão de obra para funções de baixa qualificação, como nas áreas rurais e industriais, o que resulta na desvalorização do capital cultural trazido pelos migrantes. Essa tríade de barreiras contribui para a inserção forçada em ocupações precárias, mesmo entre aqueles com elevado nível educacional. O processo de validação de títulos estrangeiros no Brasil é oneroso e moroso, exigindo tradução juramentada, análise por universidades e, em muitos casos, a realização de exames complementares.

Em conformidade com os autores anteriormente discutidos, Bhabha (2013) aborda a noção de “novos colonialismos”, que, embora rejeitem explicitamente a escravidão e defendam a integração dos imigrantes, continuam a reproduzir estruturas de desigualdade e subjugação. Para o autor, essas formas de dominação se manifestam de maneira mais sutil, por meio de discursos de globalização e de progresso econômico. Na prática, tais discursos produzem um cenário em que o “outro” é tolerado apenas enquanto não ameaça a ordem estabelecida. Assim, o espaço social destinado aos imigrantes é delimitado por fronteiras simbólicas e materiais que reforçam a exclusão e a subalternização. Como afirma Bhabha (2013, p. 37), “é no momento em que o outro fala que a autoridade do colonizador se desestabiliza”, indicando que as narrativas de resistência e pertencimento dos imigrantes também constituem formas de contestação aos novos colonialismos que persistem sob o tecido social da modernidade global.

As relações entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento não se restringem à disputa por espaço físico, como observado no parágrafo anterior. Trata-se, sobretudo, de um embate simbólico por pertencimento e reconhecimento. É o que Bhabha (2013, p. 185) denomina de “hibridismo, signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações deslizantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa”. Aqui é possível ver que o encontro entre culturas não é passivo, ele gera tensões, deslocamentos e, principalmente, novas identidades. Essas novas formas de existência desestabilizam a lógica hierárquica herdada dos processos coloniais, abrindo espaço para a desconstrução de estereótipos nas sociedades de chegada e para a emergência de outras narrativas de pertencimento.

Para Aníbal Quijano (2013), embora o colonialismo, entendido como sistema de conquista e aculturação de povos e territórios, tenha formalmente se encerrado, a colonialidade permanece como um padrão de poder constitutivo da modernidade capitalista. Essa lógica manifesta-se por meio da classificação social dos sujeitos, articulando raça, gênero, trabalho e conhecimento como eixos estruturantes de dominação. Nesse horizonte, as relações de poder descritas por Foucault (1979), operantes nas microesferas da vida social, dialogam com a leitura de Quijano, para quem o poder se configura como uma trama complexa de exploração, conflito e dominação, atravessando corpos, saberes e territórios. Nessa perspectiva, torna-se necessário explicitar de que modo a colonialidade do poder incide diretamente sobre

a experiência dos imigrantes venezuelanos, na medida em que sua inserção social se realiza em contextos marcados por hierarquizações, desigualdades e processos de subalternização. Como define Quijano (2013, p. 46, grifos do autor),

o poder não se reduz às “relações de produção”, nem à “ordem e autoridade”, separadas ou juntas. E a classificação social refere-se aos lugares e aos papéis das gentes no controle do trabalho dos seus recursos (incluindo os da “natureza”) e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjetividade e dos seus produtos (antes de tudo o imaginário e o conhecimento); e da autoridade, dos recursos e dos seus produtos.

Essa perspectiva permite compreender como os venezuelanos, ao migrarem para o Brasil, são frequentemente inseridos em posições de vulnerabilidade, com acesso restrito a direitos, sendo alvos de estigmas e preconceitos que reforçam sua subalternização.

Nesse cenário, Sparemberger (2014) defende a necessidade de descolonizar pensamentos ainda enraizados no eurocentrismo contemporâneo, que partem de modelos voltados à hierarquização dos países considerados menos desenvolvidos. Na mesma linha de reflexão, Silveira, Nascimento e Zalembessa (2021, p. 5) afirmam:

A colonialidade deixou como resultado aos dias atuais, ideias de diferenciação e hierarquização social e uma universalização de verdades sustentadas pela hegemonia eurocêntrica que tem suas bases na emergência de uma razão científica, aliada a um projeto de poder e de exploração de povos ideologicamente subalternizados.

Para Mignolo (2003), é necessário contestar os padrões estabelecidos historicamente, os quais perpetuam desigualdades em países considerados de “terceiro mundo”⁸. Essas marcas coloniais ainda alimentam discursos que classificam determinados povos como “involuídos, semissivilizados e bárbaros”, o que contribui para a ideia de que o acesso a direitos sociais por parte dos imigrantes permanece distante ou, em muitos casos, carece de efetiva aplicação. Nesse sentido, Boldt, Neto e Chediak (2023, p. 74) ressaltam a importância do apoio interdisciplinar, de “propor

⁸ A expressão “terceiro mundo” surgiu no contexto da Guerra Fria para designar os países que não se alinhavam nem ao bloco capitalista nem ao socialista. Como lembra Hobsbawm (1995, p. 226), o termo passou a abranger nações da Ásia, África e América Latina, frequentemente caracterizadas pela pobreza e pela dependência econômica, tornando-se uma categoria marcada por desigualdades históricas e coloniais. (HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 226).

discussões, soluções e reflexões, principalmente sobre problemas sociais”, condição fundamental para que o acolhimento e a integração sejam concretizados.

As discussões apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam que a inserção sociocultural dos migrantes venezuelanos no Sul do Brasil está profundamente atravessada por estruturas históricas de desigualdade, pela precarização do trabalho e por formas contemporâneas de colonialidade que delimitam lugares sociais e simbólicos. Contudo, tais processos não se restringem às dimensões econômicas e institucionais; eles também impactam diretamente as formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos de pertencimento, negociam identidades e elaboram estratégias de adaptação e resistência no território de acolhida.

Desse modo, compreender a experiência migratória exige avançar para além da análise estrutural, incorporando as dimensões culturais e simbólicas que moldam os processos de inserção. É nesse horizonte que se insere a discussão apresentada no capítulo três, dedicada à reflexão sobre cultura, hibridização e identidade nos contextos migratórios contemporâneos.

3 MIGRAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADE: MEMÓRIAS, TERRITÓRIOS E REDES DE PERTENCIMENTO

3.1 Cultura, aculturação e hibridização nos processos de inserção migrante

De antemão, é importante elucidar que, embora Canclini já tenha abordado o conceito de cultura em sua perspectiva híbrida marcada pela globalização, torna-se relevante trazer uma abordagem mais clássica e antropológica por meio de Laraia (1986). Para o autor, a cultura é dinâmica, ou seja, muda com o tempo e se adapta às experiências humanas. Nesse sentido, ele critica antigas concepções que atribuíam capacidades específicas a determinadas “raças” ou grupos humanos, como a crença de que “nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes” (Laraia, 1986, p. 17). Tais ideias, sustentadas por determinismos biológicos e geográficos, serviram historicamente como justificativas para práticas de dominação. Laraia demonstra, contudo, que as diversas formas de comportamento entre sociedades não podem ser explicadas por fatores somatológicos ou mesológicos⁹, mas pela complexidade dos processos culturais que moldam as ações humanas.

A perspectiva de Laraia (1986) sobre a cultura como processo dinâmico e não determinado por fatores biológicos ou geográficos oferece uma chave importante para compreender os movimentos migratórios. Ao rejeitar explicações baseadas nesses determinismos, o autor pontua que os modos de vida não são fixos, mas resultado de aprendizagens, “de um processo que chamamos de endoculturação”¹⁰ (Laraia, 1986, p. 16).

A experiência dos imigrantes ilustra de forma concreta essa dinâmica cultural, pois ao se inserirem em novas sociedades, eles assimilam práticas locais e, ao

⁹ O termo somatológico refere-se às características físicas e biológicas dos indivíduos (como genética, anatomia ou fisiologia). Já o mesológico diz respeito ao meio ambiente e às condições geográficas e climáticas em que os grupos vivem. Laraia (1986) utiliza esses conceitos para mostrar que nem a biologia nem o ambiente explicam, por si só, a diversidade cultural: ela é resultado de processos sociais e históricos.

¹⁰ Endoculturação refere-se ao processo pelo qual os indivíduos aprendem e internalizam os valores, normas e práticas de sua própria cultura desde a infância. Laraia (1986, p. 16) explica que “um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada”, destacando que o comportamento é resultado da aprendizagem cultural e não de determinismos biológicos.

mesmo tempo, recriam elementos de suas tradições, configurando um processo de aculturação. Essa leitura dialoga com Canclini (2006), ao enfatizar que a hibridização cultural na contemporaneidade é intensificada pela globalização, especialmente em contextos de intensos fluxos migratórios. Assim, a cultura pode ser entendida simultaneamente como herança social, conforme Laraia (1986), e como processo híbrido em constante transformação, conforme Canclini (2006).

Essa dinâmica do encontro cultural e da reinvenção identitária pode ser compreendida também à luz da concepção de sujeito em Bhabha (2013), entendido como uma construção por meio de um processo de reformulação. Nessa perspectiva, a diferença colonial herdada e manifestada a partir do processo de colonização é uma invenção do próprio colonialismo, e o hibridismo, enquanto resistência e luta, carrega a potência de desconstruí-lo. Essa leitura dialoga com as contribuições de Derrida (1991), ao conceber o sujeito como *différance*¹¹, um processo dinâmico, inacabado e relacional que busca romper com os binarismos modernos entre colonizador e colonizado.

Segundo Miglievich-Ribeiro e Prazeres (2015, p. 33), “é nesse entre-lugar constituído pela *différance*, refletindo identidades múltiplas e transitórias”, que Derrida (1991) possibilita aos críticos pós-coloniais “desfetichizar os sujeitos subalternizados” e aproximar colonizadores e colonizados na complexa teia social. Logo, a *différance* não apenas desestabiliza os binarismos coloniais, mas também inaugura possibilidades de subjetivação insurgente, em que o subalterno pode reescrever sua posição na história.

A partir dessa perspectiva, o migrante pode ser compreendido, conforme Sayad (2000), como um “fenômeno social total”, uma vez que carrega consigo tanto a condição de emigrante, que parte, quanto a de imigrante, que chega. Essa duplicidade evidencia que a migração não se encerra na travessia, mas constitui um processo contínuo de deslocamentos materiais e simbólicos. Nessa mesma direção, Glick-Schiller (1999) propõe o paradigma da “migração transnacional”, ao destacar que muitos imigrantes contemporâneos mantêm vínculos sociais, culturais e econômicos com o país de origem, mesmo após se estabelecerem no território de

¹¹ “*Différance*” é um neologismo criado por Jacques Derrida que combina os sentidos de *diferença* e *adiamento* (em francês, *différer*). A troca da letra “e” por “a” só é perceptível na escrita, o que reforça a crítica derridiana à primazia da fala sobre a escrita. O termo expressa a ideia de que o significado está sempre em movimento, nunca plenamente presente, e que a identidade se constitui por meio de diferenças e deslocamentos contínuos.

destino. Ao viverem “entre fronteiras”, os transmigrantes constroem campos sociais transnacionais, articulando identidades múltiplas e pertencimentos fragmentados que desafiam as concepções tradicionais de nação e cidadania.

Brunnet *et al.* (2019) investigam a relação entre aculturação, ansiedade e depressão em imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil entre 2010 e 2016. Os participantes relataram níveis baixos de ansiedade e depressão, com estratégias de aculturação mais voltadas para a integração. Já a aculturação de assimilação, que envolve práticas culturais do país dominante correspondeu a menores níveis de ansiedade, enquanto a separação cultural teve uma conexão com maiores níveis de depressão. Já a separação linguística foi negativamente associada à ansiedade, pois indica que o uso da língua materna pode atuar como um fator protetor, ressaltando que abordagens sensíveis às particularidades dos imigrantes quanto às suas origens contribuem no suporte à saúde mental dessas pessoas. Conforme o estudo realizado por Brunnet *et al.* (2019), mais abordagens relacionadas a imigração são necessárias para entender o fenômeno da aculturação dentro de diferentes territórios, pois isso ajudaria a desenvolver políticas públicas mais eficazes e direcionadas a esse grupo de pessoas.

Para compreender como se configuram a hibridização e a reconfiguração identitária apontadas por Canclini (2006), é necessário retomar sua reflexão de 1983 sobre o conceito de cultura. Nessa obra, o autor destaca um entendimento amplamente compartilhado entre antropólogos, que a definem como um “conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (Canclini, 1983, p. 40). Sob essa perspectiva, estabelece-se um diálogo fecundo com Kusch (2012), para quem a cultura é inseparável do território, entendido como o espaço em que “nos enraizamos e encontramos nosso endereço existencial” (p. 113).

Para Canclini (1997) e Kusch (2012), reduzir a cultura ao campo das belas artes, da música ou da literatura, sem considerar seus vínculos com os modos de vida e com o espaço social em que se produz, implica reforçar hierarquias que inferiorizam outras práticas culturais. Mais do que revisar, cultura e território como esferas que não podem estar separadas, autores como Milton Santos (2011) e Kusch (2012) defendem a inseparabilidade entre práticas culturais, território e formas de pertencimento social. Nesse sentido, diversidade, pertencimento e interação

socioterritorial se entrelaçam, permitindo reconhecer diferentes formas de produzir identidades em um processo de hibridização dentro de um mesmo espaço geográfico. Para Canclini (1997, p. 288), a urbanização latino-americana constitui um dos fatores centrais para compreender os processos de hibridização cultural.

O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60 ou 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação

Habermas (1962) descreve a esfera pública, nas primeiras fases da modernidade europeia, como espaço de participação racional e de formação da ordem social. Entretanto, na América Latina, esse espaço constituiu-se de maneira desigual, marcado por exclusões históricas que limitaram a inserção de grupos subalternizados, entre eles os imigrantes. Bourdieu (1997), ao mobilizar o conceito de *habitus* social, contribui para compreender como tais desigualdades se reproduzem nas práticas cotidianas e nos cenários culturais, perpetuando formas sutis de distinção e hierarquização. A restrição histórica de acesso a determinados espaços sociais evidencia que as relações de poder não operam apenas no plano simbólico, mas também se materializam nos territórios, estruturando possibilidades concretas de pertencimento e exclusão. No próximo subcapítulo, será discutido como essas relações de poder se manifestam espacialmente, analisando os processos de desterritorialização e reterritorialização que atravessam as experiências migratórias contemporâneas.

3.2 Territorialidade e migração: desterritorialização, reterritorialização e poder

Migrar não é o mesmo que integrar-se. Como observam Siso e Picolotto (2023, p. 10), a inserção dos imigrantes depende de “mecanismos legais, assistenciais e de integração que orientem seus primeiros passos”. Quando tais mecanismos são frágeis ou inexistentes, as políticas de acolhimento tornam-se meramente formais, produzindo processos de inclusão precária. É nesse ponto que a reflexão de

Haesbaert (2014, p. 262) se torna central, ao enfatizar que o acolhimento também constitui um processo de reterritorialização, no qual os sujeitos ressignificam material e simbolicamente o espaço:

deter o controle seria territorializar-se. Quando somos nós que definimos o território dos outros, de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois ser “territorializado” por outros, especialmente quando completamente contra nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se. Assim, “reterritorialização” implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros.

Aqui é possível estabelecer relações entre o conceito de território e a sociedade na qual os imigrantes venezuelanos buscam se inserir. Nesse sentido, Haesbaert (2014) compreende o território como uma construção histórica e social, resultado das práticas e representações culturais que os sujeitos estabelecem com o espaço. Longe de ser um elemento puramente físico ou geográfico, o território é atravessado por relações de poder que o constituem e o transformam continuamente. Essa concepção dialoga com Foucault (1979), ao compreender o poder não como algo fixo, localizado, e centralizado, mas como uma rede capilar que se manifesta nas relações cotidianas.

Para o autor, “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1979, p. 248), o que permite entender como os mecanismos de controle e disciplinamento se infiltram nas práticas sociais, produzindo subjetividades e moldando condutas. Logo, o território é um campo de forças, no qual se produzem muitas formas de exclusão, de resistência e reconfiguração do espaço geográfico. Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre quem delimita e controla o espaço social destes imigrantes, pois tais dinâmicas interferem diretamente na constituição do *habitus* social nos lugares de chegada.

Algumas pesquisas examinam a relação entre memórias e identidade com base no lugar habitado. Carreira (2017) averigua essa conexão ao abordar a migração, memória e identidade no contexto da literatura brasileira contemporânea, destacando que a diáspora judaica foi motivada pela ascensão nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Para a autora, as memórias desses migrantes estão interligadas a processos de desterritorialização e reterritorialização, que envolvem o

abandono desses lugares culturais, onde os indivíduos construíram suas memórias e estabeleceram suas identidades.

Para um novo lugar habitado, que a autora define como reterritorialização, onde o espaço físico e as experiências vividas se entrelaçam, permitindo que os migrantes reescrevem suas histórias e construam novas identidades. Segundo Carreira (2017), esses dois processos estão correntemente interligados e são de fundamental importância para entender a experiência migratória, considerando que a imigração, além de ser uma mudança geográfica, é um processo que envolve pessoas dentro de um espaço geográfico.

Nesse sentido, como pontuam Siso e Picolotto (2023, p. 11), os Estados que abandonam a visão da migração como um problema e passam a estruturar políticas consistentes de integração, “como o ensino de língua, a validação de diplomas, a inserção profissional e a qualificação, tendem a reduzir tensões sociais e potencializar os ganhos decorrentes da presença imigrante”. A compreensão da imigração como possibilidade exige reconhecer o sujeito imigrante em sua humanidade, que amplia benefícios para além do mercado de trabalho, fortalecendo dinâmicas culturais e principalmente pertencimento. Essa perspectiva dialoga com García Canclini (2001, p. 65), ao afirmar que:

[...] pelo aumento das migrações internacionais, o que gera desafios inéditos, segundo o pesquisador, para a gestão da interculturalidade – interessante provocação – além das fronteiras dos países. Em síntese, ao considerar o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da contemporaneidade, García Canclini incorpora vários elementos que não se mostravam presentes em 1987, quando da primeira aproximação ao conceito de políticas culturais.

O fenômeno da transnacionalização, destacado por García Canclini (2001), evidencia que os processos culturais contemporâneos não se restringem às fronteiras nacionais, mas se expandem em função dos espaços geoculturais. Para o autor, esses espaços são frutos da “[...] geografia, da cultura, do idioma, da história, da política e de um estilo de vida que, conjugado com outros numerosos elementos, definem certa singularidade do latino-americano” (Idem, p. 47). Ainda assim, Canclini ressalta que essa integração permanece fragilizada, mesmo após dois séculos de trajetória compartilhada. Essa perspectiva é fundamental para compreender a presença dos imigrantes venezuelanos em Parobé/RS, pois sua chegada traz

consigo novas práticas culturais, distintas das existentes nesses espaços geográficos, e evidencia fragilidades interculturais em nível local, marcadas por desigualdades sociais e pela necessidade de políticas culturais inclusivas.

A noção de região geocultural, conforme García Canclini (2001), indica que a América Latina se forma não unicamente por dimensões geopolíticas e geoeconômicas, mas, sobretudo, por elementos culturais compartilhados, como língua, história e modos de vida. Essa construção aproxima os povos latino-americanos em uma imagem comum, ainda que frágil, pois dentro desse espaço persistem marcações sociais e econômicas que limitam a integração cultural. Assim, a identidade latino-americana aparece como um projeto em disputa, tensionado pelas desigualdades de classe e pela necessidade de políticas que reconheçam a diversidade cultural da região.

Em sintonia com essa perspectiva sobre elementos culturais compartilhados, Milton Santos (2005) observa que o estudo do território ainda carrega heranças da modernidade que permanecem praticamente intocadas. É preciso, para Santos (2005, p. 255), construir conceitos “híbridos de forma, impuros, afetados espaço-temporalmente, abertos e em movimento constante”, reforçando a importância de compreender o território como um elo social que conecta elementos históricos, sociais e culturais, onde a vida em sociedade acontece.

Por essa perspectiva miltoniana de territórios híbridos, o diálogo com o espaço onde a vida acontece cria um olhar mais atento e equitativo para as questões sociais e humanitárias. Assim, o território deixa de ser um palco, como afirmam Santos (2011), alheio ao que acontece ao seu redor. Logo, ele “surge, retorna como um ator dinâmico, em constante movimento de interação com o seu entorno cultural” (p. 247). Essa interação, compreendida pelo autor como a interdependência e a inseparabilidade entre o território material, a natureza e a ação humana precisam ser reconhecidas de forma contínua, já que o território é um espaço vivo. Nesse sentido, é pertinente relacionar essa concepção ao que os autores (Idem, 2011) denominam “territórios usados”, que carregam marcas de práticas passadas, como as migrações internas no município de Parobé/RS motivadas pelas indústrias calçadistas. Contudo, por ser um espaço que emana vida, o território se reconfigura pelas ações do presente, como se observa com a presença dos imigrantes venezuelanos, que transformam e atualizam o espaço geográfico de maneira contínua.

A migração transnacional expressa um movimento que ultrapassa as fronteiras nacionais, configurando-se por meio de redes de diálogo entre imigrantes e de mecanismos de vinculação com seus lugares de origem (Silva; Baeninger, 2021). Entre essas formas de conexão, destacam-se o envio de apoio financeiro às famílias que permanecem nos locais de partida e a circulação de notícias, elementos que reforçam vínculos afetivos e sociais e, em determinadas situações, podem inclusive estimular novos deslocamentos. Para Paez (2019), mesmo quando a saída ocorre em contextos de fuga, como no caso dos venezuelanos que migram para o Brasil, essa mobilidade ainda assume caráter transnacional. Tal perspectiva é fundamental para a compreensão dos lugares de chegada, na medida em que essas dinâmicas participam da estruturação de projetos de vida e da constituição de formas de resistência cultural e social.

3.3 Redes de acolhimento e mediações sociotécnicas¹² na inserção migrante

Nesse espaço em rede, encontra-se o imigrante conectado, que não está alheio às informações e, como destaca Diminescu (2007), estabelece uma relação profunda entre o deslocamento e as tecnologias da informação. As práticas de busca permeiam a experiência migratória, permitindo que o sujeito mantenha vínculos com suas comunidades de origem por meio das mediações sociotécnicas. Para o autor (2007), recursos como internet, celulares e redes sociais tornam a distância menos relevante e a comunicação mais instantânea. Assim, a migração contemporânea não representa uma ruptura definitiva, mas a continuidade de relações sociais e afetivas sustentadas pelas TICs.

Esse horizonte ampliado dialoga com o imaginário descrito por Mattedi e Rosa (2020), marcado pelo “mundo vislumbrado no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos. Um mundo global que ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor” (p. 13). Esse “mundo global” evidencia que a mobilidade atual envolve mais do que

¹² O termo sociotécnico é utilizado no sentido proposto por Bruno Latour (2012), segundo o qual os processos sociais são constituídos por redes que articulam simultaneamente atores humanos e não humanos. Documentos, sistemas digitais, normas jurídicas, equipamentos institucionais e práticas administrativas integram essas redes, participando ativamente da produção de efeitos sociais. Assim, ao referir-se a mediações sociotécnicas na inserção migrante, considera-se que a integração não depende apenas de relações interpessoais, mas também da atuação de dispositivos institucionais e técnicos que estruturam o acesso a direitos e serviços.

deslocamentos físicos, tendo em vista que ela produz expectativas, sentidos e sonhos mediados pelas redes de informação.

A inserção sociocultural, nesse caso, emerge como um dos desafios centrais das mobilidades contemporâneas. Mesmo que redes de apoio contribuam para o processo de inserção dos imigrantes, por meio de ações religiosas, institucionais e tecnológicas, seu alcance permanece limitado diante das desigualdades estruturais que condicionam o acesso a serviços e oportunidades. Como aponta Diminescu (2007), o imigrante conectado amplia seu horizonte de mobilidade ao articular vínculos transnacionais mediados pelas TICs, contudo, tal conectividade não elimina as tensões culturais que, conforme destacam Mattedi e Rosa (2020), funcionam como barreiras simbólicas à integração. Sob a perspectiva da cultura híbrida proposta por Canclini (2001) e da dinâmica cultural entendida por Laraia (1986) como processo contínuo de aprendizagem, compreende-se que o imigrante carrega uma bagagem cultural que se reinscreve no território, este concebido como um espaço vivo, em permanente produção social (Santos, 2005).

De antemão, é importante elucidar que não é apenas pela religiosidade que se formam estruturas de apoio para os imigrantes. Silva (2017) analisa o papel estratégico das redes de acolhimento na recepção dos imigrantes no Brasil, destacando como elas compensam a ausência de políticas públicas capazes de responder às demandas desse grupo. Para o autor, essas redes oferecem apoio imediato, que vai do alojamento temporário à orientação documental, funcionando como mecanismos de inserção social que facilitam os primeiros passos desses imigrantes no país.

A análise de Silva (2017) dialoga com Sayad (2000), ao afirmar que o imigrante enfrenta continuamente a necessidade de reconstruir sua presença no país de destino, o que torna essas redes fundamentais para a redução de desigualdades. Ademais, conforme argumenta Baeninger (2021), as migrações contemporâneas no Brasil se organizam por meio de circuitos de informação, pelos quais os imigrantes circulam em busca de oportunidades, especialmente em contextos atravessados por desigualdades de raça e classe.

É importante destacar que não é apenas por meio da religiosidade que se formam estruturas de apoio para imigrantes. Silva (2017) analisa o papel estratégico que as redes de acolhimento desempenham na recepção de migrantes haitianos no Brasil. Para o autor (2017), essas redes de amparo ajudaram a mitigar os desafios

enfrentados pela ausência de políticas públicas adequadas para esse grupo. Além disso, as redes oferecem apoio imediato para estes imigrantes, incluindo alojamento temporário, alimentação e orientação com a documentação necessária para regularizar a situação no país, um grande passo para a integração social e legal dessas pessoas. Apesar das dificuldades, o autor concluiu que as redes de acolhimento podem atenuar contextos marcados por preconceitos de raça e classe, como no caso brasileiro, na medida que acumulam interações sociais, promovendo a disseminação de informações sobre o mercado de trabalho e serviços governamentais.

Entretanto, apesar dos avanços da atualidade, seja no âmbito da informação ou do transporte, as redes produzem um reordenamento geográfico nos territórios (Mattedi; Rosa, 2020). Por serem meios difusores de informação, elas ampliam os conhecimentos nos locais de chegada, permitindo que os imigrantes busquem melhores possibilidades de inserção a partir dessas conexões. Ao mesmo tempo, como aponta Terrier (2010), apesar de toda esta tecnologia que possibilita aproximação, ela impulsiona desigualdades sociais, institucionalizando no contexto migratório um “*apartheid migratoire*”. Esse conceito revela que, embora as redes ampliem horizontes, a mobilidade contemporânea permanece atravessada por barreiras sociais e desigualdades estruturais.

Martins (2018) também utiliza o conceito de rede em suas análises para compreender a imigração haitiana em direção ao Brasil. Para a autora, há uma interconexão entre território e rede, destacando a capacidade dos haitianos de se estabelecerem em um território e manterem relações socioespaciais voltadas para uma maior integração. Ela aponta que essas dinâmicas de apoio dentro de um território são fundamentais para a construção de novas territorialidades e para a reivindicação de direitos sociais previamente definidos. Dessa maneira, a capilaridade dos haitianos contribui para uma maior interação dentro do território brasileiro, tendo em vista que suas estratégias de migração são marcadas pela mobilidade coletiva e suas relações socioespaciais comprovam uma complexa rede de mecanismos de sobrevivência (Martins, 2018). Ainda assim, mesmo que os haitianos tenham potencial para transformar seu campo de atuação, eles continuam a enfrentar barreiras sistêmicas que dificultam a integração numa totalidade.

Pizzinato *et al.* (2022) destacam o papel das redes sociais como meios de suporte afetivo para imigrantes haitianos residentes em três cidades gaúchas. Conforme os autores, a apropriação das TICs por esse grupo de imigrantes permite reduzir as distâncias com os familiares, além de manter o laço afetivo com a terra natal. Além disso, o uso de redes sociais e aplicativos on-line, especialmente por meio de smartphones, que são a principal fonte de acesso à internet para muitos imigrantes haitianos, proporciona uma maior autonomia que facilita tanto a conexão com a comunidade imigrante dentro do mesmo país, quanto com a população local. Para os autores, o estudo direcionado aos imigrantes haitianos deve ser ampliado para outros grupos de imigrantes, especialmente imigrantes econômicos e refugiados, a exemplo dos venezuelanos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Essa perspectiva permite articular, em um enquadramento mais abrangente, as redes de acolhimento, os circuitos de informação e as mediações técnicas discutidas anteriormente. Na leitura de Latour (2012), as redes correspondem aos traços deixados pelos movimentos de associação, e é precisamente nesses vestígios relacionais que a experiência migratória se inscreve. Tal inscrição manifesta-se nos deslocamentos que conectam instituições, sujeitos, objetos e tecnologias, tornando possível a reconstrução da presença do imigrante nos lugares de chegada e evidenciando que sua inserção se dá por meio de múltiplas mediações, e não de forma isolada ou linear.

Sendo assim, para Latour (2012), quando se busca descobrir novos e inesperados atores que ainda não são reconhecidos como membros “*bona fide*” da sociedade, faz-se necessário desarmar-se, deixar a armadura de lado e “viajar para outras plagas, munidos de um instrumental bem diferente” (p. 43). Essa proposta implica repensar o próprio emprego da noção de “social”, deslocando a análise para além de categorias previamente estabelecidas e questionando até que ponto, de fato, buscamos agregar socialmente o novo, ou seja, o imigrante.

Para ilustrar essa mudança de postura analítica, Latour recorre à metáfora da estrada, estabelecendo uma diferença significativa entre aprender a dirigir por uma rodovia já existente e explorar, pela primeira vez, um território acidentado em que a estrada foi traçada, muitas vezes, em desacordo com os desejos das comunidades locais. O ponto central, para o autor, não reside na velocidade do percurso, mas na disposição de desacelerar, percorrer desvios menores e, se necessário, alterar o

próprio ritmo da caminhada analítica. Nessa perspectiva, a tarefa de definir e ordenar o social não deve ser atribuída exclusivamente ao analista, mas compartilhada com os próprios atores – nesse caso, os imigrantes – e com as redes que eles constroem em seus processos de inserção.

Para Bruno Latour (2012), ao desenvolver a Teoria Ator-Rede, o “social” não pode ser compreendido como uma substância dada ou como algo estático. Pelo contrário, ele se constitui como um tipo de conexão continuamente produzida nas relações entre humanos e não humanos (p. 28). Nessa perspectiva, o social só pode ser entendido em diálogo com o contexto no qual essas relações se constroem, permitindo que elementos como documentos, celulares e redes sociais sejam agentes nos processos de integração dos imigrantes. Compreender a mobilidade contemporânea, portanto, implica reconhecer que a trajetória migratória é continuamente produzida por redes sociotécnicas, mobilizadas tanto individual quanto coletivamente pelos próprios imigrantes. Logo, a inserção no território se realiza por ações humanas diretas, bem como pela força das redes que esses sujeitos conseguem mobilizar, uma vez que, como afirma Latour (2012), “a ação é sempre compartilhada” (p. 75)

As relações que viabilizam o acesso ao alojamento, à documentação, à comunicação com a família, ao trabalho e ao suporte religioso ou comunitário configuram composições sociotécnicas que estruturam o cotidiano desses sujeitos. Ao afirmar que o que explica a ação é a força da rede mobilizada pelo ator, Latour (2012) oferece uma chave interpretativa particularmente fecunda para compreender como desigualdades de classe, raça e acesso às tecnologias incidem sobre a capacidade de cada imigrante de construir visibilidade, acionar recursos e produzir pertencimento no novo território.

Como assinala Rousseau (2008, p. 184), o “controle do espaço permite controlar a mobilidade dos corpos”. Nessa perspectiva, quanto maior o acesso à informação por determinados grupos, maiores tendem a ser também suas possibilidades de deslocamento e circulação. Em contrapartida, aqueles que não dispõem desse mesmo acesso enfrentam obstáculos mais significativos para migrar, inserir-se socialmente e ampliar suas oportunidades. Considerando tais nuances, é importante destacar que o imigrante vivencia uma busca identitária permanente, tensionada entre o ser daqui ou ser de lá (Goettert, 2009). Além disso, Mattedi e Rosa (2020) assinalam que os imigrantes enfrentam, ao longo de sua trajetória migratória,

múltiplos estigmas e preconceitos, atravessados por marcadores étnicos, culturais e religiosos. Conforme os autores,

[...] o imigrante não enfrenta o processo migratório de forma polarizada unidirecional e linear. Suas experiências são relativizadas em função da simultaneidade de práticas culturais, econômicas, espaciais individuais e coletivas que permitem uma inserção ou não do migrante no local de destino. São concepções como essas que esquematizam signos de preconceitos, preconizando uma ruptura de identificação que impede o estabelecimento de uma relação (Mattedi; Rosa, 2020, p.16).

À luz dessas articulações teóricas, compreender as migrações contemporâneas exige uma abordagem capaz de articular mobilidade, cultura, redes e território de forma relacional. As trajetórias migratórias não se reduzem ao deslocamento físico, mas se constroem a partir de circuitos de informação e mediações culturais que moldam expectativas, recriam possibilidades e formas de pertencimento. Nesse sentido, o imigrante emerge como sujeito ativo, portador de uma bagagem cultural híbrida que se reinscreve no território por meio de práticas cotidianas, relações sociais e usos das tecnologias.

O território, entendido como espaço vivido e socialmente produzido, torna-se, assim, o lugar onde se tensionam desigualdades, estigmas e estratégias de inserção. Ao articular as contribuições de autores como Canclini (2006), Diminescu (2007), Santos (2005) e Latour (2012), este referencial oferece as bases teóricas para compreender como essas experiências são produzidas, negociadas e narradas, abrindo caminho para a análise das trajetórias dos imigrantes a partir da história oral, enquanto método capaz de acessar os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos às suas mobilidades, redes e experiências de vida.

3.4 Narrar-se para pertencer: memória e identidade na experiência migrante

Para Bourdieu (1998), o imigrante enfrenta inúmeras dificuldades de inserção nos lugares de chegada, pois não é reconhecido plenamente como cidadão, já que não pertence originalmente a esse espaço social. Ao mesmo tempo, também não é inteiramente estrangeiro, uma vez que participa da vida social e compartilha aspectos da cultura local. Como afirma o autor, o imigrante é um *atopos*, “nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro” (Bourdieu, 1998, p. 11), ocupando uma posição entre fronteiras simbólicas e sociais,

na qual sua identidade se constrói em permanente negociação. Essa concepção dialoga com Hall (2006), ao compreender o sujeito pós-moderno como uma construção social, formada pelas diferenças e pelos contatos com o “exterior constitutivo”. Nesse contexto, o sujeito cartesiano, “dotado de uma identidade unificada e estável, é desintegrado e se torna fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas” (Hall, 2006, p. 12).

Nessa concepção pós-moderna de identidade, Hall (2006) argumenta que o sujeito é fragmentado e composto por múltiplas identidades, algumas por vezes conflitantes. Essa descrição reflete a realidade daqueles que migram e precisam negociar o “eu” da terra natal com o “eu” que se constrói no novo ambiente. É importante destacar que o imigrante é atravessado por diferentes estímulos culturais e discursivos que, conforme Canclini (2006), operam de forma intrusiva por meio da língua, das memórias e, sobretudo, dos costumes, configurando um processo contínuo de hibridização e reconfiguração identitária.

A partir dessa perspectiva, Canclini (2006) contribui para compreender que a identidade, em um mundo globalizado, torna-se cada vez mais híbrida e dinâmica. As fronteiras culturais se tornam porosas, permitindo a circulação de elementos simbólicos e modos de vida que se entrecruzam nos espaços urbanos e sociais. Essa fluidez identitária, apontada por Canclini, dialoga com as reflexões de Stuart Hall (2006), para quem a memória não se limita à recuperação do passado, mas constitui um processo ativo de reinterpretação e autoconhecimento. É por meio desse movimento contínuo entre lembrança e reinvenção que a identidade se constrói, revelando-se como algo sempre em reconstrução.

Nesse sentido, o processo identitário deixa de estar vinculado exclusivamente à ideia de nação e lugar, passando a ser constituído a partir das trocas, deslocamentos e interações entre diferentes grupos sociais. Como destaca Canclini (2006), a memória e a identidade se articulam enquanto construções discursivas. Ao narrar-se, o sujeito mobiliza suas experiências e referências culturais, acionando elementos que o constituem para elaborar uma narrativa de si e consolidar um novo “eu” em constante transformação. Nessa perspectiva, torna-se pertinente articular essa compreensão com o que Hall (2011, p. 11) descreve como uma “costura” ou, em sentido metafórico, uma “sutura” entre o sujeito e a estrutura. Ou seja, o “eu” é

constantemente formado e reformulado no diálogo com outros mundos culturais, sofrendo suas influências e ressignificando sua própria identidade.

Essa concepção é fundamental para compreender a realidade dos imigrantes venezuelanos no Brasil, cuja presença evidencia novas formas de pertencimento e convivência multicultural. Entretanto, ainda persiste a resistência em reconhecer tais sujeitos como portadores de identidades legítimas. Por mais que o discurso da globalização, por vezes até procure promover a integração, ele não elimina as desigualdades simbólicas nem as hierarquias entre “nós” e “os outros”. Pelo contrário, conforme observa Canclini (2006, p. 131), a globalização atravessa fronteiras sociais e reorganiza as desigualdades, em um processo que, ao mesmo tempo em que aproxima, também reforça as diferenças, sendo, assim, “poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas”.

Desse modo, convergem as considerações de Hall (2011) e Canclini (2006) no sentido de que a identidade deve ser compreendida como um processo ativo, permanentemente em construção e reconstrução. Ela não é definitiva, mas atravessada pela provisoriade e pela constante negociação entre o sujeito e o contexto cultural. Conforme Canclini (2006), as identidades são híbridas, formadas nas fronteiras e nas interações entre diferentes culturas. Essa compreensão dialoga com Candau (2016), ao afirmar que a memória, assim como a identidade, é móvel e relacional, pois se configura conforme as experiências e as trocas sociais que os sujeitos estabelecem. Assim, identidade e memória deixam de ser entendidas como essências fixas e passam a ser reconhecidas como processos históricos, plurais e situados.

Sob essa ótica, compreender as experiências dos imigrantes venezuelanos é reconhecer que suas identidades e memórias são continuamente (re)construídas a partir das vivências e das relações que estabelecem nos novos espaços geográficos, bem como, das negociações simbólicas que realizam para pertencer e se afirmar em meio à diferença. Nesse sentido, como observa Hall (2006, p. 21), esse processo pode ser compreendido como uma transição de uma política de identidade, centrada na classe, para uma política da diferença, marcada pela valorização das múltiplas formas de ser e de pertencer.

Nessa perspectiva, pensar a identidade implica em refletir sobre a cultura e o território como espaços simbólicos de produção e de negociação de sentidos. O território deixa de ser compreendido apenas como uma porção de terra delimitada,

passando a ser visto como um espaço de experiências, de encontros e conflitos, como aponta Santos, (2005). É nele que os sujeitos constroem vínculos, reinventam tradições, e passam a reconfigurar suas pertencas culturais. Assim, a cultura manifesta-se como um campo de disputas e de tradições, em que diferentes grupos, como os imigrantes venezuelanos, reelaboram suas referências identitárias no diálogo e, por vezes, no confronto com a sociedade acolhida.

Para compreender a relação entre migração, identidade e memória, é imprescindível trazer Michel Pollak (1989) para o debate, cujas reflexões oferecem importantes contribuições para compreender as trajetórias dos imigrantes venezuelanos. Para o autor, “o não dito” e “o esquecido” configuram-se como táticas de resistência que se expressam no silêncio de determinados sujeitos sociais, revelando modos seletivos de enquadrar a própria memória. Nessa perspectiva, a memória não é apenas lembrança, mas também omissão e disputa.

Como afirma Le Goff (2003, p. 419), “a memória é a obra-prima do historiador”, e deve ser compreendida como um espaço de conservação e, ao mesmo tempo, de reconstrução das experiências vividas. Partindo dessa premissa, Pollak entende que as histórias de vida constituem instrumentos de reconstrução identitária, mais do que simples relatos factuais, pois nelas se expressam as formas pelas quais os indivíduos buscam significar suas existências. Assim, “através dessa reconstrução de si, os indivíduos tendem a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (Pollak, 1989, p. 13).

Dessa maneira, Pollak (1989) entende que a memória trabalha em coletivo com os acontecimentos e as interpretações do passado que se quer salvaguardar. Nesse caso, ele compartilha com Halbwachs (2006) a mesma linha de pensamento de que a memória individual se produz na interação com o coletivo. Ou seja, “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (Halbwachs, 2006, p. 72). Para os imigrantes venezuelanos no RS, essa perspectiva é o nó da questão, tendo em vista que a memória individual deles não é isolada, mas está em constante negociação com a memória coletiva e familiar da Venezuela.

Para os imigrantes venezuelanos, narrar o passado não é apenas um exercício de lembrança, mas uma forma de resistir ao esquecimento e de reafirmar a própria existência em um território que, muitas vezes, os marginaliza. Ao

compartilharem lembranças, tradições e práticas culturais, esses sujeitos reconstroem laços simbólicos com sua terra natal, ressignificando suas experiências no novo espaço social. A memória, portanto, atua como elo entre passado e presente, funcionando como instrumento de resistência frente às rupturas impostas pelo deslocamento e pela exclusão. Ela não apenas guarda o vivido, mas o reinscreve em novos contextos, permitindo que identidades sejam continuamente reconstruídas em meio às fronteiras físicas e simbólicas que atravessam a experiência migratória. É nesse horizonte que se insere o capítulo seguinte, dedicado à análise das memórias narradas pelos venezuelanos residentes em Parobé/RS, buscando compreender como suas experiências migratórias são elaboradas e significadas por meio da História Oral.

4 MEMÓRIA NARRADA E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DOS VENEZUELANOS EM PAROBÉ/RS: UMA ANÁLISE POR MEIO DA HISTÓRIA ORAL

Este capítulo dedica-se à análise das narrativas produzidas pelos imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS, buscando compreender como suas experiências migratórias são elaboradas, interpretadas e significadas por meio da memória. Organiza-se em três eixos principais: inicialmente, examinam-se as trajetórias de deslocamento e chegada ao Brasil; em seguida, analisam-se as experiências de inserção sociocultural no contexto local; por fim, discutem-se as dimensões identitárias e simbólicas que emergem das narrativas, evidenciando como os sujeitos constroem sentidos sobre pertencimento, exclusão e permanência. Nessa perspectiva, a memória é entendida como construção social e processo ativo de elaboração do passado, conforme discutido por Michael Pollak (1989), para quem recordar implica selecionar, enquadrar e reinterpretar acontecimentos à luz do presente. Assim, as narrativas analisadas neste capítulo não são tomadas como relatos neutros ou meramente descritivos, mas como produções situadas, atravessadas por experiências, expectativas e contextos específicos.

4.1 A história oral como via de acesso às experiências migratórias

A metodologia da história oral constitui-se como um instrumento de grande relevância para a produção de dados nas ciências humanas e sociais, especialmente por atribuir centralidade aos sujeitos e às suas narrativas na construção e reconstrução das memórias e trajetórias de vida (Ataíde, 2016). Ao privilegiar a fala dos próprios atores sociais, a história oral permite registrar experiências vividas que ajudam a explicar o presente, dando visibilidade a sujeitos e grupos historicamente marginalizados dos registros oficiais. Nesse sentido, Thompson (1998) destaca que a história oral é tão antiga quanto a própria história, já que, mesmo antes da escrita, as sociedades já transmitiam saberes, experiências e memórias por meio da oralidade. Desse modo, narrar a própria história sempre foi uma forma de preservar experiências e compartilhar conhecimentos, aspecto fundamental para compreender processos sociais complexos, como a experiência migratória.

A oralidade não se configura unicamente como uma técnica moderna de produção do conhecimento, mas como uma forma ancestral de comunicação que acompanha a trajetória humana desde seus primórdios. Thompson (1998) destaca que a história oral lança a vida para dentro da própria história, ao ampliar o escopo da historiografia e permitir que sujeitos historicamente invisibilizados alcancem reconhecimento e dignidade por meio de suas narrativas. Nessa perspectiva, ao revisitar as reflexões de Thompson (1998), observa-se que, embora a oralidade sempre tenha sido um meio fundamental de transmissão de saberes, a história oral passa a se consolidar institucionalmente como método de documentação histórica a partir de 1948. Nesse período, pesquisadores norte-americanos iniciaram o registro sistemático de memórias de personalidades públicas. Esse movimento marca a transição da oralidade como prática social ancestral para a história oral como metodologia reconhecida no campo acadêmico.

Ao avançar na discussão, Thompson (1998) aponta que, por cerca de duas décadas, a história oral nos Estados Unidos esteve predominantemente voltada ao registro de memórias de elites políticas, intelectuais e institucionais. Foi somente a partir da década de 1970 que o método passou a ser mobilizado de forma mais ampla, incorporando as experiências de povos indígenas, da população negra, das mulheres e de outros grupos historicamente marginalizados. Essa inflexão marca um deslocamento epistemológico importante, pois, para o autor referido, a história oral é construída em torno de pessoas. “Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo” (Thompson, 1998, p. 44). Nesse sentido, a história oral revela-se particularmente fecunda para o estudo das experiências migratórias, uma vez que permite acessar trajetórias e memórias produzidas por sujeitos que, como os imigrantes, frequentemente permanecem à margem das narrativas oficiais e das estatísticas institucionais.

A história oral configura-se como uma metodologia de caráter interdisciplinar, atravessando fronteiras entre a História, a Sociologia, a Antropologia e outras áreas das ciências humanas e sociais. Valorizando as experiências individuais e coletivas, esse método exige do pesquisador rigor analítico e sensibilidade ética no trato com os sujeitos entrevistados. Conforme o Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), criado em 29 de abril de 1994, a história oral constitui um método de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades,

independentemente da área do conhecimento em que é aplicada (Ataíde, 2016, p. 144). Em consonância com essa perspectiva, Lang (1996) ressalta que o trabalho do pesquisador não se encerra na realização e gravação das entrevistas, sendo fundamental interpretar as narrativas, devolver os resultados aos participantes e respeitar as dimensões éticas e políticas envolvidas na produção do conhecimento. Tal compromisso torna-se ainda mais relevante em pesquisas com grupos socialmente vulnerabilizados, como os imigrantes, cujas narrativas frequentemente carregam marcas de deslocamento e reconstrução identitária.

Nesse sentido, para alguns pesquisadores, o uso da história oral ainda é cercado por resistências, especialmente no que se refere à sua credibilidade enquanto fonte histórica. Entre os principais argumentos, destaca-se a ideia de que os depoimentos orais seriam excessivamente subjetivos, uma vez que se constroem a partir de memórias individuais, passíveis de falhas, esquecimentos ou reelaborações. Contudo, como argumenta Thompson (1998, p. 18), “a subjetividade é um dado real”, presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais ou escritas. Nessa perspectiva, o que interessa à história oral não é eliminar a subjetividade, “mas compreendê-la, buscando interpretar os motivos pelos quais o entrevistado foi seletivo, omissos ou enfatizou determinados acontecimentos” (p. 18), pois essa seletividade, longe de ser um problema, carrega significados fundamentais para a análise histórica.

É justamente a partir dessa compreensão da subjetividade como dimensão constitutiva das fontes históricas que a história oral se revela profícua para o estudo das migrações contemporâneas. As experiências migratórias são atravessadas por rupturas, deslocamentos, perdas e reconfigurações identitárias, elementos que dificilmente podem ser apreendidos apenas por meio de dados quantitativos ou registros institucionais. Nesse contexto, a narrativa oral dos imigrantes permite acessar os fatos objetivos da migração e os sentidos atribuídos a essa experiência, evidenciando como os sujeitos interpretam suas trajetórias, constroem memórias e reelaboram suas vivências no novo território. Assim, a história oral possibilita compreender a migração além de um fenômeno demográfico ou econômico, mas como experiência humana, marcada por afetos, expectativas e estratégias de adaptação.

Nesse sentido, a história oral se apresenta como uma possibilidade poderosa para compreender as experiências humanas dos imigrantes, especialmente no que

se refere aos processos de deslocamento e aos significados atribuídos aos lugares de chegada. Por meio da oralidade, torna-se possível acessar as vivências que cada sujeito carrega consigo em sua bagagem cultural, marcada por trajetórias singulares e experiências diversas.

Hampâté Bâ (2010) enfatiza o valor da memória nas experiências humanas ao reconhecer aqueles que transmitem saberes por meio da oralidade como verdadeiros guardiões da memória viva da África. Para o autor, a palavra estabelece um elo profundo entre os indivíduos, permitindo que o conhecimento seja transmitido de geração em geração. Esses guardiões, representados simbolicamente pelos mais velhos, preservam a força da história vivida por meio da oralidade. Nesse entendimento, a oralidade configura-se como uma ciência da vida, que não fragmenta a experiência humana, mas a compreende em sua totalidade, em que tudo está interligado e em constante interação (Hampâté Bâ, 2010).

Nessa mesma linha de raciocínio, faz-se necessário elucidar o que Jan Vansina (2010) define como atitude diante da realidade. Para o autor, a oralidade configura-se como um propósito social de estabelecer conexões e manter viva a memória coletiva de grupos africanos. Desse modo, essas sociedades demonstram elevada capacidade de preservação e compreensão do passado, quando organizam o vivido como uma experiência compartilhada. Conforme destaca Gil (2021, p. 156), esse entendimento constitui um contraponto às concepções predominantes do “pensamento ocidental”, ao evidenciar que a oralidade não se destina a eternizar o passado, mas a compreendê-lo como uma construção social que reforça os laços de pertencimento e identidade coletiva.

Dessa forma, o trabalho com a história oral ultrapassa a ideia simplista de dar voz a sujeitos silenciados, pois, como aponta Gil (2021, p. 160), “a memória é um trabalho do presente; não há resgate da memória, o passado que se rememora e se esquece é sempre ativado no agora”. Nessa perspectiva, as narrativas orais não são compreendidas como reconstituições fiéis de um passado fixo, mas como produções situadas, atravessadas pelas experiências e emoções no tempo presente. Assim, ao mobilizar oralidade e memória, este estudo busca compreender como os imigrantes venezuelanos narram e ressignificam suas trajetórias migratórias, permitindo acessar dimensões socioculturais que dificilmente emergiriam por outras fontes.

Ao optar por entrevistar imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS, esta pesquisa se ancora em um princípio ético de reconhecer e legitimar narrativas

que, nos discursos oficiais, muitas vezes são silenciadas ou reduzidas a estatísticas. Como destaca Portelli (1997), a história oral possibilita que essas trajetórias sejam narradas a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, revelando tanto os fatos do processo migratório quanto os sentidos atribuídos ao deslocamento e à vivência em um novo território. Desse modo, o trabalho de campo não se limita à coleta de dados, configurando-se como um espaço de escuta e reconhecimento. O pesquisador assume, desse modo, a responsabilidade de construir, junto aos narradores, uma narrativa que valorize suas memórias e experiências, reconhecendo que cada voz é singular e indispensável para compreender a complexidade da imigração venezuelana no contexto local (Holanda; Meihy, 2007).

Nesse mesmo horizonte, Verena Alberti (1990) compreende a entrevista como um exercício de escuta sensível e de atenção à pluralidade das experiências, o que exige do pesquisador um constante questionamento sobre aquilo que está sendo documentado. Marieta de Moraes Ferreira (2004), por sua vez, reforça que a história oral constitui uma ferramenta privilegiada para compreender o tempo presente, na medida em que legitima memórias e narrativas com o propósito de democratizar espaços historicamente invisibilizados de sujeitos que vivem à margem da sociedade. Dessa maneira, o trabalho de campo configura-se como um espaço de encontro e responsabilidade ética, no qual o pesquisador constrói, junto com os narradores, uma narrativa que valoriza suas memórias e experiências. Essa postura é condição fundamental para a legitimidade do estudo, reconhecendo cada voz como singular e indispensável para a compreensão da imigração venezuelana no contexto local.

A partir desses pressupostos, a história oral constitui-se como o eixo metodológico central desta pesquisa, orientando a escuta, a transcrição e a análise das narrativas dos imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS. As entrevistas realizadas vão além de relatos factuais, aproximando-se do que Amado (2006) define como experiências de vida, isto é, construções de sentido produzidas no presente, atravessadas por memórias e afetos.

No âmbito dos estudos regionais, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Gevehr (2025) acerca dos migrantes contemporâneos no município de Sapiranga, Vale do Sinos. Ao evidenciar um perfil migratório marcado pela heterogeneidade e pluralidade cultural, o autor demonstra que os fluxos contemporâneos reconfiguram dinâmicas sociais e identitárias nos territórios de acolhida. A pesquisa trouxe

contribuições para esta dissertação, ao reforçar a importância de compreender a migração como uma experiência social atravessada por marcadores de raça, classe e pertencimento, especialmente quando se consideram as trajetórias de haitianos, venezuelanos e senegaleses no contexto regional.

Nesse sentido, como aponta Gevehr (2025, p. 272), “quando nos propomos a registrar e escutar relatos de vida dessas pessoas, a história oral rompe com uma visão tradicional da escrita da história”, frequentemente centrada em documentos oficiais e narrativas hegemônicas. Essa perspectiva metodológica traz contribuições para a construção desta pesquisa, na medida em que orienta a valorização das narrativas dos próprios imigrantes venezuelanos como fontes legítimas de produção de conhecimento. Ao privilegiar a escuta sensível das trajetórias marcadas por deslocamentos forçados, racismo estrutural e exclusão social, a pesquisa busca compreender como esses sujeitos significam sua inserção sociocultural e constroem relações com o território de acolhida. É a partir dessa perspectiva que se delineiam os procedimentos metodológicos adotados na presente investigação.

4.2 Procedimentos metodológicos e construção do *corpus* empírico

Esta pesquisa tem como objetivo, como foi mencionado anteriormente, analisar as experiências de inserção sociocultural narradas pelos imigrantes venezuelanos que residem em Parobé/RS, região do Vale do Paranhana. Para tal fim, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, isto é, do método pelo qual foram gerados os dados necessários para a realização da pesquisa, esta investigação é bibliográfica, porque leva em consideração pesquisas já realizadas e promove reflexões teóricas sobre a temática da pesquisa. Conforme Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Em relação à sua natureza, é exploratória, pois envolve “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (Gil, 2002, p. 43). Sampieri, Collado e Lucio (2014, p. 84 - tradução nossa) entendem que os estudos exploratórios “investigam problemas pouco estudados a partir de uma perspectiva inovadora, ajudam a identificar conceitos promissores, preparam o terreno para novos estudos”. Do mesmo modo, podemos classificá-la

como descritiva, visto que, segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou até mesmo estabelecer relações entre variáveis.

A história oral, enquanto conjunto de procedimentos, é uma etapa importante nesta pesquisa. Para Meihy e Holanda (2015), não se trata apenas de um ato ou procedimento único, mas representa a expressão articulada e planejada de atitudes pensadas como um todo. Ela não se limita à entrevista ou a outras fontes orais; essas são apenas formas de registrá-la.

No que diz respeito à entrevista em história oral, podemos afirmar que é a materialização daquilo que convencionamos chamar de documentação oral, ou seja, um suporte material derivado da expressão verbal com a finalidade específica de documentação. Quando essa documentação oral é realizada por intermédio de gravações, com o propósito de registro, ela se transforma em fonte oral. A história oral representa uma parte do conjunto de fontes orais, sendo a entrevista a sua manifestação mais reconhecida (Meihy; Holanda, 2015).

Entretanto, é necessário compreender que a atividade de história oral vai além do ato de conduzir, gravar, transcrever e arquivar uma entrevista, uma vez que o documento resultante não se expressa por si só; ele demanda uma interpretação abrangente e uma análise detalhada em relação à sua forma e conteúdo (Lang, 1996 *apud* Ataíde, 2016).

A história oral, conforme nos lembra Alessandro Portelli, não é apenas uma técnica de coleta de informações, mas sobretudo uma prática ética. O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral (Portelli, 1997). Nesse sentido, entrevistar não significa apenas registrar memórias, mas reconhecer o narrador como sujeito histórico, portador de experiências e interpretações que merecem ser legitimadas.

Essa compreensão é reforçada por Fabíola Holanda e José Carlos Sebe Bom Meihy (2007), ao afirmarem que o trabalho de campo exige do pesquisador uma postura ética de reconhecimento do narrador como sujeito histórico. Para os autores, a ética é a primeira dimensão da prática da história oral, pois sem ela o trabalho perde legitimidade.

Quanto à sua abordagem, é qualitativa. Consoante Prodanov e Freitas (2009), a abordagem qualitativa de pesquisa reconhece a existência de uma

interação dinâmica entre a realidade concreta e o indivíduo, estabelecendo, assim, uma ligação inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser quantificada. Portanto, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

Em consonância com os objetivos propostos, o estudo foi conduzido no município de Parobé/RS, situado na região do Vale do Paranhana, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com imigrantes venezuelanos residentes na localidade. Para a construção e análise dos dados, a pesquisa seguiu uma sequência metodológica articulada, iniciando-se com uma revisão bibliográfica e documental. Nessa etapa, procedeu-se ao levantamento da literatura relacionada aos processos migratórios, às dinâmicas de inserção social e às experiências de migrantes contemporâneos no Brasil. Paralelamente, foram consultados documentos oficiais, relatórios governamentais e estudos já existentes sobre o tema, com o objetivo de fundamentar teoricamente a investigação e situá-la no debate acadêmico atual.

Para atingir o objetivo de identificar a entrada e a distribuição dos imigrantes venezuelanos nos bairros do município de Parobé/RS, foi realizado inicialmente um levantamento geográfico com base em recursos de mapeamento e análise espacial. Essa etapa permitiu delinear a identificação espaço-temporal da presença desse grupo no território, fornecendo subsídios para a definição do recorte empírico da pesquisa.

Na sequência, a investigação adotou a metodologia da história oral por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas a partir de visitas *in loco*. Em articulação com a coordenação da assistência social de Parobé/RS, foram selecionados imigrantes venezuelanos residentes no município, considerando os dados obtidos na etapa anterior. As entrevistas buscaram compreender suas memórias, experiências e percepções acerca do país de origem, do processo migratório para o Brasil e, mais especificamente, da inserção na região do Vale do Paranhana e no município de Parobé/RS. A articulação entre a análise espacial e a escuta das narrativas individuais possibilitou uma compreensão integrada das dinâmicas territoriais e das experiências subjetivas dos migrantes.

Para obter uma amostra representativa dos imigrantes venezuelanos em Parobé, foram selecionados 10 dos 266 imigrantes residentes no município. Em

pesquisas qualitativas, uma amostra não necessita ser numerosa, mas deve contemplar a diversidade de perfis dentro do grupo investigado. Segundo Bauer e Gaskell (2013), a amostragem qualitativa visa à compreensão aprofundada das diferentes experiências e percepções dos participantes. Para selecionar esses 10 participantes, foi utilizado o critério de representatividade geográfica, sendo delimitado o estudo em um único território, denominado Jardim, no qual se encontra o maior número de migrantes venezuelanos.

O Bairro Jardim, que concentra o maior número de imigrantes venezuelanos (aproximadamente 73) e onde as famílias apresentam a menor renda média (R\$1320,00), segundo dados disponibilizados pelo Cecad 2.0 (2024), concentrou o número total de participantes da amostra (10 entrevistados). Os demais bairros foram excluídos de acordo com a proporção de residentes venezuelanos.

A distribuição por gênero foi equilibrada, respeitando a proporção observada nos dados, a fim de identificar possíveis diferenças de inserção social e experiências migratórias entre os gêneros. Além disso, a amostra incluiu participantes de diferentes faixas etárias, abrangendo jovens, adultos e idosos, para que se possa analisar experiências migratórias distintas.

O nível de renda e a inserção socioeconômica dos participantes também foram levados em consideração na seleção da amostra. A renda familiar e o recebimento de benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF), foram fatores analisados para garantir a inclusão de diferentes realidades socioeconômicas. Dessa forma, foi possível compreender como a condição econômica influencia a integração social e a qualidade de vida desses imigrantes.

A pesquisa de campo se deu por meio de dois instrumentos: um questionário e uma entrevista semiestruturada (que consta no apêndice B) o questionário foi elaborado no *Google Forms*, sendo enviado para a Secretária de Desenvolvimento Social do município, com o propósito de entender os desafios enfrentados pela atual gestão em relação ao atendimento a esse número de imigrantes. Após a realização do questionário, foi realizada uma entrevista semiestruturada com os imigrantes venezuelanos. A entrevista teve como foco as questões culturais, como as redes do município atuam na inserção dos imigrantes e como se dá às questões de pertencimento em Parobé/RS.

Após a realização das entrevistas semiestruturadas, os áudios foram

transcritos com o auxílio da plataforma digital *Turboscribe*, utilizada para otimizar o processo de transcrição automática. Posteriormente, procedeu-se à revisão manual do material, garantindo fidelidade ao conteúdo narrado pelos participantes. As entrevistas gravadas e textualizadas constituíram o *corpus* empírico da pesquisa. A etapa de análise desenvolveu-se sob abordagem qualitativa, orientada pela identificação de eixos temáticos recorrentes, padrões narrativos e categorias interpretativas emergentes, em diálogo constante com o referencial teórico adotado. Mais do que apreender o conteúdo factual dos relatos, o procedimento analítico buscou compreender os sentidos atribuídos pelos próprios entrevistados às suas experiências migratórias e aos processos de inserção no território de acolhida.

A interpretação dos dados foi orientada pelos objetivos específicos da pesquisa, buscando proporcionar uma compreensão abrangente do processo migratório e das formas de inserção social dos imigrantes venezuelanos no contexto do desenvolvimento regional. A análise privilegiou a construção de eixos temáticos que permitissem articular as narrativas individuais às dinâmicas territoriais observadas.

Nesse sentido, os dados foram organizados em três grandes eixos interpretativos: integração cultural, redes sociais e apoio, e identidade e pertencimento. O primeiro eixo concentrou-se na compreensão das estratégias de adaptação à cultura local e na preservação de práticas e referências culturais de origem. O segundo examinou o papel das redes institucionais e comunitárias no processo de acolhimento, considerando sua contribuição para a inserção social e o bem-estar dos migrantes. Por fim, o eixo identidade e pertencimento buscou analisar como os entrevistados constroem sentidos de pertencimento ao território, especialmente diante das diferenças culturais e das experiências de deslocamento. Esses eixos orientam a análise das dinâmicas territoriais que se manifestam no contexto específico da região investigada.

4.3 Território da pesquisa: diáspora venezuelana e contexto local

O conceito de região assume papel central nesta investigação, especialmente por se tratar de um estudo inserido no campo dos Estudos do Desenvolvimento Regional. Esse campo constitui-se como uma área interdisciplinar que busca compreender as dinâmicas territoriais a partir da articulação entre economia, sociedade, cultura, instituições e políticas públicas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento regional não se restringe ao crescimento econômico, mas envolve a ampliação das condições de vida e das possibilidades de participação social dos sujeitos nos territórios. Em diálogo com essa compreensão, Amartya Sen (2000) propõe que o desenvolvimento deve ser entendido como expansão das liberdades e capacidades humanas, perspectiva que reforça a centralidade das dimensões sociais e institucionais na análise regional.

Assim, nesta pesquisa, a região está sendo pensada muito além de suas características geográficas e econômicas. Sobre isso, pode-se destacar que, “[...] a região pode ser pensada como uma produção cultural que introduz, de forma simultânea, a questão da diversidade social e cultural, da dinâmica histórica e da mutabilidade das experiências concreta” (Schulz, Kühn, 2020, p. 103). Logo, diferentes identidades de grupos sociais exercem influência sobre a dinâmica social de uma região e essa influência impacta diretamente o desenvolvimento regional. Portanto, a compreensão da organização e das dinâmicas condicionais pelos diferentes atores sociais é de extrema importância para a análise do espaço regional.

Como aponta Sassen (1990), o crescimento econômico nunca foi benigno, pois historicamente há evidências que sustentam essa afirmação. A busca por melhores condições de vida, muitas vezes, não se dá pelo desejo de ascensão social, mas pela necessidade de escapar de modelos de desenvolvimento desiguais, marcados por instabilidade política, precarização das condições de vida e fragilização institucional.

É nesse cenário de transformações estruturais, que se insere a diáspora venezuelana um dos maiores movimentos migratórios contemporâneos da América Latina, impulsionada por uma combinação de fatores políticos, econômicos e humanitários que, desde meados da década de 2010, levaram milhões de pessoas a deixarem seu país de origem. De acordo com Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2023), mais de sete milhões de venezuelanos migraram

para outros países, sendo o Brasil um dos principais destinos na América do Sul. No contexto brasileiro, esse fluxo migratório passou a ser gerido de forma mais estruturada a partir da criação da Operação Acolhida, política pública federal implementada em 2018 com o objetivo de organizar o acolhimento, a regularização documental e a interiorização de migrantes venezuelanos. Segundo dados da Operação Acolhida, até o ano de 2022, mais de 700 mil venezuelanos ingressaram no Brasil desde 2017 (Brasil, 2022).

No que se refere à interiorização, os estados da região Sul e Sudeste figuram entre os principais destinos. O Paraná lidera o ranking, com 12.651 venezuelanos interiorizados, seguido por Santa Catarina, com 12.217, Rio Grande do Sul, com 10.578, São Paulo, com 10.016, e Amazonas, com 5.329 registros (Brasil, 2022). Em relação aos municípios, Manaus (AM) concentrou o maior número de acolhimentos, com 5.284 registros, seguida por Curitiba (PR), com 4.918, São Paulo (SP), com 4.102, Dourados (MS), com 3.128, e Porto Alegre (RS), com 2.362 venezuelanos interiorizados. Esses dados evidenciam a relevância do Sul do Brasil como território de recepção da diáspora venezuelana, contexto no qual se insere o município de Parobé/RS, recorte empírico desta pesquisa.

Cabe salientar que a distribuição territorial dos imigrantes venezuelanos no Brasil não ocorre de forma homogênea, estando diretamente relacionada a fatores socioeconômicos e demográficos regionais. Segundo análise de João Carlos Jarochinski Silva, especialista em migrações, a política de interiorização tem como objetivo ampliar o acesso ao mercado de trabalho e reduzir a pressão sobre os serviços humanitários nas áreas de fronteira (Silva, 2026). Nesse sentido, a região Sul do país destaca-se como um dos principais destinos, em razão da maior demanda por força de trabalho associada ao envelhecimento populacional, com destaque para estados como Santa Catarina, principal receptor de venezuelanos no âmbito do programa de interiorização.

Entretanto, o autor aponta a existência de um descompasso entre a qualificação profissional dos imigrantes e as oportunidades de trabalho ofertadas nos territórios de destino, o que compromete os processos de integração social e econômica. Tal cenário evidencia a necessidade de articulação entre União, estados e municípios na formulação de políticas públicas de acolhimento que ultrapassem a regularização documental realizada na fronteira, considerando que a inserção em novos territórios implica na reconstrução de trajetórias de vida em um novo território.

Como já discutido no referencial teórico desta pesquisa, as redes desempenham um papel central no processo de interiorização dos imigrantes venezuelanos. Conforme Silva (2026), após a chegada ao município de Pacaraima/RR, os imigrantes são cadastrados pelo governo brasileiro e submetidos a uma triagem inicial de saúde, que inclui vacinação e avaliação das condições básicas. Nesse momento, os venezuelanos são encaminhados para abrigos administrados pelo Exército Brasileiro, responsáveis também por identificar possíveis vínculos territoriais prévios, como a existência de familiares, amigos ou redes de contato em outros municípios do país. Concluída essa etapa, os imigrantes seguem para Boa Vista, onde o atendimento é ampliado e o processo de interiorização é aprofundado. Aqueles que já possuem oferta de trabalho ou redes de apoio consolidadas passam a integrar a fila prioritária para interiorização, enquanto os que não dispõem desse suporte são acolhidos em abrigos de trânsito, com infraestrutura mais ampla do que a existente na fronteira (Silva, 2026).

É a partir desse processo de interiorização, estruturado por redes institucionais e relações prévias de apoio, que se insere o município de Parobé, no Rio Grande do Sul. Localizado no Vale do Paranhana, região marcada pela forte presença da indústria calçadista, o município oferece oportunidades de trabalho que atuam como porta de entrada para imigrantes venezuelanos, especialmente no contexto do programa de interiorização. Além disso, iniciativas institucionais recentes, como o programa *Parobé Acolhe*,¹³ lançado em 2025 com foco na inclusão escolar de alunos imigrantes venezuelanos, evidenciam o papel das políticas públicas municipais na mediação do processo de integração.

Nesse sentido, a análise do contexto local permite observar de que modo redes de apoio, políticas públicas e trajetórias individuais dos imigrantes se articulam na produção da experiência migratória, ao mesmo tempo em que redefinem as relações sociais e culturais estabelecidas com a população local. É nesse contexto que as narrativas orais dos imigrantes venezuelanos ganham centralidade, permitindo acessar percepções subjetivas sobre pertencimento, acolhimento e reconstrução da vida cotidiana em um outro território.

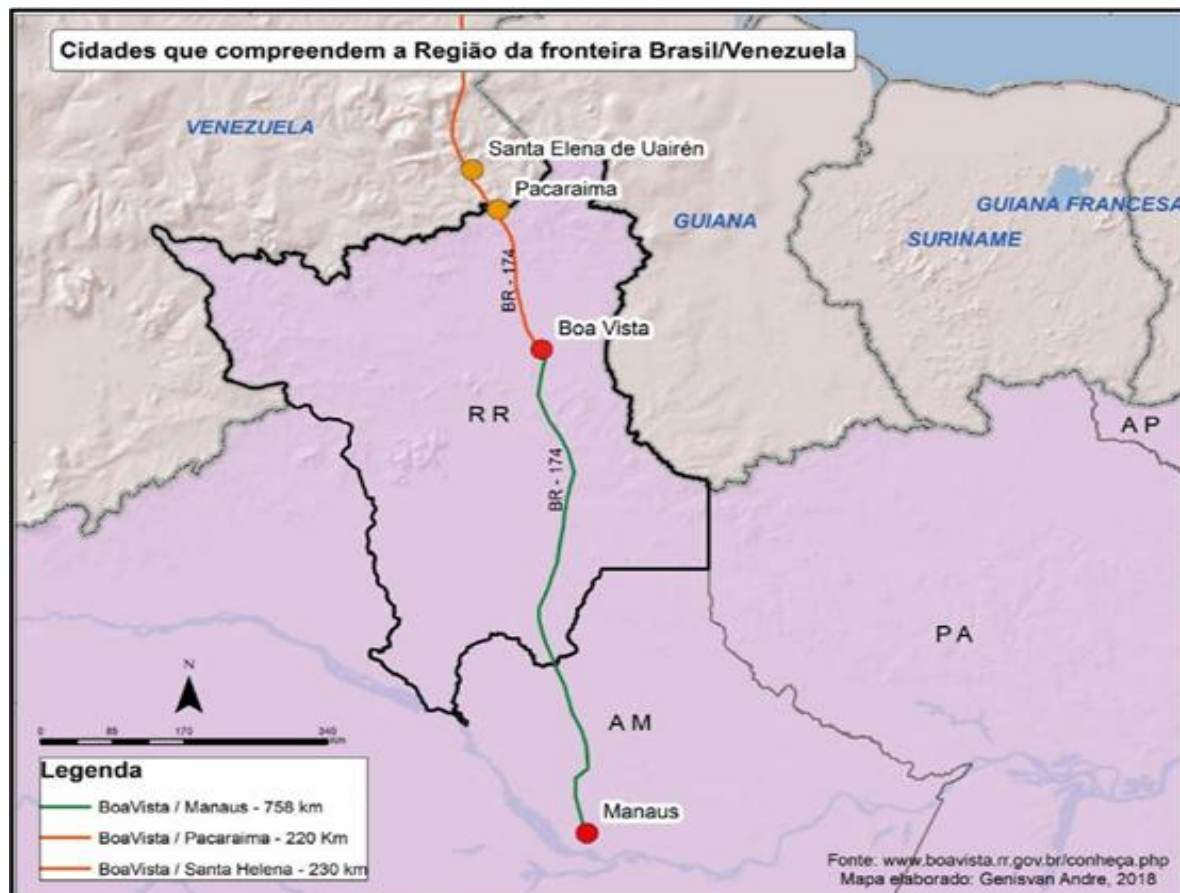
¹³ O programa *Parobé Acolhe* foi lançado em 2025 com o objetivo de promover a inclusão de estudantes migrantes na rede municipal de ensino, por meio de ações voltadas à adaptação linguística, acompanhamento pedagógico e articulação intersetorial com as políticas de assistência social e saúde (Do Povo Digital, 2025).

A proximidade geográfica e a presença de políticas públicas de acesso universal à saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), tornam o país um polo de atração para esses imigrantes, que veem nesse direito uma oportunidade singular diante do colapso do sistema de saúde venezuelano. Mazuera-Arias *et al.* (2019) destacam que a precarização dos serviços médicos é um dos fatores sociais mais determinantes no deslocamento populacional, tendo em vista que grande parte dos centros hospitalares do país deixou de oferecer assistência básica à população. Nesse contexto, a migração não se apresenta apenas como uma busca por melhores condições econômicas, mas também como um movimento de sobrevivência diante da deterioração das estruturas sociais e humanitárias na Venezuela.

A fronteira entre Brasil e Venezuela, com seus 2.199 km de extensão majoritariamente cobertos por floresta e reservas indígenas, configura-se como um espaço de baixa densidade demográfica e escassa infraestrutura de contato entre os dois países. Para Franchi (2018, *apud* Guendel, 2024, p. 61), por se tratar de áreas de matas envoltas pela Amazônia, condição esta reforçada por um tratado de não edificação que impede construções numa faixa de 30 metros para dentro de cada território, dificultando ainda mais a interação social transfronteiriça. A principal estrada de acesso dos imigrantes venezuelanos ao Brasil é o corredor composto pela Ruta 10 e pela BR-174, que liga a *Ciudad Guayana*, no estado de Bolívar, até Boa Vista, no estado de Roraima, e de lá para Manaus, no estado do Amazonas.

A região Norte, por ser a principal via de entrada dos imigrantes venezuelanos no Brasil, apresenta nuances de deslocamentos lentos que fazem com que muitos permaneçam por tempo indeterminado nesses espaços. Para Guendel (2024), a cidade fronteira de Pacaraima, localizada no estado de Roraima e limítrofe com a Venezuela, foi a mais afetada pela explosão demográfica decorrente da imigração. Isso se explica pelo fato de ser um local de triagem e de aproximação com o governo brasileiro. Esse fluxo gerou desafios locais, sobretudo em uma infraestrutura que não comporta tal quantitativo de pessoas e em políticas de acolhimento ainda pouco inclusivas. O mapa a seguir, mostra a rota que os venezuelanos percorrem pela BR - 174 do município venezuelano fronteiro de Santa Elena de Uairén, até a cidade de Manaus.

Figura 2 - Mapa da rota que os venezuelanos percorrem pela BR-174



Fonte: Tedesco (2023).

Como observado no mapa acima, a chegada dos venezuelanos ocorre principalmente pela fronteira norte, no estado de Roraima, onde a Operação Acolhida, coordenada pelo governo federal com apoio da ACNUR, OIM e outras agências internacionais, realiza o registro, o acolhimento emergencial e a interiorização desses imigrantes. O Rio Grande do Sul, por sua vez, tem se consolidado como um dos principais destinos desse fluxo, especialmente por meio do programa de interiorização, que busca redistribuir os migrantes para diferentes regiões do país, como acontece com Parobé/RS, na tentativa de reduzir a sobrecarga nos estados fronteiriços. Esse deslocamento até o extremo sul, entretanto, ultrapassa uma simples travessia geográfica, trata-se também de uma travessia simbólica, marcada por rupturas e ressignificações identitárias. Os venezuelanos percorrem longos trajetos em condições precárias, enfrentam barreiras linguísticas, climáticas e culturais, e lidam com a necessidade de reconstruir vínculos e pertencimentos em territórios profundamente distintos de sua origem.

Os dados sistematizados por Junger *et al.* (2022; 2023), referentes às solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil entre 2021 e 2022, evidenciam a predominância da migração venezuelana. Em 2022, o país recebeu pedidos de pessoas oriundas de 139 nacionalidades distintas, o que demonstra a diversidade dos fluxos migratórios que chegaram ao território brasileiro. No entanto, os venezuelanos representaram a maior parcela desses solicitantes, com 33.753 pedidos, correspondendo a 67% do total registrado naquele ano (Junger *et al.*, 2022). Esse percentual expressivo confirma a centralidade da crise humanitária venezuelana no cenário migratório brasileiro. Ainda segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), até o final de 2022 haviam sido reconhecidas oficialmente 65.840 pessoas como refugiadas no Brasil, consolidando o país como um dos principais destinos de acolhimento na América do Sul (Junger *et al.*, 2023).

Desse modo, o deslocamento físico se entrelaça a um processo de reconfiguração subjetiva e social, em que o exílio, longe de ser apenas espacial, torna-se também existencial. Para Haesbaert (2014), a fronteira não pode ser compreendida apenas como limite estatal, mas como um espaço socialmente produzido, atravessado por fluxos, tensões e negociações, no qual se articulam estratégias de sobrevivência, disputas por reconhecimento e práticas de mobilidade.

Ao refletir sobre o recorte espacial desta pesquisa, é relevante considerar porque determinados municípios do Vale do Paranhana apresentam dinâmicas migratórias contemporâneas mais visíveis que outros. Por exemplo, a cidade de Igrejinha/RS, apesar de ter histórico de imigração europeia e presença de fluxos migratórios haitianos no início da década de 2010, não tem se constituído como destino emergente para a migração venezuelana no contexto atual.

Essa diferença pode ser parcialmente compreendida a partir de uma leitura do território como produção social (Santos, 2005), que se materializa em vocações econômicas e redes de mobilidade historicamente construídas. Enquanto Igrejinha consolidou trajetórias marcadas por tradição cultural e imigração de longa duração, Parobé apresenta uma dinâmica articulada à migração laboral regional – estimulada pela economia calçadista e por redes de trabalho – o que pode tornar o município mais “atrativo” em termos de acesso a oportunidades de sobrevivência imediata. Tal comparação operacionaliza a ideia de que nem todos os territórios historicamente migratórios se expressam da mesma forma diante de novos fluxos, exigindo uma análise sensível às especificidades locais em uma futura pesquisa.

Em relação à diáspora venezuelana para o Brasil, cabe destacar algumas especificidades a partir do estudo de Chagas, Modesto e Magalhães (2019). As autoras analisaram discursos compartilhados em grupos de WhatsApp e identificaram conotações depreciativas tanto em relação ao país quanto, de forma ainda mais pejorativa, aos próprios venezuelanos. Esses discursos, utilizados como manobras políticas, buscavam instaurar um clima de pânico social. Um dos enunciados mais recorrentes era: “o Brasil vai virar uma Venezuela”, proferido especialmente durante as eleições de 2018 e 2022, como estratégia para deslegitimar partidos de esquerda. Ao mesmo tempo em que se falava em “resgatar” esses imigrantes do caos e da pobreza supostamente instaurados pelo “comunismo”, circulavam representações que os reduziam a sujeitos empobrecidos e desprovidos de saberes, percebidos como uma ameaça à economia e à estabilidade do país.

Embora a imigração haitiana não constitua o objeto central deste estudo, torna-se pertinente mencioná-la, uma vez que os haitianos conformam um perfil migratório bastante distinto daquele observado entre os venezuelanos. Isso ocorre porque sua presença no Brasil, em geral, não é atravessada pela conotação político-partidária associada ao “comunismo”, frequentemente mobilizada nos discursos que cercam a imigração venezuelana. Conforme Gil e Pizzinato (2023), os deslocamentos haitianos relacionam-se diretamente a desastres naturais e a conflitos sociais ocorridos em seu país de origem. Ainda assim, esse grupo vivencia de forma particularmente acentuada os efeitos do racismo e da xenofobia no território brasileiro, uma vez que suas características fenotípicas negras e retintas os tornam alvos mais evidentes de discriminação e segregação social. Tal cenário evidencia os limites estruturais dos processos de inclusão e integração comunitária no Brasil.

Essa diferenciação entre os fluxos migratórios é fundamental para compreender a complexidade das experiências de deslocamento e de acolhimento no território brasileiro. No caso dos imigrantes venezuelanos, ainda que o marcador racial não se apresente como fator predominante, persistem outras formas de subalternização e exclusão, muitas delas sustentadas por discursos políticos e midiáticos que reduzem sua presença a uma ameaça ou a um fardo social. É justamente nesse entrelaçamento de desigualdades históricas e simbólicas que se configuram as dinâmicas contemporâneas da mobilidade humana e dos processos de pertencimento. Tais discursos, como apontam Gil *et al.* (2024), alimentam respostas ambivalentes entre os brasileiros, por vezes de inclusão, por uma via

salvadorista, e, em outras, de exclusão, associadas ao entrelaçamento entre racismo e xenofobia (Faustino; Oliveira, 2021).

Dessa forma, compreender a xenofobia exige ultrapassar uma leitura superficial que a reduz ao simples medo do estrangeiro. No contexto brasileiro, ela assume contornos mais complexos, pois se entrelaça a estruturas históricas de racialização e desigualdade social. Conforme Gil *et al.* (2024, p. 12),

Por sua vez, o conceito refere-se ao entrelaçamento e intersecção entre a xenofobia e o racismo contra imigrantes lidos como não brancos pela população do território, algo que reverbera em uma aversão seletiva e desigualmente distribuída do estrangeiro no Brasil. Tal prerrogativa ultrapassa um crivo de discriminação puramente classista ou de preconceito intelectual, mas se pactua nos marcadores étnico-raciais e identitários dos migrantes atendidos nos dispositivos de saúde.

É nesse cenário nacional, marcado por discursos ambivalentes de acolhimento e exclusão, que se insere a experiência local dos imigrantes venezuelanos no município de Parobé/RS, espaço que carrega uma trajetória histórica própria de mobilidades e diversidade étnica.

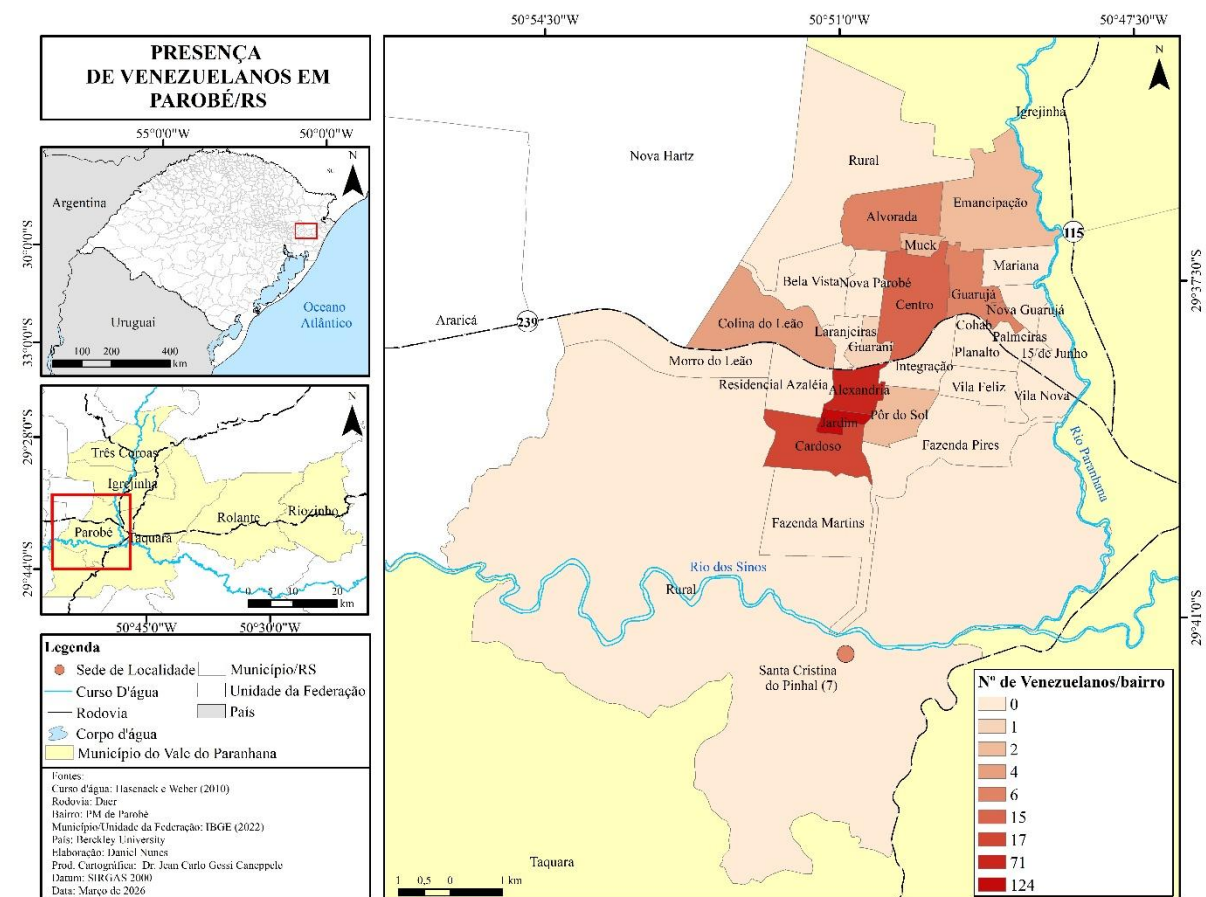
O município de Parobé, situado no Vale do Paranhana, possui uma formação histórica que antecede a colonização germânica, marcada pela presença indígena e negra. Povos Kaingang e Caáguas, pertencentes à família Jê, ocupavam a região, deixando vestígios arqueológicos em municípios como Três Coroas, Igrejinha, Taquara e Parobé (Engelmann, 2005; Becker, 1995). Comunidades negras, oriundas do período escravista, permaneceram em áreas rurais próximas, como demonstram registros de famílias luso-brasileiras que empregavam mão de obra escravizada em engenhos e plantações (Barros, 2005; Engelmann, 2005). Essa presença, muitas vezes invisibilizada pela historiografia local, foi resgatada em estudos recentes que evidenciam a diversidade étnica na constituição do Vale do Paranhana (Oliveira, 2018).

A partir da segunda metade do século XIX, colonos alemães adquiriram terras e estabeleceram colônias agrícolas, processo que se intensificou com a industrialização calçadista no início do século XX (Seyferth, 1999; Roche, 1969). Parobé consolidou-se como município apenas em 1982, desmembrando-se de Taquara (Prefeitura de Parobé, 2022), e desde então integra a microrregião do Vale do Paranhana. Essa trajetória revela que a cidade sempre foi espaço de encontros e

mobilidades populacionais, o que confere sentido à chegada recente de imigrantes venezuelanos, inserindo-se em uma longa história de diversidade cultural e social.

Ainda que não se trate de um centro histórico de imigração internacional, Parobé apresenta características territoriais que podem favorecer a inserção de migrantes, especialmente por sua trajetória marcada pela migração laboral interna e pela centralidade do trabalho industrial na organização social do município. Ao deslocar a análise para a escala intraurbana, torna-se relevante observar como a presença venezuelana se distribui no espaço municipal. Embora Parobé não figure entre os principais destinos quantitativos da interiorização, a inserção desses sujeitos no território evidencia padrões específicos de concentração espacial. O mapeamento da localização dos entrevistados permite visualizar essa distribuição no tecido urbano, contribuindo para a compreensão do território enquanto dimensão concreta da experiência migratória.

Figura 3 – Localização dos entrevistados venezuelanos nos bairros de Parobé/RS



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como se observa, a presença dos entrevistados distribui-se em diferentes bairros do município, com maior concentração no bairro Jardim. Essa espacialização indica que a inserção no território ocorre de forma articulada a dinâmicas urbanas específicas, reforçando a importância do espaço local na configuração das experiências migratórias analisadas nesta pesquisa.

Como se observa no mapa, a maior concentração de entrevistados situa-se no bairro Jardim, seguido pelos bairros Alexandria e Cardoso, evidenciando a formação de núcleos territoriais de sociabilidade migrante. Essa concentração espacial sugere que a inserção no município ocorre de maneira articulada a redes de proximidade e estratégias coletivas de permanência, reforçando a importância do território não apenas como espaço físico, mas como dimensão relacional da experiência migratória. A localização desses sujeitos no tecido urbano permite compreender como políticas públicas, mercado de trabalho e vínculos comunitários se entrelaçam na construção das trajetórias de vida analisadas nesta pesquisa.

Este subcapítulo buscou situar o contexto regional, histórico e simbólico no qual se insere a diáspora venezuelana em Parobé/RS. Ao articular fluxos migratórios, discursos políticos, dinâmicas territoriais e heranças históricas locais, cria-se o pano de fundo necessário para compreender as narrativas dos próprios imigrantes, analisadas no subcapítulo 4.4, a partir da história oral.

4.4 Narrativas institucionais da assistência social: análise da entrevista

Os contatos institucionais com as Secretarias Municipais de Assistência Social foram realizados no ano de 2024, por meio de canais oficiais de comunicação (WhatsApp institucional). Entre os municípios contatados, o município de Parobé/RS manifestou interesse em colaborar com a pesquisa, possibilitando o estabelecimento de diálogo com a coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em reunião inicial com a coordenação do CRAS, foi informado que o bairro Jardim concentrava um número significativo de imigrantes venezuelanos cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Posteriormente, foram realizadas reuniões com a equipe responsável pelo atendimento nos territórios,

ocasião em que se acordou a participação do pesquisador em um encontro com o grupo de imigrantes, com a finalidade de apresentação da proposta de pesquisa.

A participação em reuniões e eventos promovidos junto à comunidade migrante possibilitou a construção de aproximação prévia com os sujeitos da pesquisa, favorecendo o estabelecimento de vínculo e confiança antes da realização das entrevistas. Após essa etapa inicial, deram-se início às entrevistas com os imigrantes venezuelanos. As visitas aos bairros foram realizadas com apoio logístico da Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo deslocamento institucional, e contaram com a presença de uma estagiária do curso de Serviço Social que atuava no território no contexto de seu estágio obrigatório. Ressalta-se, contudo, que a participação dos entrevistados ocorreu de forma voluntária, mediante esclarecimento prévio sobre os objetivos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A presença institucional limitou-se à mediação de acesso ao território, não havendo qualquer interferência na condução das entrevistas ou nas respostas dos participantes, que tiveram garantido o direito de recusa ou interrupção a qualquer momento.

As análises apresentadas neste subcapítulo situam-se no âmbito da assistência social municipal, a partir da entrevista realizada com a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o objetivo de compreender os desafios enfrentados pela gestão pública diante da chegada de imigrantes venezuelanos em Parobé/RS. Diferentemente das entrevistas realizadas com os migrantes, essa etapa foi conduzida por meio da ferramenta *Google Forms*, em fevereiro de 2025, considerando a dinâmica institucional e a disponibilidade da gestora, tendo as respostas sido encaminhadas em abril do mesmo ano.

A inclusão dessa perspectiva institucional amplia a compreensão do fenômeno migratório ao articular as experiências dos sujeitos migrantes às políticas públicas e às práticas de acolhimento desenvolvidas no contexto local, permitindo tensionar percepções individuais e posicionamentos da gestão municipal.

Ao discorrer sobre sua trajetória profissional, a coordenadora informou atuar na Assistência Social do município há aproximadamente cinco anos, período no qual o CRAS já realizava atendimentos a imigrantes venezuelanos, ainda que em proporção inferior à observada atualmente. Segundo seu relato, o aumento da demanda tornou-se mais perceptível nos últimos anos, acompanhando o crescimento do fluxo migratório no município. No que se refere ao quantitativo de atendimentos,

a gestora destacou uma limitação institucional importante: não há controle sistematizado do número de famílias venezuelanas acompanhadas pelo serviço, sendo possível apenas identificar a quantidade de indivíduos cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que totalizavam 318 pessoas no momento da resposta. Essa informação revela não apenas o volume de atendimento, mas também os limites administrativos na produção e organização de dados específicos sobre o público migrante.

A informação evidencia uma dissociação entre o registro administrativo e o acompanhamento efetivo das famílias migrantes, indicando que os dados disponíveis não permitem apreender integralmente suas demandas específicas. Conforme Baeninger (2018), a ausência de articulação entre diferentes níveis e atores governamentais tende a invisibilizar as experiências migratórias. Nesse sentido, apenas uma governança multinível, articulada entre União, estados, municípios e instituições locais, pode assegurar maior efetividade às políticas de assistência social.

Os dados informados pela coordenação do CRAS também indicam crescimento no número de imigrantes venezuelanos cadastrados no município, que passou de aproximadamente 266 registros em 2024 para 318 no período mais recente. Esse aumento sugere a continuidade do fluxo migratório e, simultaneamente, a ampliação das demandas por políticas públicas. Segundo a entrevistada, grande parte dessas famílias concentra-se no bairro Jardim, evidenciando um processo de territorialização da presença imigrante em Parobé/RS. Contudo, a coordenadora ressalta que muitos imigrantes não procuram diretamente a assistência social, o que indica a possibilidade de subnotificação e sugere que o número de residentes venezuelanos pode ser superior ao oficialmente registrado. Observa-se variação em relação a levantamentos anteriores, indicando possível aumento no número de cadastrados.

A entrevistada também aponta limites estruturais no mapeamento do perfil dos imigrantes, destacando a ausência de mecanismos digitais capazes de identificar essas famílias em sua integralidade. Durante os atendimentos, verifica-se a recorrência de famílias monoparentais e de situações em que companheiros são omitidos nos registros, o que dificulta a compreensão das dinâmicas familiares. A faixa etária é heterogênea, abrangendo desde jovens até idosos, e, embora parcela significativa esteja inserida no mercado de trabalho, muitos atuam em condições

informais. Esses elementos revelam que, mesmo diante de esforços institucionais, a experiência migratória permanece parcialmente invisibilizada, especialmente no que se refere às configurações familiares e às condições reais de inserção socioeconômica.

Ao abordar o acesso dos imigrantes aos serviços públicos do município, a coordenadora destaca que “as próprias famílias buscam o acesso aos serviços e políticas de forma proativa”. Segundo a entrevistada, a comunicação entre os imigrantes acerca dos atendimentos ofertados e dos fluxos de acesso “favorece muito”, evidenciando o papel das redes sociais informais na mediação entre a população migrante e as políticas públicas locais. Essa dinâmica revela que o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social não ocorre exclusivamente por meio de ações institucionais, mas também por articulações coletivas construídas pelos próprios migrantes. Para Hall (2006), a identidade cultural constitui-se em processo contínuo de reconstrução, no qual práticas e vivências compartilhadas contribuem para mitigar os impactos do deslocamento e negociar formas de pertencimento nos territórios de chegada.

Ao tratar da influência das redes de apoio na escolha de Parobé/RS como destino migratório, a coordenadora destaca que “alguns familiares chegam e influenciam à vinda dos demais membros da família”, indicando que a decisão migratória é orientada por vínculos prévios e relações de confiança. Essa dinâmica reforça a compreensão de Latour (2012), ao indicar que as ações sociais são construídas em rede e não de forma isolada. Conforme Cavalcanti (2017), as redes migratórias exercem papel central na sustentação dos deslocamentos contemporâneos, reduzindo riscos e influenciando diretamente a escolha dos territórios de destino.

Ao refletir sobre as perspectivas dos imigrantes venezuelanos em Parobé, a coordenadora destaca a coexistência de sentimentos e projetos distintos. Segundo a entrevistada, “alguns têm interesse em permanecer, pois conseguiram se organizar no município”, especialmente em função do acesso a serviços e benefícios inexistentes na Venezuela. Entretanto, também há migrantes que manifestam o desejo de retornar ao país de origem, evidenciando que o projeto migratório permanece aberto. Conforme argumenta Hall (2006), as identidades em contextos migratórios são processuais e marcadas por negociações constantes, permitindo

compreender a coexistência entre o desejo de permanência e a manutenção de vínculos afetivos com o país de origem.

A análise das respostas da coordenadora do CRAS evidencia que a migração venezuelana é administrada no âmbito institucional por meio de práticas que combinam esforços de acolhimento e limitações estruturais. Aspectos como o acesso aos serviços públicos, a atuação das redes familiares, a informalidade no trabalho e a dificuldade de mapeamento integral das famílias migrantes revelam uma experiência marcada por mediações e ambiguidades.

Nesse cenário, quando articuladas às narrativas dos imigrantes entrevistados, essas percepções institucionais ganham maior complexidade. Os relatos evidenciam que o processo de inserção social não ocorre apenas por meio das políticas públicas formais, mas também por meio de redes afetivas, religiosas e comunitárias, responsáveis, muitas vezes, pelo acolhimento inicial e pelo acesso a serviços essenciais. Além disso, as entrevistas revelam trajetórias marcadas por deslocamentos internos, dificuldades burocráticas e experiências de discriminação que nem sempre são captadas pelos registros administrativos.

Assim, as narrativas dos imigrantes venezuelanos tensionam e complementam a leitura institucional, trazendo à tona vivências e significados que frequentemente escapam aos registros formais e evidenciando que a integração social se constrói na articulação entre políticas públicas, redes sociais e experiências cotidianas dos sujeitos migrantes.

4.5 Narrativas migrantes: análise das entrevistas de história oral

As narrativas dos imigrantes venezuelanos em Parobé permitem acessar dimensões que escapam à leitura institucional, trazendo à tona experiências cotidianas, memórias e percepções subjetivas sobre o processo de inserção no território. Diferentemente da perspectiva administrativa, que organiza dados e registros, os relatos evidenciam como a integração é vivida na prática, marcada por esforços individuais, redes familiares e desafios concretos no acesso a serviços e oportunidades. Ao compartilhar suas trajetórias, os imigrantes revelam tanto estratégias de adaptação quanto sentimentos de pertencimento e de ruptura, mostrando que a migração é um fenômeno social total (Sayad, 2000), atravessado por dimensões objetivas e subjetivas que se entrelaçam na vida cotidiana.

Partindo do pressuposto de que cada imigrante venezuelano possui trajetórias singulares e vivências distintas em solo brasileiro, este trabalho busca analisar, à luz do referencial teórico, as diferentes experiências de imigração narradas por venezuelanos residentes em Parobé/RS. As análises propostas visam compreender como se constituem os processos de inserção sociocultural desses sujeitos no contexto local, considerando suas memórias, redes de apoio e sentidos de pertencimento. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, não são utilizados nomes próprios, adotando-se a denominação “entrevistado 1”, “entrevistado 2” e assim sucessivamente. Quando houver referência ao entrevistador, foi utilizada a letra inicial “D”. Assim, é a partir dessas narrativas que se torna possível compreender como os processos de inserção sociocultural se materializam no cotidiano, revelando sentidos de pertencimento e desafios que extrapolam os registros institucionais.

4.5.1 Perfil dos venezuelanos entrevistados

A fim de contextualizar o *corpus* empírico da pesquisa, apresenta-se inicialmente um panorama geral do perfil dos imigrantes venezuelanos residentes em Parobé, com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Quadro 1 - Perfil dos venezuelanos entrevistados em Parobé/RS

Entrevistado	Sigla	Idade	Sexo	UF de nascimento	Nº de dependentes	Bolsa família	Data de entrada no cadastro único	Escola	Bairro
1	E1	45	M	Bolívar	2	Não	2024	Getúlio	Alexandria
2	E2	33	F	Bolívar	5	Sim	2024	Getúlio	Cardoso
3	E3	58	F	Bolívar	2	Sim	2024	Getúlio	Alexandria
4	E4	71	M	Bolívar	3	Sim	2024	Não	Alexandria
5	E5	35	F	Bolívar	2	Sim	2024	Getúlio	Jardim
6	E6	32	F	Bolívar	4	Sim	2024	Getúlio	Jardim
7	E7	45	F	Bolívar	3	Sim	2024	Getúlio	Jardim
8	E8	39	F	Bolívar	2	Sim	2024	Getúlio	Jardim
9	E9	50	M	Bolívar	1	Sim	2024	Getúlio	Cardoso
10	E10	42	M	Guarico	3	Sim	2024	Getúlio	Jardim

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Inicialmente, foi realizado um mapeamento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e à escola localizada no Bairro Jardim, território onde se concentra o maior número de imigrantes venezuelanos no município. Esse levantamento permitiu identificar a distribuição territorial do grupo e compreender sua inserção nos serviços públicos locais. A partir desse universo mais amplo, que atualmente contabiliza 266 venezuelanos cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) em Parobé, definiu-se o *corpus* desta pesquisa, composto por dez imigrantes venezuelanos residentes no Bairro Jardim. Os participantes foram indicados pela Secretaria de Assistência Social, considerando critérios de acessibilidade, vínculo com os serviços socioassistenciais e disponibilidade para participação nas entrevistas.

A análise do perfil dos entrevistados permite identificar algumas características recorrentes. Observa-se predominância de indivíduos oriundos do estado de Bolívar, na Venezuela, com apenas um entrevistado proveniente de Guárico. Esse dado sugere a possível atuação de redes migratórias específicas, que direcionam fluxos regionais para o município. No que se refere ao gênero, verifica-se predominância feminina entre os entrevistados, o que pode indicar maior presença de mulheres nas redes de acolhimento institucional ou maior disponibilidade para participação na pesquisa. A faixa etária varia entre 32 e 71 anos, com concentração na idade adulta economicamente ativa.

Outro aspecto relevante diz respeito ao número de dependentes, que varia entre um e cinco por núcleo familiar, evidenciando a dimensão familiar do processo migratório. A maioria dos entrevistados declarou estar vinculada ao Programa Bolsa Família, o que indica inserção em políticas públicas de transferência de renda e revela situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação ao território, destaca-se a concentração dos entrevistados no Bairro Jardim, evidenciando a territorialização da presença venezuelana no município. Tal concentração pode estar associada tanto a redes de apoio pré-existentes quanto a fatores como custo de moradia e proximidade de serviços públicos.

Assim, embora o *corpus* represente uma fração do total de venezuelanos cadastrados em Parobé, os dados permitem delinear um perfil caracterizado por inserção territorial concentrada, presença familiar significativa e dependência de

políticas assistenciais, elementos que serão aprofundados na análise qualitativa das narrativas.

Para isso as análises apresentadas a seguir estão organizadas a partir dos três eixos interpretativos definidos na metodologia da pesquisa, os quais derivam diretamente dos objetivos específicos do estudo. Esses eixos – integração cultural, redes sociais e apoio, e identidade e pertencimento – funcionam como categorias de análise que orientam a leitura e interpretação das narrativas de história oral. A escolha desses recortes analíticos justifica-se por sua capacidade de articular as experiências individuais dos migrantes às dinâmicas territoriais e institucionais do município de Parobé/RS. Assim, os subtítulos a seguir correspondem a cada um desses eixos, permitindo uma organização sistemática e coerente da análise empírica.

4.5.2 Integração Cultural

Aliado às redes sociais que viabilizam a escolha por outros territórios, emerge na narrativa do entrevistado 1 a identificação com a cultura brasileira, especialmente quando o Brasil é percebido como um espaço de ampliação de horizontes para os filhos. Ao mencionar a Operação Acolhida e a abertura das fronteiras físicas, o entrevistado desloca o sentido da migração para além da sobrevivência imediata, atribuindo à experiência migratória um projeto de futuro voltado para a família. Essa perspectiva aparece quando ele afirma:

Também [...] O fato de nós sairmos para cá também tinha a ver com situações personagens que nós tivemos como casados, situações familiares. Não foi [...]. Em sua totalidade, não foi pela parte econômica. Foi mais pela parte [...] Uma tendência, um conhecimento, uma nova cultura, que nossos filhos falassem em outro idioma.¹⁴

Nesse excerto, a integração cultural não é apresentada como assimilação forçada, mas como possibilidade de acesso a outros repertórios culturais, linguísticos

¹⁴ Conforme Portelli (1997), Alberti (2004) e Thompson (1998), a História Oral exige a preservação da forma como a narrativa é enunciada, pois o sentido não está apenas no conteúdo, mas também na linguagem utilizada. A manutenção do portunhol e da mistura de línguas nas transcrições reflete a experiência migratória e a construção identitária dos entrevistados. Como destaca Meihy (2005), a oralidade carrega marcas de pertencimento e memória, e sua fidelidade é condição para que a fonte histórica revele dimensões que ultrapassam o registro factual.

e educacionais. O aprendizado de um novo idioma surge como símbolo de mobilidade social e de ampliação de oportunidades, revelando que a migração é pensada também como investimento intergeracional. Essa leitura dialoga com os estudos sobre migração contemporânea que compreendem o deslocamento como estratégia familiar, na qual os filhos ocupam lugar central na projeção de um futuro considerado mais promissor. Assim, o Brasil e, especificamente, Parobé/RS, passam a ser percebidos como espaços de formação e desenvolvimento, nos quais a cultura local não é vista como obstáculo, mas como possibilidade de pertencimento e construção de novas trajetórias.

Em relação à integração e à construção de novas trajetórias em Parobé/RS, o entrevistado 1 menciona outros imigrantes venezuelanos que optaram por buscar inserção em cidades próximas, situadas no Vale do Paranhana. Diferentemente dessas experiências, sua narrativa evidencia um sentimento de permanência no município, sustentado principalmente por vínculos familiares e culturais. O entrevistado afirma sentir-se bem em Parobé/RS e não manifesta o desejo de sair do município, destacando que a família se encontra empregada e que sua filha está plenamente inserida na escola local. Essa dimensão aparece de forma significativa quando relata que, mesmo diante da possibilidade de mudança para Taquara/RS por motivos de trabalho, a própria filha se opôs à ideia:

As crianças adoram a escola. Queremos trocar para morar em Taquara. Aqui temos que sair à hora certa. Mas se ficarmos lá podemos chegar antes. E ela falou que ela não vai. [...] Mas ela não quer. Ela quer ficar na escola aqui.

O excerto evidencia que o pertencimento ao território não se constrói apenas a partir das condições econômicas, mas por meio das experiências cotidianas e das relações estabelecidas no espaço de acolhida. A escola surge, nesse contexto, como elemento de ancoragem territorial, funcionando como espaço de sociabilidades. Consequentemente, Parobé/RS deixa de ser compreendida como local de passagem e passa a assumir o papel de território, onde cultura e a vida se entrelaçam, em consonância com Santos (2011). Essa concepção dialoga com Canclini (2006), para quem o imigrante é atravessado por estímulos culturais e discursivos que operam diariamente em seu cotidiano, configurando um processo contínuo de hibridização. Esse movimento não indica uma identidade plenamente consolidada, como descreve

Hall (2006), mas sinaliza um processo em que a identidade está em constante construção e negociação.

No que se refere aos aspectos culturais da experiência migratória, a entrevistada 2 aponta a língua como o principal entrave em seu processo de inserção em Parobé/RS. Embora relate ter se adaptado ao clima frio da região, a aprendizagem do português, em especialmente à fala, aparece como uma dificuldade significativa em sua trajetória. Conforme a entrevistada:

Aqui é frio, o inverno. Tudo é diferente. assim, aqui do Rio Grande do Sul da Venezuela. A língua eu compreendo, já não é mais difícil. Eu compreendo ela. Mas quando chegou assim, era dificultoso entender. Eu aprendi por minha filha.

Ao afirmar que “quando chegou era dificultoso entender”, a entrevistada 2 evidencia que a língua funcionou, num primeiro momento, como uma fronteira simbólica, limitando sua autonomia e sua circulação nos espaços cotidianos. No entanto, essa barreira passou a ser mediada pela filha, que frequenta a escola do bairro e se tornou um elo fundamental no processo de aprendizagem da mãe. Nesse sentido, a escola emerge novamente, como um espaço central de integração sociocultural, para todo o núcleo familiar, ao possibilitar a circulação de saberes e práticas entre gerações. A aprendizagem do idioma, portanto, não ocorre de forma institucionalizada ou planejada, mas no cotidiano, por meio das relações familiares, que se estabelecem na realidade de cada imigrante. Segundo a entrevistada:

Sim [...]. Porque daí vai na escola e tal. E ela me diz que tem que falar assim, só dá assim [...] Discriminação, sim [...] mas, é que é um assunto bem difícil. cheguei aqui e passou todo dia aqui na minha casa. De escola a casa, e aqui eu estou.

Quando é questionada sobre possíveis episódios de preconceito vivenciados no Brasil ou em Parobé/RS, a entrevistada 2 responde de forma hesitante e fragmentada, afirmando tratar-se de “um assunto bem difícil”. A dificuldade em elaborar a resposta, somada à opção por não aprofundar a questão, pode ser compreendida à luz da perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), para quem a memória é socialmente construída e atravessada pelas condições presentes do sujeito. O silêncio, nesse sentido, não indica necessariamente a ausência de

experiências de discriminação, mas pode funcionar como estratégia de proteção e adaptação no contexto de acolhida. Ao mencionar que sua rotina se restringe basicamente aos deslocamentos entre a casa e a escola da filha, a entrevistada revela uma forma de integração cultural marcada pela prudência limitada no espaço público. A integração aqui, não se dá no confronto, mas por uma inserção discreta, na qual o não dito assume papel central na construção da experiência migratória.

Em relação aos filhos, a entrevistada 3 destaca a escola como um dos principais espaços de acolhimento e integração no contexto migratório. Segundo ela, as crianças demonstraram satisfação em frequentar a escola do município, o que se apresenta como um elemento central no processo de adaptação da família ao território de chegada. Conforme relata a entrevistada:

Depois eu coloquei as crianças na escola, e as crianças gostaram muito da escola. Ele também contava histórias para a escola, mas ele se sentia muito triste, as crianças, sim, porque eles sabiam como saía lá de Venezuela, pelo que vivíamos, foi forte, não foi fácil, porque muitas pessoas de lá são complicadas.

A narrativa evidencia que, ao compartilhar suas experiências vividas na Venezuela, as crianças constroem vínculos com os colegas, que passam a reconhecer e se sensibilizar com sua trajetória. Esse compartilhamento transforma a escola em um espaço de escuta, empatia, no qual a experiência migratória deixa de ser individual e passa a ser socialmente partilhada. Barboza e Bernardo (2019) entendem a troca entre imigrantes e brasileiros como um movimento de aprendizagem capaz de enriquecer diferentes espaços por meio dos repertórios trazidos pelos imigrantes. O relato da entrevistada exemplifica como a escola pode se tornar um lugar privilegiado de integração e construção de pertencimento.

Ao ser questionada sobre a participação dos filhos em serviços ofertados pelo município, a entrevistada 3 afirma que as crianças estão inseridas em projetos sociais, nos quais realizam diversas atividades e passeios, ampliando sua circulação e vivência no território. Segundo a entrevistada:

Sim, agora estão no serviço. Eles fazem várias atividades, passeio, eles conhecem, é um projeto bem legal ali também [...]. Agora estão dois meninos. E na manhã está o meu menino [...]. Ah, eu fui ali, comecei com o Luiz.

Como observado, no caso da entrevistada 3, a integração cultural da família e os acessos a serviços sociais do município ocorre, por meio das crianças, que se tornam agentes centrais na construção de vínculos sociais e territoriais. A escola e os projetos sociais emergem, assim, como espaços fundamentais de mediação cultural, onde se articulam, pertencimento, reconhecimento e reconstrução de trajetórias marcadas pelo deslocamento forçado.

Em relação à língua e às dificuldades de comunicação, a entrevistada 3 relata que, no momento inicial de sua chegada ao Brasil, o idioma representou um dos principais obstáculos em sua experiência migratória. A aprendizagem do português exigiu esforço constante, sendo vivenciada como um processo difícil e marcado pela necessidade de adaptação. Conforme sua narrativa:

E no início foi dificultoso. Muito, muito difícil, né? Muito [...] É complicado, né? Para poder entender muito outra língua. Porque fica muito complicado, porque tem que aprender, tem que forçar-se. Mas as crianças todas já sabem falar português. Na escola ajudaram muito. Eu ficava muito preocupada. Eu falava com a minha criança e falava com ele.

A fala revela que a língua se apresenta como uma fronteira simbólica no processo de integração, já que a dificuldade de comunicação limita a autonomia e o sentimento de pertencimento no território de acolhida. Ao afirmar que “tem que forçar-se”, a entrevistada revela o esforço individual de aprendizagem, mas também o desejo de ser compreendida e de estabelecer relações no novo contexto social.

Nesse processo, os filhos assumem este papel, pois, ao aprenderem o português na escola, tornam-se mediadores linguísticos no cotidiano familiar. A escola aparece, mais uma vez, como um espaço fundamental de integração cultural, por possibilitar o aprendizado formal da língua e por favorecer a inserção da família na comunidade local. A preocupação expressa pela entrevistada 3 em “poder comunicar e vocês entenderem” indica que a integração cultural está diretamente associada à comunicação, ao reconhecimento e à construção de vínculos no território vivido.

Durante o diálogo, observou-se que a entrevistada 3 mostrou-se receptiva à visita e, em alguns momentos, emocionada ao rememorar a travessia migratória e sua permanência no Brasil. Ao avaliar sua experiência em Parobé/RS, a entrevistada expressa satisfação tanto com o território e com a relação estabelecida com os

brasileiros. Quando questionada sobre as diferenças entre o Brasil e a Venezuela, afirma:

É quase igual ao meu país. Aqui vamos falar da comida. Ah, a comida. Porque lá na Venezuela, é feijão também, muito feijão, com arroz, e lá é pescado. Como dizem aqui, é peixe. Aqui eu gostei muito do Brasil. Muito, muito. As pessoas, vocês, vocês. Estou aqui em um país que, eu dou graças a Deus que estou aqui. E trouxe uma benção.

A afirmação de que o Brasil é “quase igual” ao seu país de origem evidencia um sentimento de familiaridade cultural que contribui para sua integração no território de acolhida. Diferentemente da entrevistada 2, que enfatiza as rupturas e estranhamentos vivenciados no Brasil, a entrevistada 3 constrói sua narrativa a partir de elementos de continuidade, como a alimentação cotidiana, marcada pelo consumo de feijão, arroz e peixe. Esses referenciais funcionam como mediadores simbólicos de pertencimento, aproximando experiências vividas em contextos distintos.

Além disso, a variação linguística observada ao explicar o termo “pescado” como “peixe” indica um processo de adaptação gradual ao idioma local, sem apagamento completo de sua matriz cultural. O tom de gratidão presente na fala, especialmente ao afirmar que “dá graças a Deus” por estar no Brasil, reforça uma relação positiva com o território, marcada menos pela idealização e mais pelo reconhecimento das condições que possibilitam sua permanência e reconstrução da vida em Parobé/RS.

Em contrapartida, a narrativa do entrevistado 4 evidencia um processo de integração cultural marcado por fragilidades e descontinuidades, distinto daquele observado em outros entrevistados. Ao ser questionado sobre como tem sido viver em Parobé/RS, suas falas não remetem a experiências de pertencimento, trocas culturais ou vínculos comunitários, mas à ausência de apoio e ao não cumprimento de promessas institucionais, como o acesso ao aluguel solidário. Segundo o entrevistado:

E não vieram mais, que iam ajudar. Ah, sim, aluguel solidário. Ah, aluguel solidário. Eu tenho que cuidar de você, você tem que cuidar de mim, você tem que cuidar de você, você tem que cuidar de mim.

O excerto revela que a experiência de viver no município é atravessada por sentimento de frustração e insegurança, associados à impossibilidade de alcançar condições mínimas de estabilidade. A ausência de suporte institucional e de relações

sociais mais amplas contribui para a construção de um vínculo fragilizado com o território, no qual a integração cultural não se efetiva para além do círculo familiar. Assim, o cuidado mútuo entre ele e o irmão não surge como escolha, mas como estratégia de sobrevivência diante da falta de inserção em redes comunitárias e culturais mais amplas, reforçando uma vivência marcada mais pela adaptação forçada do que pelo pertencimento ao lugar.

A partir da fala do entrevistado 4, percebe-se que a comunicação, inicialmente, representou um desafio no processo de adaptação ao Brasil, mas deixou de ser um obstáculo à medida que sua permanência no território se consolidou. Durante a entrevista, o domínio comunicativo já se mostrava presente, indicando que a integração linguística ocorreu de forma progressiva e vinculada à vivência cotidiana. Segundo o entrevistado:

Sim, já estou em casa, já pensei, eu conheci o Brasil por leituras e conversas. É o que a gente fala, não é ruim não, tem que vir, tem que viver a vida no lugar para saber, para poder falar. Como você vai falar se você nunca foi. Muitas pessoas falavam isso é ruim Rio Grande do Sul, isso é ruim. Eles falavam que não era bom então para onde você vai?

Antes mesmo da migração, o entrevistado relata ter buscado informações sobre o Brasil por meio de leituras e conversas, o que revela uma preparação pré-migratória e uma postura ativa diante do deslocamento. Mesmo diante de discursos negativos sobre o Rio Grande do Sul, ele opta pelo território, destacando que “é preciso viver no lugar para poder falar”, o que evidencia uma compreensão da integração como experiência prática, construída na realidade e não apenas mediada por narrativas externas.

A integração cultural do entrevistado 4 não se estrutura a partir de redes institucionais formais, mas desponta a partir de experiências vivenciadas no território e das interações cotidianas estabelecidas nele. O pertencimento, não se constitui de maneira imediata ou automática, mas resulta de um processo gradual marcado por tensões e permanências simbólicas. Tal dinâmica aproxima-se da reflexão de Kusch (1975), para quem cultura e território são dimensões indissociáveis, já que é no espaço vivido que os sujeitos constroem vínculos, reorganizam práticas identitárias. Assim, a trajetória do entrevistado evidencia que o território não é mero cenário de inserção, mas agente ativo na produção de sentidos, funcionando como espaço de mediação entre a memória do país de origem e experiência concreta no Brasil.

Ao término da entrevista, ao ser indagado sobre episódios de preconceito em Parobé/RS, o entrevistado 4 relatou uma situação vivenciada enquanto caminhava próximo à sua residência, quando foi interpelado por um morador local sobre o motivo de sua permanência no Brasil e se realmente estaria no país para trabalhar e melhorar de vida.

Senhor tem que ir lá tem que ir lá [...]. Eu sou brasileiro..tu é venezuelano [...]. Está tomando, Está bêbado. Eu sou brasileiro, você é venezuelano...Sim, sou venezuelano igual que vestáé brasileiro também não tem nenhum problema. Está com a carteira assinada, mas não está ganhando nada, né? Ah, você é vergonhoso [...] Você é venezuelano. Eu vim trabalhar. Não estou pedindo a ninguém.

No excerto acima, torna-se evidente que o entrevistado sai em defesa, ao afirmar “não estou bêbado”, expressão que revela a presença de estigmas historicamente associados aos imigrantes em contexto urbano. Mesmo residindo há aproximadamente três anos no município e estando inserido formalmente no mercado de trabalho, como ele próprio destaca ao afirmar “estou com carteira assinada”, o entrevistado ainda é interpelado com desconfiança, sendo questionado sobre sua legitimidade no território. Essa narrativa dialoga com Tybusch e Oliveira (2018), ao evidenciar como determinados discursos, relacionados à competição por empregos, à queda salarial e à sobrecarga dos serviços públicos, são mobilizados na construção social do sujeito imigrante, produzindo barreiras simbólicas que dificultam os processos de integração, mesmo quando há inserção legal e laboral.

A partir da experiência do entrevistado 4, marcada por uma integração cultural fragilizada e sustentada sobretudo por estratégias individuais e familiares, avança-se para a análise da entrevistada 5, cuja trajetória revela outras formas de adaptação e relação com o território de acolhida. Residente em Parobé/RS há cerca de três anos, vivendo com o marido e dois filhos, a entrevistada relata que o processo inicial de adaptação foi permeado por dificuldades, especialmente relacionadas à comunicação. Segundo ela, esse obstáculo foi parcialmente superado com o auxílio da sogra, que já residia no município e dominava o idioma português, além do contato cotidiano com meios de comunicação, como televisão e rádio.

Eu já tenho aqui 3 anos, eu estava vivendo na Bolívia 6 anos, mais 3, que meu filho é maior, já tem 9, os dois nasceram na Bolívia. Pouco, pouco. Porque já minha sogra, a mãe do meu marido já sabia falar português, e escutando televisão, rádio, assim fui aprendendo aos poucos.

A narrativa da entrevistada evidencia um percurso migratório distinto em relação aos demais imigrantes da pesquisa. Ao relatar que residiu por seis anos na Bolívia antes de migrar para o Brasil, sua experiência se aproxima do que Cassarino (2008) define como migração circular, caracterizada por deslocamentos sucessivos e estratégias familiares que orientam a busca por melhores condições de vida. No que se refere à integração linguística, observa-se que o aprendizado do idioma ocorreu de forma gradual e informal, mediado principalmente pelo apoio da sogra. Tal aspecto revela que, como em outros casos analisados, a inserção cultural no município não foi por meio de políticas ou ações institucionais estruturadas, mas por redes privadas, que podem limitar o processo de integração social do imigrante.

Dessa forma, percebe-se que a escola do bairro assume um papel central no processo de integração da entrevistada 5, especialmente por meio da figura do diretor, que atua como mediador entre a família imigrante e outras instituições do município. Conforme a entrevistada, é principalmente a partir da escola que ela recebe informações sobre eventos, comunicados e, em alguns casos, encaminhamentos ao CRAS, seja por meio de bilhetes enviados no caderno dos filhos ou por mensagens via WhatsApp.

Meu filho é uma criança especial, tenho que estar 24 horas com ele. Não dá. Tenho meu filho que toma medicamento. Não procuro muito a assistência social, bem pouco, não me dá, assim, tempo tenho que estar levando-o a São Francisco de Paula. Por meio de também, do diretor, falou também para o CRAS, sobre o encaminhamento de meu filho. O diretor me comunica, ou me manda um Whats. Um caderno de meus filhos, e eu leio e, e aí, por meio dele, o diretor é bem legal, eu gosto dele.

A proximidade da entrevistada com a escola ocorre em função das limitações enfrentadas no cotidiano, especialmente pela necessidade de cuidado integral com o filho com deficiência. Como a própria entrevistada relata, “não me dá, assim, tempo”, evidenciando que os deslocamentos frequentes para São Francisco de Paula/RS, em razão do tratamento do filho, reduzem significativamente suas possibilidades de acessar diretamente os serviços da assistência social.

Nesse contexto, a escola, representada pela figura do diretor, constitui-se como um elo fundamental entre a entrevistada e o território de acolhimento. É por meio desse contato que ela acessa informações, realiza encaminhamentos e mantém vínculo institucional no município. Assim, a escola, enquanto espaço cotidiano de

sociabilidade, assume funções que extrapolam o campo educacional, tornando-se um canal de mediação institucional e acesso à informação.

Conforme destacam Prado e Oliveira (2023), diante da fragilidade das redes institucionais formais, os imigrantes tendem a construir vínculos de pertencimento em espaços mais próximos e acessíveis, especialmente no ambiente escolar. Nesse sentido, o relato da entrevistada 6 evidencia como sua adaptação em Parobé/RS ocorre de forma gradual, mediada pelo cotidiano da família e pela inserção dos filhos na escola.

Sim, então estamos aqui e, por agora, tudo bem. Trabalhando! Nenhuma, eu entendo bem, mas antes não. Por exemplo, minha filha já fala muito bem português. Ela fala bem com as crianças da escola. A princípio, minha filha que tem seis anos não conseguia falar bem. Ela entendia, mas não conseguia falar bem. Mas agora, agora fala bem.

A narrativa revela que a comunicação representou uma dificuldade inicial no domínio da língua portuguesa. Contudo, ao longo do tempo, a família construiu estratégias de adaptação, encontrando na escola um espaço de integração cultural. O aprendizado do idioma pela filha simboliza esse processo de inserção, indicando que a integração ocorre de maneira progressiva e cotidiana. Como aponta Laraia (1986), a cultura é dinâmica e se transforma a partir das experiências vividas pelos sujeitos em interação com novos contextos. Nesse sentido, a trajetória da entrevistada 6 demonstra que a integração cultural não se dá de forma imediata, mas é construída no dia a dia, especialmente por meio das relações estabelecidas no espaço escolar. Ao mesmo tempo, conforme ressaltam Prado e Oliveira (2023), cada trajetória migratória é singular, marcada por repertórios culturais distintos e por possíveis estigmas que podem dificultar a aproximação com a cultura local.

Essa experiência de adaptação linguística e de convivência no espaço escolar pode ser compreendida como parte do processo de hibridização cultural descrito por Canclini (2006), no qual práticas e referências da cultura de origem se reconfiguram no novo território, abrindo espaço para a construção de pertencimentos múltiplos. No caso da entrevistada 6, esse processo também se materializa em escolhas concretas relacionadas à sua permanência em Parobé/RS. A entrevistada relata que, após dois anos residindo no município, conseguiu adquirir a casa própria, embora para isso tenha precisado vender o imóvel e outros bens que possuía na Venezuela.

Já estou daqui há dois anos. É no mês que vem, compramos a casa aqui. Foi um bastante longo, porque, bem, eu fui à Venezuela e tive que vender. É assim, porque já na Venezuela tive que vender bolsas, tive que vender minha casa. Mas eu já não tinha minha família, porque a minha família já estava aqui. Minha mãe está aqui.

A decisão de vender a casa e os pertences no país de origem para investir em uma residência em Parobé/RS evidencia um movimento de enraizamento no território de acolhida, ainda que isso não implique no apagamento das memórias e vínculos afetivos com a Venezuela. Como destaca Haesbaert (2014), os imigrantes vivenciam uma condição de multiterritorialidade, na qual coexistem o território de origem, os espaços de trânsito e o território de chegada. Ao se desfazer de bens materiais na Venezuela e estabelecer-se definitivamente no Brasil, a entrevistada materializa essa transição territorial, construindo novos vínculos sem romper totalmente com o passado. A experiência demonstra que a integração cultural não ocorre apenas no plano simbólico e identitário, mas por meio de decisões práticas e materiais, que redefinem pertencimentos, trajetórias e projetos de vida.

Ao longo das entrevistas, observa-se que os vínculos familiares mantidos com aqueles que permanecem na Venezuela influenciam diretamente as trajetórias migratórias e os deslocamentos internos no Brasil. No caso da entrevistada 7, a decisão de migrar foi marcada por estratégias de proteção familiar, em relação aos filhos, que permaneceram no país de origem durante o período inicial da travessia. A entrevistada relata que optou por deixar as crianças com a mãe na Venezuela, enquanto partia com o marido, a fim de evitar que os filhos enfrentassem privações durante o deslocamento. Durante aproximadamente um ano, trabalhou intensamente no Brasil para enviar recursos financeiros à família, até conseguir reunir condições para trazê-los. Segundo ela:

Logo que saí da Venezuela, fiquei em Roraima uma semana para fazer os documentos. Eu não queria que meus filhos passassem necessidade. Preferi passar com meu esposo a trazer eles. Depois pus a trabalhar fortemente para juntar dinheiro e pegar minhas crianças. Eu morava em Vacaria. Meu Deus, lá é serra, muito frio, eu fiquei doente com frio demais. E daí saí, estava uma tia aqui.

A narrativa elucida o caráter de sacrifício e resiliência que permeia a experiência migratória. Ao separar temporariamente dos filhos e assumir uma rotina intensa de trabalho, a entrevistada revela como a migração mobiliza os imigrantes na

busca por melhores condições de vida no Brasil. Esse movimento dialoga com Sassen (1990), ao destacar que os fluxos migratórios contemporâneos estão profundamente vinculados às crises econômicas e à procura por emprego. Entretanto, o relato mostra que a integração cultural envolve desafios que vão além da esfera laboral, como a adaptação às condições climáticas e ao território. A dificuldade em permanecer em Vacaria/RS, devido ao frio intenso, revela que fatores ambientais e cotidianos também moldam a permanência dos imigrantes em determinados espaços. Nesse contexto, a mudança para Parobé/RS, mediada pela presença de uma tia, evidencia como as redes familiares continuam funcionando como suporte fundamental na reorganização da vida favorecendo novas possibilidades de adaptação e integração cultural.

Conforme destacam Silva e Baeninger (2021), a imigração transfronteiriça é marcada por deslocamentos sucessivos e pela busca de territórios que ofereçam melhores condições de adaptação. A trajetória da entrevistada 7 exemplifica esse processo ao relatar que, as dificuldades enfrentadas em Vacaria/RS, especialmente relacionadas ao clima rigoroso, fizeram ela buscar apoio da tia em Parobé/RS como estratégia de permanência e reorganização da vida. Além das questões climáticas, a entrevistada destaca a língua como um dos principais obstáculos iniciais à integração. Segundo seu relato, a dificuldade de comunicação gerava sentimento de insegurança e vergonha, levando-a a evitar interações sociais. Conforme a entrevistada:

A língua, muito diferente, demais. Eu não entendia nada. Eu fiquei perdida. Então eu tinha vergonha, não queria falar. Hoje, eu consigo falar. Eu escrevo um pouco. Eu já entendo, já leio. Minha filha fala para mim: 'Minha mãe precisa aprender!' Ela fala melhor, ela fala português.

O excerto evidencia como as barreiras linguísticas produzem experiências de deslocamento e exclusão, aproximando do que Bourdieu (1998) define como a condição de atópos, na qual o sujeito ocupa um lugar social indefinido. A sensação de “ficar perdida” e o silenciamento inicial revelam as dificuldades de inserção em um território ainda estranho, em que os repertórios linguísticos e culturais não são plenamente reconhecidos.

A narrativa revela que a integração cultural é um processo dinâmico e relacional e quando o aprendizado da língua é mediado pelos filhos, ocorre uma inversão na condição inicial de estranhamento, para uma possibilidade de

pertencimento. Nesse sentido, como aponta Hall (2006), a identidade não é fixa, mas construída na negociação cotidiana entre o sujeito e o contexto social, em um movimento contínuo de reformulação. Assim, a experiência da entrevistada 7 evidencia que a integração cultural se constrói entre o “não lugar” inicial e a inserção progressiva no espaço social, mediada pelas relações familiares e pelas vivências do cotidiano.

Assim como a entrevistada 7, que buscou o Brasil com o objetivo de melhorar as condições de vida da família, a entrevistada 8 relatou que sua migração foi motivada por situações de extrema necessidade na Venezuela. Sua travessia ocorreu de forma solitária, custeada com recursos próprios, realizando grande parte do trajeto a pé, grávida de três meses. Após permanecer cerca de três anos em Manaus/AM, relatou dificuldades relacionadas ao acesso ao trabalho e aos serviços de saúde, mencionando inclusive episódios de discriminação. A ausência de atendimento adequado durante a gestação, quando necessitava realizar uma ecografia, ratificou sua percepção de invisibilidade social. Ao decidir deslocar-se para Parobé/RS, motivada por uma conhecida, destacou o contraste vivido entre os dois contextos, afirmando:

Eu entrei por áreas verdes, cheguei sozinha, em companhia de outras pessoas que eu conheci no caminho. Eu tinha três meses de grávida. Morei três anos em Manaus. Depois vim para cá, até agora. Eu gosto daqui, tá bom. Em Manaus, é difícil o trabalho e a saúde é mais lenta. Quando eu estava grávida dele, para fazer uma ecografia, as pessoas nunca ligavam para mim. Manaus é mais difícil. A gente lá discrimina. E o gaúcho é assim, acolhedor.

Observa-se que, para grande parte dos venezuelanos, a integração ao território brasileiro está inclinada à garantia de necessidades básicas para os filhos e para a família. A narrativa da entrevistada 8 evidencia que, mesmo já residindo no Brasil, a permanência em Manaus/AM não resultou em integração social e cultural, já que as barreiras de acesso a direitos básicos limitaram sua inserção. A migração interna, como pontua Baeninger (2018) é uma estratégia dos imigrantes, quando já estão alocados em um país, revelando que o processo migratório não se encerra na travessia da fronteira internacional, mas se prolonga em deslocamentos sucessivos em busca de oportunidades.

Esse movimento aponta que os fluxos migratórios são marcados por trajetórias dinâmicas e reconfigurações territoriais constantes, nas quais redes sociais e

indicações de conhecidos orientam os imigrantes na escolha dos destinos. No caso da entrevistada 8 a presença de uma conhecida em Parobé/RS atuou como elemento facilitador para a construção de novas redes de apoio, favorecendo sua permanência no município. Além disso, o relato evidencia que a integração cultural não depende apenas da permanência física em determinado território, mas está relacionada ao acesso a direitos sociais e às formas de acolhimento experimentadas pelos sujeitos migrantes. Ao comparar Manaus/AM ao Rio Grande do Sul, a entrevistada expressa percepções distintas sobre pertencimento, associando o contexto gaúcho à ideia de acolhimento. Essa percepção demonstra que a integração cultural é um processo relacional, construído nas interações cotidianas e nas experiências de reconhecimento ou exclusão vivenciadas pelos imigrantes.

Nesse sentido, a narrativa dialoga com Hall (2006), para quem a identidade do sujeito migrante não se configura como algo fixo ou imutável, mas como uma construção contínua, produzida nas relações sociais e culturais estabelecidas nos territórios de chegada. A experiência da Entrevistada 8 evidencia que o pertencimento se constitui de modo gradual, à medida que o sujeito passa a tecer vínculos afetivos e sociais com o novo espaço, ressignificando sua trajetória migratória e reconstruindo sua identidade na interlocução entre diferentes referências culturais.

Mesmo estando distante da família, que permanece na Venezuela, a entrevistada demonstra estar adaptada a Parobé/RS. Ela relata que o frio foi difícil no início, mas hoje já não representa um problema. A língua, que poderia ser uma barreira, também deixou de ser um obstáculo, permitindo maior facilidade de comunicação e revelando certo contentamento com o território. Por questões de saúde do filho, que necessita de tratamento, afirma não querer sair de Parobé/RS e manifesta o desejo de retomar os estudos. Segundo a entrevistada:

Tudo, tudo lá na Venezuela a família. Aqui estou sozinha, com meu marido que eu consegui aqui em Parobé. Ele não é um gaúcho, é venezuelano. Eu gosto aqui. Com o frio, não tem problema. A língua também não, eu compreendo. Eu estou procurando para ver se termino o meu estudo. Com quem eu tenho que falar? Eu estou no ensino médio. É importante. Eu vou ir lá então.

A narrativa evidencia um processo de integração cultural marcado pela adaptação às condições locais e pela superação de barreiras iniciais, como o clima

e a língua. O contentamento com o território e o desejo de concluir os estudos revelam a inserção prática, mas também a construção de projetos de futuro, que reforçam o vínculo com a comunidade. Nesse sentido, a integração cultural ultrapassa a dimensão da sobrevivência imediata e se manifesta como participação ativa e prospectiva na vida social, reafirmando o papel dos migrantes na pluralidade da esfera pública.

A integração cultural não se apresenta de forma homogênea entre os entrevistados, mas varia conforme os recursos simbólicos e sociais que cada sujeito mobiliza em seu processo de inserção. Em alguns casos, ela é mensurada por aspectos que aproximam o migrante da cultura local, como a adaptação ao clima ou à língua. Já em outros, por vínculos criados nos locais de chegada, que podem incluir relações afetivas, como o encontro com o marido, ou condições estruturais, como o acesso ao tratamento de saúde do filho. Nesse sentido, a experiência da entrevistada 8 revela que, em Parobé/RS, não houve estranhamento com o território, ao contrário do que ocorreu em Manaus/AM. A partir da perspectiva de Bourdieu (1997), pode-se compreender que os diferentes capitais sociais, culturais e simbólicos, influenciam diretamente na forma como o migrante percebe e vivencia sua integração. Enquanto em Manaus os obstáculos de acesso à saúde e ao trabalho reforçaram o sentimento de exclusão, em Parobé/RS, o acolhimento e a possibilidade de construir projetos de futuro, como a retomada dos estudos, favoreceram a constituição do pertencimento e integração cultural.

Até o momento, fica evidente que falar o português é um desafio persistente entre diferentes entrevistados, influenciando diretamente a integração dos venezuelanos. O entrevistado 9 relata que, embora tenha enfrentado dificuldades iniciais, hoje conseguiu superar esse obstáculo após nove anos no Brasil, período em que buscou por conta própria aprender a língua.

Eu falo português, um pouquinho, um pouquinho, pouco a pouco eu vim tratando, tratando, tratando, até conseguir vir para o Brasil, e vieram direto para cá, para Paraubé. O curso é para eu em nove anos, em nove anos de ensino eu tenho que fazer a prova. A nacionalização é precisa. Precisa para estar aqui.

A narrativa mostra que a integração cultural não se restringe ao acesso a instituições, mas envolve o esforço individual de aprender a língua como condição de pertencimento. O entrevistado, ao repetir que fala “um pouquinho, um pouquinho”,

revela que a comunicação foi resultado de um processo gradual, marcado pelo esforço pessoal de “ir tratando” até alcançar certo domínio do português. Essa experiência dialoga com Hall (2006), que lembra que a identidade cultural é um processo em constante construção, marcado pela negociação de diferenças e pela adaptação ao novo contexto.

Percebe-se que o domínio do português é captado pelo entrevistado como requisito para a nacionalização e para consolidar sua permanência no Brasil. Ao mencionar o “curso de nove anos”, o relato mostra que, por um longo período, ele buscou aprender a língua de forma autônoma, revelando a ausência de políticas locais voltadas ao ensino de português para imigrantes em Parobé/RS. Nesse sentido, Matangrano (2023) destaca que o ensino de português precisa ser ministrado com uma metodologia adequada às necessidades profissionais e de inserção social dos imigrantes, de modo que possam se sentir mais integrados ao território de chegada. A narrativa, portanto, mostra que a integração cultural depende tanto do esforço individual quanto da oferta institucional de oportunidades de aprendizado.

Segundo Thompson (1998), por meio da oralidade é possível acessar dimensões invisíveis da experiência migratória, revelando como o aprendizado da língua se torna parte fundamental da trajetória em novos territórios. O entrevistado 9 relata que o irmão, chegado há nove meses no Brasil, ainda enfrenta dificuldades com o português, evidenciando que a adaptação linguística é um processo lento e desafiador.

É, ele não entende, demora ainda, né! De repente eles podiam fazer, vai ter um curso, né? lá para os venezuelanos. Não só da fala, de escrita, o que o diretor me passou, a gente está junto com ele lá.

A narrativa sugere a necessidade de políticas locais voltadas ao ensino de português para imigrantes, como aponta o entrevistado ao destacar “não só da fala, da escrita”. Essa preocupação revela que o desejo de aprender a língua de forma mais técnica parte do próprio imigrante, que reconhece a comunicação como condição de pertencimento. A experiência do entrevistado 9 mostra que a aprendizagem do português foi difícil e, ao mencionar que o irmão “não entende”, evidencia que o domínio da língua é percebido como necessidade central para a integração. Essa vivência reforça que, embora o esforço individual seja fundamental,

a integração cultural depende também da oferta institucional de oportunidades de aprendizado, revelando a lacuna entre as práticas cotidianas dos migrantes e o suporte oferecido pelo território de acolhida.

Assim como outros entrevistados analisados nesta pesquisa, o entrevistado 10 já residia no Brasil antes de chegar a Parobé/RS. Ele relata que viveu em Boa Vista/RR por três anos, e que está em Parobé há dez meses. A partir do contato com o irmão da esposa, decidiu migrar para o Rio Grande do Sul, destacando que o clima de sua região de origem, Guárico, é semelhante ao do sul do Brasil, marcado por frio e calor.

Eu saí de Venezuela em 2021. De Venezuela. Para Pacalaima. Eu migrei. Trabalhei em Boa Vista, durei três anos, bastante, tenho uns dez meses trabalhando aqui, um irmão da mulher, tava aqui. Mora ele em Venezuela é calor e frio. Guarico. É igual aqui. Não sentiu dificuldade quando chegou nenhuma, minha mulher entrou na creche, mas não saiu ainda.

O excerto elucidado que, embora o entrevistado já tivesse uma experiência prévia no Brasil, a integração cultural não se confunde com o ato de migrar. Como destacam Siso e Picolotto (2023), migrar não é o mesmo que integrar, o fato de ter vivido três anos em Boa Vista não foi sinônimo de pertencimento pleno, já que o entrevistado descreve esse período como “bastante”, sugerindo desconforto com a situação vivenciada naquele território. A decisão de buscar novos espaços, mediada pelo contato com redes familiares, reforça que a integração cultural é marcada por deslocamentos internos, pela busca de melhores condições de vida e pela tentativa de encontrar ambientes mais próximos às referências culturais e climáticas de origem.

Conforme aponta Sayad (2000), a migração constitui um fenômeno social total, pois carrega consigo medos, expectativas e projetos que nem sempre se realizam no primeiro território de chegada, levando os sujeitos a novos deslocamentos, como ocorreu na vinda para Parobé/RS. Nesse sentido, não se trata apenas de uma experiência individual, mas de uma estratégia familiar orientada pela expectativa de melhoria das condições de vida. Quando o entrevistado afirma que “Guárico é igual aqui”, ao comparar sua região de origem com o Rio Grande do Sul, não se refere apenas às condições climáticas, mas expressa uma percepção subjetiva construída a partir da memória e da experiência anterior em Boa Vista/RR. Essa narrativa revela um processo de resignificação do lugar de origem, no qual a aproximação simbólica entre Guárico e o sul do Brasil contribui para atenuar as

rupturas do deslocamento e reforçar os sentidos de adaptação ao novo território. Assim, a migração aparece como fenômeno social total, articulando dimensões objetivas e subjetivas da experiência migratória.

A fala do entrevistado 10 revela que, embora ele não tenha enfrentado dificuldades pessoais relacionadas ao clima, sua esposa encontrou barreiras ao tentar inserir os filhos na creche. A integração cultural não é vivida de forma homogênea, pois cada imigrante possui uma trajetória distinta, enquanto alguns membros conseguem se adaptar mais rapidamente, outros enfrentam obstáculos institucionais que limitam o acesso a direitos básicos, como a educação infantil. Nesse sentido, a experiência ressalta que a integração cultural é um processo coletivo, atravessado por dimensões individuais, familiares e institucionais. Assim, esta análise evidencia que o pertencimento não depende apenas do esforço individual dos migrantes, mas também da capacidade das instituições locais de oferecer condições efetivas de inserção social.

4.5.3 Redes de apoio, instituições e limites da proteção social

No que diz respeito à escolha de Parobé/RS como território de destino, o entrevistado 1 relata que, inicialmente, não havia uma definição para onde migrar. A decisão de vir ao Brasil aparece associada tanto à sua aproximação prévia com a cultura brasileira, expressa no gosto pela música e por referências simbólicas ao país, quanto pela existência de vínculos familiares que atuaram como facilitadores do deslocamento. Ao ser questionado sobre o momento em que decidiram vir especificamente para o Rio Grande do Sul, o entrevistado explicou que a chegada a Parobé/RS ocorreu a partir de uma rede de relações já estabelecida.

Minha esposa chegou aqui em Parobé, porque o pai do filho dela já estava aqui em Parobé. Então, ele ligou pra ela, que queria trazer o filho pra cá, e ele trouxe ela. Ele vivia bem perto, por aí.

O excerto evidencia que a escolha do município não foi resultado de uma decisão individual isolada, ao se referir “o pai do filho dela já estava aqui”, trata-se de um movimento mediado por redes familiares que operam como estruturas de apoio no processo migratório. Essas redes reduzem os riscos da migração, pois oferecem informações prévias e criam condições mínimas de acolhida no território de chegada.

Tal dinâmica dialoga com Souza e Calegare (2018), que destacam o papel das redes comunitárias e familiares no acolhimento imediato, e com Baeninger (2018), ao enfatizar que a recepção dos imigrantes ocorre em múltiplos níveis, nos quais os vínculos afetivos desempenham papel decisivo. Nesse sentido, como apontam Silva e Lima (2017), os obstáculos da integração são enfrentados de maneira diferenciada conforme as redes acionadas, reforçando que a migração é um fenômeno socialmente construído e relacional, e não uma decisão individual.

Para além das relações familiares diretas, a decisão de migrar para Parobé/RS foi mediada por uma rede mais ampla de conexões na qual atores humanos e não humanos se articularam de forma decisiva. O entrevistado 1 menciona que, além do pai do filho de sua esposa já residir no município, foi necessário acionar uma prima que vivia em Parobé/RS, contato estabelecido por meio da Operação Acolhida. Esse movimento evidencia como a migração não ocorre de maneira isolada ou espontânea, mas é construída a partir de fluxos de informações, documentos, instituições e relações pessoais que orientam as decisões dos sujeitos em deslocamento. Ao relatar esse processo, o entrevistado destaca:

Contato com a prima que residia em Parobé... você mora, é verdade que você mora em Parobé, no Rio Grande do Sul? Você está trabalhando, tem trabalho? Sim. Tem como receber? Então, ela enviou seus documentos.

Nesse excerto, observa-se que a decisão de vir para Parobé é resultado da circulação de informações consideradas confiáveis, como a possibilidade de trabalho, acolhimento e regularização documental. Essa dinâmica dialoga com a perspectiva de Latour (2012), que compreende as redes sociotécnicas como associações que conectam pessoas, instituições, documentos, políticas públicas e meios de comunicação, produzindo efeitos concretos na vida social. A Operação Acolhida, os documentos enviados, o contato telefônico e a presença da prima atuam como mediadores que tornam a migração possível, revelando que o território de chegada não é escolhido apenas por afinidade cultural ou acaso, mas pela força das redes que se ativam no momento da decisão migratória.

Ao longo da entrevista, a preocupação com a família que permaneceu na Venezuela aparece de forma recorrente, especialmente quando o entrevistado 1 se refere à esposa. Sua narrativa revela um sentimento de alívio e contentamento ao constatar as transformações vivenciadas por ela após a chegada ao Brasil,

transformações estas, que não se restringem ao aspecto material, mas se expressam no corpo e na aparência, como ele próprio destaca:

Quando ela estava aqui, ela mudou. Ela estava mais bonita, mais gorda. Ela tinha qualidade de vida... Ela continuava melhorando.

A melhoria nas condições de vida da esposa evidencia o papel da imigração como estratégia familiar de cuidado e proteção, que passa a ser interpretado pelo entrevistado como indicador de bem-estar e acesso a condições mínimas de cuidado. A mudança corporal narrada não pode ser lida de forma superficial, mas como expressão simbólica de uma vida menos marcada pela escassez e pela preocupação constante com a sobrevivência. O corpo, nesse sentido, torna-se um marcador das desigualdades entre o território de origem e o de acolhida, revelando como a migração influencia diretamente as dinâmicas familiares e os modos de existir. Essa leitura dialoga com Sayad (2000), ao compreender a migração como um fenômeno que atravessa não apenas o indivíduo que migra, mas toda a estrutura familiar, redefinindo papéis, afetos e expectativas. Ao mesmo tempo em que reforça a permanência no lugar de chegada como estratégia de cuidado e proteção da família.

Ao narrar seu processo de imigração, a entrevistada 2 apresenta uma fala breve e objetiva, concentrando sua fala na travessia e chegada ao Brasil. Diferentemente do entrevistado 1, que constrói uma narrativa mais extensa e reflexiva sobre a travessia, a entrevistada limita-se a mencionar a passagem pela fronteira, o período de refúgio e o deslocamento por meio de avião militar, sem aprofundar aspectos subjetivos dessa experiência. A economia na narrativa evidencia a presença do “não dito” como elemento constitutivo da memória, conforme problematiza Pollak (1989), para quem o silêncio, a seleção e o enquadramento das lembranças também produzem sentido. Ao destacar os militares e o acolhimento recebido, a entrevistada desloca o foco da experiência migratória da travessia em si para a dimensão institucional do acolhimento, sugerindo que certos aspectos do deslocamento permanecem silenciados ou ressignificados no presente da narrativa.

Eu tenho aqui dois anos. Eu passei pela fronteira com a Venezuela. Eu passei por refúgio, quatro meses, e fui em avião militar. Ah, é? Daí vieram de avião até Porto Alegre? Até a casa do sul. E aí nós recebemos os militares. E nos receberam.

Ao ser questionada sobre a escolha por Parobé/RS e sobre a presença de familiares ou conhecidos no município, a entrevistada 2 enfatiza a rapidez com que aconteceram os fatos. Sua narrativa é marcada por uma sucessão de ações práticas de chegada, acolhida por um familiar, início do trabalho e busca por moradia, sem maiores elaborações sobre o processo decisório. Conforme a entrevistada 2:

Chegamos, cheguei em casa do meu cunhado, e aí me pus a trabalhar e me pus a alugar. Tudo foi rápido. A mãe está há seis meses aqui. Eu aqui tenho cinco meses.

Quando afirma que “tudo foi rápido”, a entrevistada 2 evidencia uma experiência migratória pautada pela urgência e pela necessidade de reorganização imediata da vida cotidiana. Assim como observado na trajetória do entrevistado 1, a presença de familiares no local de destino, como figura central na escolha por Parobé/RS. No caso da entrevistada 2, o cunhado aparece como elo fundamental para o acesso inicial à moradia e ao trabalho, revelando a importância das redes familiares no processo de inserção. Esse movimento dialoga com o que Baeninger (2018) define como “circuitos de informação”, constituídos por trocas constantes entre migrantes, familiares e conhecidos que já se encontram nos territórios de chegada. Os circuitos funcionam como estruturas informais de apoio, capazes de reduzir incertezas, orientar escolhas e viabilizar estratégias de sobrevivência e permanência nos primeiros momentos da migração.

Ao narrar os motivos que a levaram a migrar para o Brasil, a entrevistada 2 destaca a busca por atendimento médico como elemento central de sua trajetória. Diferentemente de uma migração, que visa à inserção laboral imediata, sua fala revela que a necessidade de realizar uma cirurgia no olho foi decisiva para o deslocamento. No entanto, ao chegar a Boa Vista/RR, depara-se com a impossibilidade de acesso ao procedimento, considerado financeiramente inviável, o que a leva a retornar temporariamente à Venezuela.

E: Eu vim para cá por questão de cirurgia.

D: Cirurgia no olho?

E: Sim!

E: Em Boa Vista me disseram que em Boa Vista isso é muito caro.

E: Então minha filha veio me buscar e eu fui para a Venezuela.

E: Então eu voltei para a Venezuela.

E: E depois eu vim. Nós ficamos em um refúgio lá de novo em Boa Vista. E de lá nós vimos para cá.

O movimento de ida, retorno e nova tentativa de entrada no Brasil evidencia uma experiência migratória que, conforme Cassarino (2008), não pode ser compreendida como linear ou homogênea. Trata-se de um processo marcado pela precariedade e pela ausência de garantias institucionais, como no acesso à saúde, que condicionam o retorno e, muitas vezes, impulsionam novas saídas. Ao afirmar que “em Boa Vista isso é muito caro”, a entrevistada 2 explicita os limites das políticas de acolhimento frente às demandas concretas dos migrantes, especialmente no campo da saúde. O retorno à Venezuela, seguido de uma nova passagem pelo refúgio em Boa Vista/RR, revela uma trajetória de circularidade migratória, em que o deslocamento não se configura em uma linha reta, mas como um percurso fragmentado, atravessado por obstáculos, incertezas e recomeços sucessivos.

Em contextos de imigração venezuelana, a ativação de redes de parentesco e apoio mostra-se recorrente, especialmente em situações de vulnerabilidade, nas quais os imigrantes compartilham medos, necessidades e informações, reorganizando recursos para enfrentar as incertezas do deslocamento. Conforme Baeninger (2018), essas redes informais cumprem papel central na sustentação das trajetórias migratórias, funcionando como mecanismos de suporte frente à insuficiência das políticas públicas e às desigualdades vivenciadas nos territórios de chegada.

Ao relatar as condições de saúde enfrentadas após sua chegada a Parobé/RS, a entrevistada 2 evidencia situações de vulnerabilidade que atravessam sua experiência migratória no cotidiano. Em sua narrativa, ela menciona ter sido informada sobre um quadro de anemia e a necessidade de utilizar medicamentos vitamínicos, cujo custo torna inviável a aquisição, além da indicação médica para o uso de um tensiômetro em razão de episódios de hipertensão. Conforme a entrevistada:

E me disseram que havia um medicamento que eu tinha que comprar. São vitaminas. Porque eu tive anemia. Mas é impossível porque, em Boa Vista me deram grátis. Uma vale 239 reais. E não tem dinheiro para comprar. E não tem como pedir. E o médico me fez um papel para o tensiômetro. Porque aqui eu me coloquei hipertensa. Então nós, meus filhos, fomos para a emergência.

Em seu relato, a entrevistada estabelece um contraste entre a experiência vivida em Boa Vista/RR, na qual, segundo afirma, recebeu gratuitamente os medicamentos de que necessitava, e o contexto atual em Parobé/RS, marcado por

uma ruptura no acesso aos cuidados básicos de saúde. Tal descontinuidade se apresenta não somente como dificuldade material, mas também como fator que intensifica a sensação de insegurança no território de acolhida, levando-a, inclusive, a recorrer a atendimentos de emergência. A narrativa revela que a migração não se encerra com a chegada ao destino, isso porque permanece atravessada por desafios cotidianos relacionados ao acesso a direitos sociais, especialmente no campo da saúde.

Ao longo da entrevista, a entrevistada 2 retorna reiteradamente à questão dos benefícios sociais, indicando que o acesso a auxílios constitui uma de suas principais necessidades no território de acolhida. Quando questionada sobre a busca por apoio junto à assistência social do município, sua narrativa revela um percurso marcado por encaminhamentos sucessivos e por longos períodos de espera.

Está no processo disso. Me disseram para eu ir aqui para o DPU. Porque meu caso tem um juiz. Porque me rejeitaram primeiro a ajuda. Mas eu estou esperando há um ano. Eu fui com ela para o C.R.A. Por causa da questão do homem me ajudar. E me disseram, me deixaram chamar, para ver o que foi que aconteceu. Nunca mandou mensagem. Nunca mandou mensagem.

Em sua fala, a entrevistada menciona ter sido orientada a procurar a Defensoria Pública da União (DPU), relatando que seu caso estaria sob análise judicial após uma primeira negativa de acesso ao benefício. No entanto, enfatiza que aguarda há cerca de um ano por uma resposta, sem retorno efetivo por parte das instituições acionadas. A referência ao CRAS aparece associada a tentativas de mediação e esclarecimento, que, segundo a entrevistada, não resultaram em acompanhamento contínuo.

A repetição da ausência de respostas, expressa na afirmação “nunca mandou mensagem”, evidencia uma experiência de invisibilização institucional, na qual o tempo da burocracia se distancia das urgências da vida cotidiana. Nesse sentido, a narrativa além de expor dificuldades materiais, revela como a relação com o Estado é vivenciada como um processo lento, incerto e marcado pela espera, intensificando a sensação de vulnerabilidade no contexto migratório.

Em contraste com o silêncio em torno do preconceito, a entrevistada 2 destaca de forma objetiva o apoio recebido por uma igreja local no momento de sua chegada a Parobé/RS, mencionando a doação de cestas básicas como um recurso fundamental para a subsistência inicial da família. A atuação da igreja aparece como

uma rede de apoio não estatal que se ativa diante da vulnerabilidade dos imigrantes, cumprindo funções de acolhimento material que, em muitos casos, extrapolam seu papel institucional. Esse movimento dialoga com Baeninger (2018), ao evidenciar a centralidade das redes informais na sustentação das trajetórias migratórias, especialmente nos primeiros momentos de inserção no território de chegada. Ao mesmo tempo, a presença da igreja como principal fonte de auxílio revela os limites da proteção social oferecida pelo Estado, indicando uma transferência implícita de responsabilidades para atores da sociedade civil. Dessa forma, o acolhimento religioso não apenas integra os imigrantes ao território, como também expõe as lacunas das políticas públicas no atendimento às demandas imediatas da população migrante.

Ao ser indagada sobre os motivos que a levaram a se estabelecer em Parobé/RS e se possuía contato prévio com outros imigrantes no município, a entrevistada 3 relatou que não conhecia a cidade e tampouco tinha um destino definido no momento de sua chegada ao Brasil. Diferentemente de outros entrevistados que contavam com familiares ou conhecidos previamente estabelecidos, sua inserção no território ocorreu de forma contingencial, mediada pelo apoio de uma igreja local, que auxiliou a família com alimentação nos primeiros meses no município. Conforme a entrevistada 3,

Eles nos ajudaram a trazer aqui um avião, aqui chegaram direto, aqui, direitinho, aqui em Parobé, é de Porto Alegre. Aí fizemos dois transbordos, dois transbordos, da lá de Boa Vista, dois transbordos aí, e aí chegamos em Porto Alegre, e daí Porto Alegre, direto aqui a Parobé. Aqui uma pessoa, da igreja, por quatro, cinco meses, ajudaram até que nos puseram a trabalhar, buscar comida, essas coisas assim, e aí nós pusemos a buscar trabalho, para estar bem, depois para pagar a casa, de aluguel, para pagar aluguel.

O excerto evidencia a centralidade das redes de apoio no contexto da chegada e da permanência da entrevistada 3 em Parobé/RS. Sua narrativa dialoga diretamente com o que Souza e Calegare (2018) definem como apoio imediato, frequentemente desempenhado por instituições religiosas, sobretudo em situações nas quais os imigrantes não dispõem de redes familiares no território de acolhida. Ao afirmar que “uma pessoa, da igreja, por quatro, cinco meses, ajudaram”, a entrevistada explicita o papel dessas redes informais na garantia de condições mínimas de subsistência durante o período inicial de adaptação.

Trata-se de um acolhimento marcado pela improvisação e pela solidariedade comunitária, que além do acesso à alimentação, ajudou também no deslocamento, na inserção no mercado de trabalho e, posteriormente, na conquista da moradia por meio do aluguel. Esse apoio fundamental, evidencia também os limites da proteção social institucional, tendo em vista que, a assistência inicial não aconteceu por meio de políticas públicas estruturadas, mas da ação voluntária de atores locais. Logo, é possível verificar que as experiências migratórias não constituem um processo homogêneo. Enquanto a entrevistada 3 descreve um acolhimento mediado por redes comunitárias informais, diante da ausência de familiares no território de acolhida, a entrevistada 2 destaca uma chegada mais rápida e uma inserção inicial facilitada pela presença de um parente previamente estabelecido no município, o que possibilitou acesso imediato ao trabalho e à moradia.

Essa diferença pode ser compreendida a partir do conceito de *network capital* (Elliott; Urry, 2010), entendido como o conjunto de recursos sociais, simbólicos e materiais mobilizados pelos sujeitos em seus deslocamentos. No caso da entrevistada 3, o capital relacional disponível era restrito, exigindo a ativação de redes comunitárias improvisadas, mediada pela igreja, já no entrevistado 2, a rede familiar ampliou significativamente as possibilidades de inserção inicial. Logo, os percursos migratórios revelam-se múltiplos e desiguais, atravessados pela capacidade de acionar redes de apoio no território de chegada.

Por estar há mais tempo em Parobé/RS, há cerca de sete anos, a entrevistada 3 relata que mantém contato frequente com familiares que permaneceram na Venezuela, muitos deles, posteriormente, migraram para o Brasil e se estabeleceram no município a partir desse elo familiar. Segundo a entrevistada, essa ligação se mantém por um período indeterminado, funcionando como um vínculo contínuo até o momento em que os familiares conseguem acessar os locais de chegada. Nesse contexto, a entrevistada 3 destaca que acolhe familiares e amigos da Venezuela em sua própria residência, assumindo um papel central no processo de recepção desses imigrantes.

Já estou aqui há sete anos, aqui em Parobé, sete anos. Minha família, falei que aqui é bom. Sim, porque eu tenho uma irmã também. Tenho outra irmã que morreu, ela morreu aqui. Agora que vai cumprir um ano, que morreu. E tenho outra irmã, que são duas irmãs. Somos três irmãs. E aqui, bem, tenho minha criança, tenho uns dez parentes aqui. Ele é parente dele. Tem muita família!

A partir da narrativa da entrevistada 3, observa-se que a permanência prolongada no município possibilitou que ela influenciasse diretamente outros imigrantes a deixarem a Venezuela. Ao afirmar “minha família, falei que aqui é bom”, evidencia-se a construção de um discurso positivo sobre Parobé/RS, apresentado como um espaço viável de reconstrução da vida. Tal percepção ganha notoriedade quando articulada às dificuldades enfrentadas no início de sua chegada ao município, sua experiência foi marcada pela ausência de familiares e a necessidade de acolhimento por uma igreja local. Ainda assim, ao longo do tempo, a entrevistada passa de uma posição de quem foi acolhida para a de acolhedora. Ao mencionar que “tenho uns dez parentes aqui”, demonstra como sua residência se transformou em um espaço de apoio e recepção, reforçando o papel das redes familiares na continuidade e permanência dos fluxos migratórios.

A narrativa do entrevistado 4 evidencia o papel central das redes familiares no processo de deslocamento e permanência em Parobé/RS. Quando afirma “eu vim pra cá porque minha mãe me convidou”, o entrevistado demonstra que sua imigração foi mediada diretamente por vínculos familiares, os quais funcionaram como principal suporte no momento da chegada ao Brasil. Segundo o entrevistado:

Eu vim pra cá porque minha mãe me convidou. Só ele, só os dois, não tenho outro familiar. Temos um jeito você mora sozinho eu moro sozinho cada um que mora busca sua maneira de morar. Aí dois pagando aluguel vieram juntos, sim. Nunca falaram, tem um encontro de imigrantes, nada por isso não.

Após o falecimento da mãe, esse mesmo núcleo familiar permanece como estratégia de sobrevivência, uma vez que o entrevistado passa a dividir a moradia com o irmão, diante da impossibilidade de arcar sozinho com os custos do aluguel. A fala “cada um busca sua maneira de morar dois pagando aluguel vieram juntos” evidencia uma forma de apoio ancorada na cooperação cotidiana, marcada pela autonomia dos sujeitos e pela ausência de alternativas institucionais mais consistentes. No que se refere às redes de apoio institucional, o entrevistado afirma não ter recebido informações sobre encontros ou ações destinadas aos imigrantes no município, ao declarar que “nunca falaram, tem um encontro de imigrantes”. Além disso, relata uma experiência negativa ao buscar a assistência social, o que sinaliza dificuldades de acesso às políticas públicas locais.

Dessa forma, a experiência do entrevistado 4 aponta para uma configuração em que as redes familiares assumem um papel central e, muitas vezes, exclusivo no suporte à vida cotidiana, enquanto as redes institucionais aparecem de forma distante. Tal cenário reforça que, no contexto migratório, a permanência no território é sustentada menos por políticas públicas estruturadas e mais por vínculos pessoais e estratégias informais de apoio. Logo, é perceptível por não ter mais redes familiares no município, ou até mesmo filhos na escola, como já observado em outros entrevistados, ele encontra dificuldades no alcance das ações de acolhimento no município.

Conforme destacam Silva e Lima (2017), os obstáculos enfrentados pelos imigrantes, como idioma, emprego e moradia, são atravessados pela capacidade de acionar redes de apoio diferenciadas. Além disso, Souza e Calegare (2018) mostram que, em contextos de ausência de familiares, as igrejas locais assumem papel central no acolhimento imediato, como ocorreu com a primeira entrevistada. Já Baeninger (2018) enfatiza a ideia de uma governança multinível, em que a recepção dos imigrantes depende da articulação entre políticas institucionais e redes comunitárias. Nesse sentido, as trajetórias analisadas confirmam que a integração inicial resulta da combinação entre recursos pessoais e coletivos, revelando a multiplicidade dos percursos migratórios.

A experiência do entrevistado 4 evidencia um contexto em que a ausência de redes familiares dificulta o acesso às ações de acolhimento no município. Em consonância, a narrativa da entrevistada 5 revela que sua chegada a Parobé/RS foi mediada prioritariamente por laços familiares, especialmente pela figura da sogra, que já residia no município. Diferentemente de trajetórias migratórias orientadas por demandas de trabalho e por redes institucionais, sua migração está atravessada por um contexto de luto, marcado pela morte de um familiar na Venezuela e pelo longo período em que o marido permaneceu sem ver a mãe. Segundo a entrevistada:

E uma das circunstâncias que eu vim aqui é pela mãe do meu marido, que está aqui, já tenho tempo vivendo aqui, tinha mais de 7, 8 anos que não via a sua mãe. O meu marido teve um irmão que morreu na Venezuela, então a sogra falou com meu marido que queria vê-lo, então eu vim para cá.

O excerto elucidado que a decisão de migrar esteve fortemente associada a dimensões familiares e emocionais, em que o desejo de reencontro e o cuidado com

a sogra assumem centralidade. Observa-se que as redes familiares além de sustentar a permanência no território, elas agem como motor do deslocamento, substituindo nesse momento inicial, outras formas de apoio institucional. Nesse sentido, como destacam Oliveira e Kulaitis (2017), o *habitus* imigrante e o capital de mobilidade se articulam às redes familiares, que funcionam como suporte imediato e decisivo para a realização da migração. Embora não sejam as únicas formas de acolhimento, já que as redes comunitárias e religiosas também desempenham esse papel, conforme apontam Souza e Calegare (2018), nessa realidade, são os vínculos familiares que estruturam o processo de chegada e inserção da entrevistada no município.

Ao ser questionada sobre sua mudança de residência, já que em visita à antiga morada não encontramos ninguém e um vizinho nos indicou seu novo endereço, a entrevistada explicou que viveu na casa anterior por cerca de três anos. Após o falecimento da sogra, ocorrido há aproximadamente um mês, decidiu mudar-se por razões familiares e pela necessidade de maior comodidade para os filhos, especialmente para o filho mais velho, que possui deficiência.

Já tenho 3 anos aqui, estava vivendo na outra rua que se chama Violeta, mais de 3 anos, e aqui estou morando há um mês. Eu estava morando naquele lado, com minha sogra. Perto da escola, minha sogra morreu. Porque lá não havia a comodidade para meus filhos, meu filho maior é um filho especial.

A narrativa elucida que a convivência com a sogra durante três anos funcionou como suporte afetivo e material, garantindo estabilidade em Parobé/RS. O falecimento da sogra, entretanto, desencadeia uma nova mudança, revelando que as redes familiares, além de sustentar a entrevistada como um local de acolhida, propiciou para ela deslocamentos internos dentro do município. Esse movimento confirma o que Oliveira e Kulaitis (2017) apontam sobre a articulação entre *habitus* imigrante e capital de mobilidade, em que vínculos afetivos se tornam recursos propulsores para a migração e a reorganização espacial no território. Além disso, a menção à necessidade de “comodidade” para os filhos, em especial para o filho com deficiência, mostra que as redes familiares se articulam às demandas de cuidado, reforçando o papel da família como facilitadora da permanência. Nesse contexto, como lembra Clochard (2007), fluxos migratórios de venezuelanos dependem

fortemente dessas redes familiares para suprir a ausência de políticas públicas mais estruturadas.

As redes familiares emergem como elemento central na trajetória migratória da entrevistada 6, articulando o local de partida ao território de chegada. Sua decisão de migrar para Parobé/RS foi mediada diretamente pela mãe, que já residia no município há um longo período e desempenhou papel fundamental na acolhida inicial e na transmissão de informações sobre o novo espaço. Como relata a entrevistada, foi a mãe quem explicou “onde eu ia chegar” e “o que eu tinha que fazer”, evidenciando como o conhecimento prévio do território funciona como recurso estratégico no processo migratório.

Sim, porque aqui estava morando minha mãe. Então já foi mais fácil a integração aqui. Minha mãe me explicou muitas coisas. Onde eu ia chegar, o que eu ia fazer. Minha mãe ia falando tudo o que eu tinha que fazer. Aqui eu agora tenho seis filhos, e eles estão na escola. Minha mãe já faz 9 meses que faleceu.

O excerto revela que as redes familiares vão além do apoio emocional e operam também como mediadoras práticas da integração, orientando o acesso à moradia, aos serviços e à organização da vida cotidiana. Ao afirmar que “agora eu tenho seis filhos, e eles estão na escola”, a entrevistada expressa satisfação com a decisão de migrar, indicando que a inserção dos filhos no sistema educacional é percebida como um dos principais indicadores de estabilidade e sucesso da trajetória migratória.

Entretanto, a narrativa também evidencia a fragilidade dessas redes, já que a mãe, figura central de apoio, faleceu nove meses após a chegada da entrevistada. Esse elemento revela que as redes familiares, embora fundamentais, são dinâmicas e instáveis, podendo se reconfigurar ou desaparecer ao longo do tempo. Assim, a experiência da entrevistada 6 demonstra que, embora o suporte familiar seja decisivo no momento da chegada, sua ausência pode gerar novas vulnerabilidades, reforçando a dependência de outras formas de apoio institucional e comunitário no território de acolhida.

Ao ser questionada sobre o contato com as redes institucionais de apoio no município, a entrevistada 6 relatou sua experiência recente com o sistema de saúde, após o nascimento de seu sexto filho. Mesmo debilitada fisicamente, destacou ter sido bem atendida pelo hospital local, expressando satisfação com o acolhimento

recebido. Sua narrativa estabelece uma comparação direta com a realidade vivida na Venezuela, onde, embora houvesse médicos, o acesso ao tratamento dependia da compra de medicamentos e insumos básicos, muitas vezes a custos inviáveis.

Estou muito mal, ganhei um filho. O hospital me tratou muito bem. Sim, bem, na Venezuela estava no hospital, na Venezuela havia médico, tudo isso. Mas nós tínhamos que comprar todos os medicamentos. De tudo, tudo, tudo. Mas era muito caro. Tudo era um dólar, um dólar, um dólar. O tratamento com medicamento é muito caro? Tudo, tudo, tudo. E até os curativos, tudo a gente precisava comprar.

O excerto evidencia como o acesso à saúde pública no Brasil se configura como um elemento central das redes institucionais de apoio, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade, como o pós-parto. Ao afirmar que “até os curativos precisam ser comprados” na Venezuela, a entrevistada revela a precarização das condições de cuidado em seu país de origem e reforça a percepção do Sistema Único de Saúde - brasileiro (SUS), como um fator de segurança e permanência no território de acolhida.

Essa experiência dialoga com Cavalcanti (2017), ao demonstrar que o Brasil se consolida como destino migratório interessante, pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho e na educação, mas também pelo acesso a serviços públicos essenciais. Nesse sentido, como apontam Oliveira e Kulaitis (2017), as redes de apoio no contexto migratório extrapolam os vínculos familiares, incorporando instituições públicas que oferecem suporte imediato e contribuem para a construção de pertencimento e estabilidade no território.

No caso da entrevistada 7, a trajetória migratória evidencia a centralidade das redes familiares e comunitárias como suporte para a permanência no território. Foi por meio do contato com a tia, residente em Parobé/RS, que ela decidiu mudar para o município, acionando vínculos de parentesco como estratégia para enfrentar as dificuldades iniciais no Brasil. Esse apoio familiar possibilitou a mudança de cidade, mas também a reorganização da vida cotidiana, com o marido inserido no mercado de trabalho em Gramado/RS.

Segundo a entrevistada:

Estava uma tia aqui, eu morava em Vacaria. Falei para ela arrumar um lugar para mim aqui. Meu esposo trabalha em Gramado. Eu recebia o Bolsa Família, mas depois cortaram porque precisava atualizar. Eu fui atualizar quatro vezes e deu negado, então desisti. Depois mandaram minha filha levar um documento no CRAS. Eu fui, mas pediram muitas coisas.

Ao mesmo tempo, a entrevistada relata sua tentativa de acessar políticas públicas por meio do CRAS, especialmente no que se refere à manutenção do Bolsa Família. O excerto revela um percurso marcado por entraves burocráticos, sucessivas negativas e exigências documentais, que acabam desestimulando a continuidade da busca por benefícios. Ao afirmar que “fui atualizar quatro vezes e deu negado”, a entrevistada evidencia como o acesso às redes institucionais, existentes, se apresenta de forma fragmentada e pouco acessível.

Essa experiência confirma o que Sayad (2000) define como a imigração enquanto fenômeno social total, no qual os deslocamentos são atravessados por dimensões familiares, econômicas e institucionais. As redes de parentesco orientam a mobilidade e oferecem suporte imediato, enquanto as redes institucionais, embora fundamentais, nem sempre conseguem responder de forma eficaz às demandas dos imigrantes. Assim, a trajetória da entrevistada 7 revela que a permanência no território depende da articulação entre apoio familiar e acesso efetivo às políticas públicas, nem sempre garantidas no cotidiano migratório.

Além das redes familiares, a trajetória da entrevistada 7 evidencia o acionamento de redes institucionais, como o CRAS e o programa Bolsa Família, ainda que de forma marcada por dificuldades. Conforme seu relato, embora tenha buscado reiteradas vezes a atualização do cadastro, os entraves burocráticos e a exigência de múltiplos documentos acabaram inviabilizando o acesso ao benefício, levando-a a desistir do processo. Essa experiência revela, como apontam Sparenberger e Silva (2014), que a mediação institucional exige acompanhamento efetivo e comunicação clara, sobretudo quando se trata de populações imigrantes, que muitas vezes desconhecem os trâmites administrativos e seus direitos.

Nesse sentido, a narrativa da entrevistada 7 demonstra que a presença de políticas públicas não garante, por si só, a efetivação do acolhimento. Quando os serviços institucionais não conseguem orientar adequadamente os imigrantes, eles acabam enfrentando barreiras que fragilizam sua integração. Logo, observa-se que, embora as redes familiares funcionem como suporte inicial e imediato, as redes

institucionais tornam-se fundamentais para a manutenção da permanência e para a construção de estabilidade no território.

Dessa forma, a experiência da entrevistada 7 reforça que a integração dos imigrantes não se sustenta em um eixo, mas na articulação entre redes familiares e institucionais. Quando essas redes operam de maneira coordenada, elas possibilitam condições materiais de sobrevivência, que influenciam diretamente na construção de pertencimento e segurança no espaço de acolhida. Por outro lado, quando essa articulação falha, intensificam-se as vulnerabilidades e as incertezas que permeiam a experiência migratória.

Como evidenciado nas narrativas anteriores, as redes familiares desempenham papel central na mediação das informações sobre o território de destino. Frequentemente, familiares que permanecem por mais tempo em determinados locais realizam esse primeiro contato, compartilhando percepções sobre condições de vida e disponibilidade de serviços básicos, como saúde e educação. A experiência da entrevistada 8 confirma esse padrão e aproxima-se da trajetória da entrevistada 7, que também estabeleceu contato prévio com Parobé/RS antes de migrar. Durante seu processo de deslocamento, a entrevistada relatou ter percorrido o trajeto até Manaus/AM caminhando ao lado de pessoas desconhecidas, estando grávida de três meses. Após o nascimento do filho, diante da necessidade de realização de exames médicos, recebeu a orientação de que no Rio Grande do Sul teria acesso a acompanhamento especializado. Paralelamente, o relato de uma amiga que havia realizado tratamento de saúde em Parobé/RS reforçou sua decisão de migrar. Conforme relata:

Eu quis vir para cá, porque o pediatra me falou que ele estava em condição de autismo. Eu procurei lá antes de ir para Manaus. Era muito difícil, muito difícil! O tratamento e terapia e coisas assim. Então, eu conheci uma amiga aqui. Ela estava lá e viajou para Parobé/RS. Ela me falou que era muito rápido a condição de saúde. Como ela operou o olho aqui. Que era rápido todo o procedimento. Então, eu vim para cá. Foi para isso.

A narrativa elucida que a decisão de migrar, mesmo após o estabelecimento inicial em Manaus/AM, foi influenciada pelo acesso ao tratamento de saúde do filho. O contato com a amiga, que descreveu uma experiência positiva de atendimento médico no município, ao realizar uma cirurgia no olho, mostrou-se determinante para a escolha do novo deslocamento. Ainda que o procedimento relatado não

correspondesse exatamente à necessidade clínica do filho, a confiança construída por meio da rede social orientou a tomada de decisão. Observa-se que, enquanto em Manaus/AM predominavam dificuldades de acesso a serviços de saúde, em Parobé/RS a existência de vínculos sociais contribuiu para a construção de expectativas de acolhimento. Nesse contexto, as redes sociais operam como capital social (Bourdieu, 1997), ao oferecerem suporte afetivo e acesso a recursos práticos, como informação e possibilidades concretas de atendimento de saúde.

Essa experiência dialoga com Canclini e Kusch (2012), a partir da noção de unidade geocultural, em que cultura e território se articulam formando um território integrado. Dessa forma, o deslocamento migratório não se restringe ao movimento físico entre espaços, mas constitui uma experiência simbólica que envolve a construção de vínculos sociais, afetivos e materiais. Logo, o pertencimento passa a ser construído na intersecção entre práticas culturais e experiências territoriais, evidenciando que a inserção do migrante ocorre por meio da articulação entre relações sociais e estratégias de adaptação ao contexto local.

Hoje a entrevistada 8 relata estar conseguindo dar suporte médico ao filho, dando a entender que a decisão de migrar para Parobé/RS foi a melhor escolha. Para ela, além do suporte afetivo da amiga, as necessidades básicas foram atendidas por meio de uma igreja local que, com frequência, realizava visitas e doações. Segundo a entrevistada:

Eu gosto de Parobé, está bom aqui! Quando eu cheguei aqui à Assistência social da igreja me ajudou, eu cheguei sem nada, ajudaram muito, doaram sofá, me deram uma cama. Tudo foi rápido. Lá em Manaus, é difícil o trabalho, a saúde é mais lenta o procedimento. Manaus foi mais duro.

A experiência da entrevistada 8 revela que a decisão de migrar para Parobé/RS garantiu melhores condições de acompanhamento médico para o filho, mas também possibilitou o acesso a redes de apoio locais. Esse contato inicial logo na chegada ao município proporcionou uma condição de pertencimento, o que Hall (2006) interpreta como parte do processo de construção identitária, o de estar ligado a um território em que se é acolhido e onde se constroem vínculos. Além do suporte afetivo da amiga, o acolhimento foi viabilizado por meio da assistência social de uma igreja, que frequentemente realizava visitas e doações. Observa-se, portanto, que as redes sociais e institucionais atuam como mediadoras fundamentais no processo de

integração, oferecendo recursos materiais e simbólicos que sustentam a permanência e a adaptação dos migrantes.

O entrevistado 9 relata que a decisão de migrar partiu de uma escolha conjunta com a esposa, diante da impossibilidade de sobrevivência na Venezuela. A chegada ao Brasil ocorreu inicialmente em Boa Vista/RR, onde foram acolhidos pela Operação Acolhida. Nesse espaço, receberam alimentos, roupas e utensílios básicos, o que garantiu condições mínimas para iniciar a vida em um novo país. Posteriormente, ao se estabelecer no Rio Grande do Sul, conseguiu melhorar sua condição de moradia, passando para uma casa maior e mais ampla. Segundo o entrevistado:

Na operação do quartel, aquela, colhida! grande parte da comida eram doações, comida, roupa, colchão, enfim, tudo. Veio eu a esposa. Toda a minha família está lá na Venezuela [...]. Aqui no Rio Grande do Sul, está bom. Quando eu cheguei, morei ali embaixo. Ah, agora está morando aqui. Aqui é maior, mais amplo.

A trajetória do entrevistado 9 evidencia como redes institucionais estruturadas, como a Operação Acolhida, desempenham papel fundamental na recepção dos migrantes, oferecendo suporte material imediato e viabilizando sua permanência. Esse movimento inicial corresponde ao que Prado e Oliveira (2023) descrevem como um primeiro passo para a integração, mediado pelo governo federal, mas que exige diálogo com os municípios no processo de interiorização, onde novas barreiras se apresentam. Embora a fala do entrevistado revele a eficiência desse acolhimento inicial, Siso e Picolotto (2023) lembram que a legislação migratória vigente, apesar de bem fundamentada, precisa ser efetivamente aplicada na prática local, de modo a garantir que a integração dos imigrantes se concretize nos territórios em que passam a viver.

Após melhorar suas condições de moradia e se mudar para um espaço mais amplo, o entrevistado contou que conseguiu pagar a passagem para o irmão, que está há cerca de seis meses em Parobé/RS. Nesse ponto, Thompson (1998) lembra que a História Oral permite trazer à tona experiências de sujeitos sociais muitas vezes invisibilizados, revelando dimensões de solidariedade e apoio que não aparecem nos registros oficiais.

Conforme o entrevistado:

Aí depois o meu irmão veio. Sim, e tenho aqui poucos dias...Ele estava ali ao redor! E eu comprei os quatro passagens. E o avião pra ele poder vir. Pra ele poder vir. É, daí chegaram e já arrumaram escola, diretor, arrumou [...] ele não entende, demora ainda.

A fala do entrevistado mostra que, ao estabilizar-se, ele passa a ampliar as redes de apoio, trazendo familiares para Parobé/RS. Ao afirmar que “comprei os quatro passagens”, evidencia uma mudança de posição socioeconômica em relação ao momento da chegada, tornando-se capaz de mobilizar recursos para apoiar o deslocamento do irmão. Esse movimento pode ser interpretado à luz de Latour (2012), que descreve a agência distribuída como resultado da ação de múltiplos atores em rede. O imigrante, com sua família e as instituições que o acolheram compõem coletivamente este processo de integração. Ao mesmo tempo, Hall (2006) lembra que a identidade se constrói no vínculo com o território e na presença de familiares, reforçando o pertencimento ao espaço de chegada. Logo, a experiência narrada evidencia que o processo migratório não se limita ao deslocamento individual, mas envolve a mobilização de recursos familiares e comunitários que sustentam a permanência da comunidade migrante no município.

A fala do entrevistado 9 mostra como, ao estabilizar-se, ele amplia as redes de apoio ao trazer o irmão para Parobé/RS. Ao relatar que “chegaram e já arrumaram escola”, evidencia a surpresa diante da rapidez do acesso institucional, indicando que a integração passa também pela articulação entre órgãos locais e a comunidade migrante. A dificuldade inicial do irmão com o português revela barreiras linguísticas que marcam o processo de adaptação, mostrando que a integração não se limita ao acesso à moradia e escola, mas envolve a construção de pertencimento cultural e comunicativo, como lembra Hall (2006). Nesse sentido, Diminescu (2007) destaca que as redes familiares e sociais precisam estar articuladas às necessidades concretas dos migrantes, ressaltando que o apoio oferecido e recebido pelos familiares é fundamental, mas se torna efetivo quando dialoga com as estruturas institucionais que sustentam a permanência.

O entrevistado 10 demonstra satisfação com a atual inserção de sua família em Parobé/RS, ainda que se encontre em processo de ambientação, considerando que reside no município há aproximadamente dez meses. Ele destaca como aspecto

positivo o benefício concedido pela empresa onde trabalha, que disponibiliza um cartão para compras no mercado, configurando-se como uma importante rede de apoio inicial no território de acolhida. Esse tipo de suporte contribui para a estabilidade material da família no período inicial da migração. Conforme o entrevistado:

Fez a documentação, tudo. Pra poder entrar, minha mulher entrou na creche, mas não saiu ainda. Não conseguiu ainda a vaga. Igualmente as mulheres. Lhes dão sua bolsa de família, é bom aqui. Mas as mulheres, por um auxílio, um auxílio, auxílio, e começou a trabalhar. É, daí depois começa a trabalhar e não tem mais auxílio.

Entretanto, a narrativa também evidencia os limites das redes institucionais, sobretudo no que se refere ao acesso às políticas públicas de educação infantil. Apesar de o entrevistado relatar que toda a documentação necessária foi realizada, sua esposa ainda não havia conseguido vaga na creche para um dos filhos, o que revela entraves burocráticos e estruturais no processo de inserção social. A fala “fez a documentação”, se referindo que os trâmites burocráticos foram realizados, dando um sinal de que tudo está regularizado, mas a vaga na escola ainda é uma dificuldade para a família.

Observa-se ainda que as redes de apoio são vivenciadas de forma diferenciada dentro da família migrante, recaindo sobre a esposa a maior responsabilidade pelo acesso aos serviços públicos e benefícios sociais. O entrevistado menciona que o auxílio recebido pelas mulheres é interrompido quando estas ingressam no mercado de trabalho, indicando que o apoio é condicionado e temporário. Nesse sentido, as redes de apoio, embora fundamentais para a sobrevivência inicial, não garantem, por si só, uma integração plena. Conforme apontam Boldt Neto e Chediak (2023), muitos imigrantes não dominam os dispositivos burocráticos no Brasil, o que se reflete na dificuldade de transformar a documentação formal em acesso efetivo às políticas públicas.

As narrativas dos entrevistados revelam que as redes de apoio desempenham papel fundamental na sobrevivência inicial das famílias migrantes, seja por meio de benefícios institucionais, como o cartão fornecido pela empresa ou o Bolsa Família, seja pelo acesso a serviços públicos, como escolas e creches. No entanto, também evidenciam os limites dessas redes: enquanto o entrevistado 9 conseguiu inserir rapidamente seus filhos na escola, o entrevistado 10 relata entraves burocráticos que impediram sua esposa de obter vaga na creche, mesmo com a documentação

regularizada. Além disso, o apoio institucional aparece como condicionado e temporário, já que benefícios sociais são suspensos quando há inserção no mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, as redes de apoio não garantem, por si só, uma integração plena. Elas funcionam como mecanismos iniciais de acolhimento, mas sua efetividade depende da articulação entre políticas públicas, instituições locais e a capacidade das famílias migrantes de acessar e compreender os dispositivos burocráticos. Como apontam Boldt Neto e Chediak (2023), a dificuldade em dominar esses mecanismos reflete-se na distância entre a formalidade documental e o acesso real aos serviços. Assim, o eixo *Redes sociais e apoio* mostra que a integração cultural e social dos migrantes é marcada por apoios parciais e condicionados, que precisam ser fortalecidos para garantir pertencimento e estabilidade no território de acolhida.

4.5.4 Identidade e Pertencimento

Ao narrar o processo de saída da Venezuela e a chegada ao Brasil, o entrevistado 1: homem, venezuelano, residente em Parobé há cerca de dois anos, inserido no mercado de trabalho local, enfatiza que a imigração foi uma experiência marcada pela incerteza e pela responsabilidade individual. Sua fala não descreve apenas um deslocamento territorial, mas um movimento de avaliação futura que envolve perdas e expectativas, quando ele afirma que:

Primeiro, é um processo de avaliar o que eu tenho, o que vou deixar para trás e o que posso alcançar. Porque é realmente uma aventura onde você não sabe o que vai encontrar. Você não sabe onde vai conseguir. Você só sabe com esperança, com fé, com certeza o que vai fazer. Sem que ninguém lhe garanta nada. E tudo dependerá de você. Do seu esforço, do seu comprometimento, da sua dedicação para alcançar o que deseja.

A travessia aparece, como uma ruptura consciente com o passado, sustentada mais pela esperança e pela fé do que por garantias concretas. Ao afirmar que “ninguém lhe garante nada”, o entrevistado 1 desloca o sentido da imigração para o campo do esforço pessoal, do comprometimento e da dedicação, elementos que passam a orientar sua trajetória e a construção de expectativas em relação ao lugar

de chegada. Nesse contexto, a fronteira deixa de ser compreendida apenas como um espaço físico e passa a assumir um significado simbólico, relacionado à possibilidade de recomeço. Tal perspectiva dialoga com Bauman (2017), ao tratar da transposição de fronteiras sociais e culturais como uma busca pela reconstrução da vida em territórios percebidos como estranhos, mas carregados de expectativa.

A forma de compreender a migração como um projeto individual, marcado pela incerteza e melhorias de vida, dialoga com os estudos de Eberhardt (2018), sobre migração contemporânea, que aponta o deslocamento além de respostas a crises estruturais, como uma decisão atravessada por aspirações e estratégias pessoais. Na narrativa do entrevistado 1, observa-se que a decisão de deixar espaços anteriormente marcados por afeto e familiaridade está associada a motivações profundas, frequentemente relacionadas à sobrevivência e à busca por melhores condições de vida (Siso; Picolotto, 2023).

Em continuidade à narrativa anterior, o entrevistado 1 aprofunda os sentidos atribuídos à decisão de imigrar ao afirmar que, embora seja possível, “viver e existir” na Venezuela, há limites concretos impostos às possibilidades de projeção de futuro.

A realidade da Venezuela é que os venezuelanos conseguem, de alguma forma, viver e existir lá. Mas chega um ponto em que se quer alcançar mais do que isso. E toda família, todo país, todo casamento quer alcançar objetivos. E a situação na Venezuela não permite isso.

Ao relatar que “chega um ponto em que se quer alcançar mais do que isso”, o locutor desloca a compreensão da migração de uma resposta imediata à crise a busca por condições que permitam a realização de objetivos individuais e familiares. A referência à família, ao casamento e ao próprio país evidencia que o desejo de migrar não é pessoal, mas coletivo, atravessado por expectativas compartilhadas de ascensão social e estabilidade. Nesse sentido, a Venezuela não aparece como um espaço inviável à existência, mas como um território que restringe a concretização de projetos de vida e impulsiona o deslocamento.

Esta leitura corrobora para compreender que a migração venezuelana é um processo orientado por expectativas, e que a decisão de migrar está associada à impossibilidade de alcançar determinados objetivos no lugar de origem, indo além da sobrevivência. A busca por lugares de recomeço é um desafio diário de muitos venezuelanos que veem no Brasil possibilidades de ascensão social, mesmo que

sejam em empregos menos qualificados, conforme a sua qualificação, como aponta Desrosiers (2020).

No que se refere à dimensão laboral, a narrativa do entrevistado 1 revela uma ruptura significativa entre estabilidade profissional e impossibilidade de projeção de futuro. Antes de migrar, ele atuava há aproximadamente 14 anos em uma grande corporação vinculada ao setor elétrico na Venezuela, exercendo funções na área de assistência social.

Eu não trabalhava diretamente com o setor elétrico, sim, eu trabalhava para a empresa do setor elétrico, mas a empresa onde eu trabalhava é uma grande corporação, com médicos, bombeiros, enfermeiros, advogados, equipes médicas, equipes de assistência social, e eu trabalhava na área de assistência social.

Ao descrever o ambiente de trabalho, o entrevistado destaca a estrutura oferecida pela empresa, que contava com equipes médicas, bombeiros, advogados e serviços de apoio aos funcionários, elementos que, em sua narrativa, simbolizam segurança e reconhecimento profissional. Apesar desse contexto de estabilidade, o entrevistado explicita que a permanência no emprego se tornou insustentável diante da precarização das condições materiais de vida. Segundo o entrevistado:

Eu tinha um refeitório, trabalhava para uma empresa enorme, tinha minha mesa, tudo. Mas o salário era pouco. A empresa onde eu trabalhava me dava duas sacolas de comida por mês. Eles me davam cogumelos, mortadela e frango. Mas não podemos passar a vida inteira, ano após ano, só comendo.

A menção às “duas sacolas de comida por mês”, fornecidas como complemento salarial, assume centralidade em sua fala, como um símbolo do limite imposto à dignidade e à autonomia. Ao afirmar que “não podemos passar a vida inteira, ano após ano, só comendo”, o entrevistado expressa o esgotamento de um modelo de sobrevivência que inviabiliza qualquer perspectiva de ascensão social. Essa narrativa tensiona a ideia de que a migração ocorre apenas em contextos de desemprego e fome, revelando que, mesmo inseridos no mercado de trabalho formal, muitos imigrantes se veem obrigados a migrar diante da impossibilidade de sustentar projetos de vida. Logo, o trabalho, como aponta Cassarino (2008), que representava estabilidade, passa a ser um motor na decisão de emigrar como uma estratégia de busca por condições mais dignas de existência.

Ao relatar sua experiência migratória, o entrevistado 1 apresenta uma leitura politizada da crise venezuelana, mobilizando um capital cultural que lhe permite interpretar a conjuntura social para além da vivência imediata. Ao longo da entrevista, realizada em aproximadamente duas horas, sua narrativa recorre à crítica ao Estado venezuelano, em especial às políticas de privatização e às transformações no setor produtivo.

Para mim, como venezuelano, um erro não sei se essa é a palavra certa. Um erro que o Estado venezuelano cometeu foi privatizar tantas empresas. Foi isso que causou a crise na Venezuela... O petróleo, bem... Havia redes de supermercados, lojas, que foram expropriadas, o governo destruiu as empresas privadas da Venezuela, e isso também causou a crise... Os investidores não queriam, não tinham certeza se queriam investir 5 milhões de dólares lá.

Para ele, a crise não pode ser compreendida apenas como escassez material, mas como resultado de escolhas políticas que fragilizaram a economia e afastaram investimentos externos. Essa leitura estrutural da crise ganha densidade quando o entrevistado articula o cenário político às experiências vividas no âmbito familiar. Ao ser questionado sobre a possibilidade de deixar Parobé/RS ou retornar à Venezuela, sua resposta desloca-se do plano macroeconômico para o cotidiano doméstico, evidenciando como as condições materiais interferem na permanência nos territórios de chegada.

Minha filha queria um celular. Eu não tinha condições. Eu não tinha como comprar um celular. Aqui tem celulares estou pagando em torno de 1.200 ou 1.300 reais. Mas eu dei uma entrada e posso pagar. 100 reais, 120 reais por mês. Entende? Não, lá. Lá, por exemplo, um celular que custa 3.000 reais aqui custa 1.500. Mas quem tem 1.500 reais para dar? Não vão ter o que comer. Porque se pagarem por um celular, ficarão dois meses sem comida.

A menção à impossibilidade de atender a um desejo simples da filha, como a “compra de um celular”, assume centralidade em sua narrativa, que vai além do valor do objeto em si, mas pelo que ele representa em termos de dignidade e acesso a bens simbólicos para a filha. Ao comparar os contextos venezuelano e brasileiro, o entrevistado evidencia que, mesmo diante de dificuldades, o Brasil e, especificamente, Parobé/RS, oferecem possibilidades concretas de planejamento financeiro e acesso a bens de consumo por meio de parcelamentos e crédito,

inexistentes em seu país de origem. Essa comparação não aparece como idealização do território de acolhida, mas como critério pragmático de permanência, ancorado na possibilidade de garantir melhores condições de vida à família. Essa narrativa dialoga com o que Canclini (2001) define como identidades em trânsito, como este imigrante interpreta essas transformações nos lugares de chegada. Neste caso, por mais que o entrevistado 1 procure hierarquizar ou enquadrar determinadas memórias como elucida Pollak (1989), ele deixa transparecer que a Venezuela ainda é seu espaço de acolhida.

A decisão de permanecer em Parobé não se apresenta, na narrativa do entrevistado 1, como resultado exclusivo de vínculos afetivos com o território, mas como uma escolha mediada por fatores econômicos e familiares. Sua permanência no município está diretamente associada à possibilidade de projetar um futuro estável para a família, no qual o trabalho e o acesso a bens básicos assumem centralidade no processo de reconstrução da vida após a migração. Nesse sentido, a inserção sociocultural não se configura como algo imediato, mas como um movimento gradual, orientado por critérios de qualidade de vida. Tal perspectiva dialoga com a compreensão da migração contemporânea como um projeto de vida atravessado por expectativas, estratégias e avaliações constantes sobre os territórios de chegada.

Ao rememorar sua trajetória pessoal e afetiva, o entrevistado recupera lembranças anteriores ao próprio processo migratório, nas quais o Brasil já ocupava um lugar simbólico em sua vida. Esse pertencimento aparece de forma indireta, por meio de gestos e objetos carregados de significado, como ao narrar que sua relação com a esposa foi marcada, desde o início, por referências à cultura brasileira. Segundo ele:

Eu, desde que eu conheço a minha esposa, temos 20 anos, eu o conheci, éramos amigos e ele já tinha uma bandeira do Brasil em sua porta. Ele amava a nação brasileira, não sei por que, mas sim. Um dos primeiros presentes que ele deu para mim como noiva foi uma pulseira com uma bandeira do Brasil.

O excerto revela que a relação com o Brasil antecede a experiência concreta da migração, configurando um pertencimento imaginado, construído no plano identitário. O fato de o entrevistado afirmar que “não sabe por quê” amava a nação brasileira indica que esse vínculo não se baseava em uma avaliação racional do país, mas em uma identificação anterior ao deslocamento territorial. Tal dimensão simbólica do pertencimento contribui para compreender a permanência em

Parobé/RS não apenas como resultado das condições materiais encontradas, mas também como parte de um processo mais amplo de construção identitária em trânsito, no qual memórias, afetos e expectativas se entrelaçam na experiência migratória.

Ao refletir sobre sua permanência no Brasil e a situação dos familiares que permaneceram na Venezuela, a entrevistada 2 estabelece uma comparação direta entre os dois contextos, no que se refere ao acesso à saúde. Mesmo afirmando que gosta de morar em Parobé/RS, chegando a mencionar mudanças corporais associadas à melhora na qualidade de vida. A narrativa adquire um tom mais denso ao relatar a morte de familiares próximos em seu país de origem.

D: Vocês têm mais algum familiar na Venezuela?

E2: Sim.

E2: Minha mãe morreu no ano passado.

D: Sua mãe?

E2: Sim, na Venezuela. E meu irmão também.

E2: Diabética e falta de medicamento. Falta de medicamento.

Segundo a entrevistada, tanto sua mãe, que era diabética, quanto seu irmão faleceram na Venezuela em decorrência da falta de medicamentos e de alimentos, respectivamente. Essas perdas são mencionadas de forma sucinta, sem detalhamento emocional, o que pode ser compreendido à luz do que Pollak (1989) define como enquadramento da memória, no qual experiências traumáticas são narradas de maneira contida, como forma de proteção subjetiva diante da dor.

Ao afirmar que “aqui no Brasil os medicamentos são melhores”, a entrevistada não constrói uma idealização do território de acolhida, mas evidencia um critério fundamental para a permanência. A possibilidade concreta de acesso à saúde e à sobrevivência. Nesse sentido, sua decisão de permanecer em Parobé/RS aparece atravessada por experiências de perda, luto e precariedade vividas no país de origem, reforçando a centralidade da dimensão material da vida, especialmente a saúde, na experiência migratória venezuelana.

A entrevistada 3 é uma mulher venezuelana que reside em Parobé/RS há aproximadamente três anos. Ao narrar sua trajetória migratória, ela apresenta a travessia até o Brasil como uma experiência marcada pela busca por sobrevivência. Diferentemente de percursos mediados por redes institucionais desde a saída do país de origem, sua migração ocorreu de forma autônoma e precária, sendo realizada por

meio de caronas sucessivas até a chegada em Boa Vista/RR. Conforme a entrevistada 3:

Eu estou aqui em Parobé há sete anos. Eu passei por Roraima, daí depois passei para Boavista, aí fiz um procedimento, fui guardada aí com as minhas crianças, em um refúgio, mas eu passei nove meses lá nesse refúgio. Eu saí da Venezuela em carona. eu saí, agarrava aqui, depois agarrava outra, outra carona, eu tinha que dormir com as crianças na rua, é muito complicado, passamos fome também, até que chegamos a Roraima isso foi forte, forte, forte, forte, quando chegamos aqui a Boa Vista, que foi a fronteira lá, tivemos um pouquinho mais, aliviado.

No momento de narrar sua trajetória migratória, a entrevistada 3 constrói sua experiência a partir da noção de sobrevivência, marcada por deslocamentos sucessivos e pela ausência de condições mínimas de segurança durante a travessia. Sua fala evidencia um percurso realizado de forma autônoma e precária, no qual o deslocamento ocorre por meio de caronas, pernoites na rua e situações de fome, sempre acompanhada de seus filhos. A repetição da expressão “foi forte, forte” sugere não apenas a intensidade da experiência vivida, mas também a dificuldade de mensurar um processo atravessado por sofrimento, medo e incertezas. Nesse sentido, a migração aparece como uma experiência limite, inscrita no corpo e na memória, na qual a identidade da entrevistada se constrói no próprio movimento, especialmente a partir de seu papel como mãe responsável pela proteção e sobrevivência das crianças.

Ao afirmar que, ao chegar a Boa Vista/RR, sentiu-se “um pouquinho mais aliviada”, a entrevistada atribuiu ao território brasileiro um significado simbólico de proteção e esperança. A fronteira, nesse contexto, não representa apenas uma linha geopolítica, mas um espaço vivido, no qual se inicia um processo de reterritorialização marcado pela precariedade, como a permanência prolongada em abrigos e refúgios. Em diálogo com Haesbaert (2014), é possível compreender essa trajetória como um processo de desterritorialização forçada, no qual a saída da Venezuela foi uma escolha voluntária, diante da impossibilidade de permanecer. A chegada ao Brasil, ainda que não encerre as vulnerabilidades enfrentadas, inaugura um novo campo de expectativas e sentidos, no qual o território passa a ser experimentado como possibilidade concreta de continuidade da vida.

O entrevistado 4, residente em Parobé/RS há aproximadamente três anos, relata sua trajetória migratória até o município de forma breve e pouco detalhada.

Durante a entrevista, diferentemente dos demais entrevistados, apresentou respostas mais contidas, o que sugere certo desconforto ao abordar sua experiência migratória. Ao ser questionado sobre sua chegada a Parobé/RS e sobre o processo de imigração até o Brasil, respondeu:

Três anos e muito mais. Passei por Roraima, estive lá e de lá em Boa Vista. O presidente... tem dinheiro, tem muito alimento, muito ouro, turismo. Mas agora o presidente que temos agora, o presidente não dá. Eu vim pra cá porque minha mãe me convidou. Sim, minha mãe me convidou porque ela estava aqui. Minha mãe faz três anos que morreu. Minha esposa morreu também.

Assim como nos demais casos, seguiu-se um roteiro de entrevista que buscava uma escuta mais ativa. No entanto, a fala do entrevistado 4 evidencia um discurso marcado por descontentamento em relação ao Brasil e, em especial, ao município de Parobé/RS. Ao rememorar a Venezuela como um espaço onde “tem dinheiro, tem muito alimento, muito ouro e turismo”, constrói uma narrativa que contrasta com os relatos de outros entrevistados, os quais associavam o território venezuelano a contextos de escassez e pobreza. Tal rememoração não descreve necessariamente a realidade material do país, mas expressa uma memória territorial atravessada por experiências individuais e afetivas.

Além disso, ao atribuir a crise venezuelana à figura do “presidente”, o entrevistado demonstra uma leitura política do processo migratório, ao mesmo tempo em que justifica sua vinda ao Brasil a partir de um convite familiar, especialmente da mãe, que já residia em Parobé/RS. Contudo, o falecimento da mãe pouco tempo após sua chegada, seguido pela morte de sua esposa, parece fragilizar os vínculos construídos no território de acolhida, impactando negativamente seu processo de reterritorialização.

Nesse sentido, o entrevistado 4 evidencia uma identidade construída a partir do lugar habitado e das memórias associadas a ele, em diálogo com Carreira (2017). Suas lembranças remetem ao abandono de espaços que, por um período, fizeram parte de sua vida e de sua identidade, revelando como o passado territorializado pode assumir significados distintos no contexto migratório. Essa experiência corrobora a perspectiva de Haesbaert (2014), ao evidenciar que os processos migratórios envolvem múltiplas territorialidades e que a imigração não ocorre de

forma homogênea, ela é marcada por diferentes modos de reconstrução ou fragilização dos vínculos territoriais.

Embora seja aposentado, o entrevistado 4 relata que a vida em Parobé/RS tem sido marcada por dificuldades. Após o falecimento da esposa, seu irmão passou a residir com ele, tendo em vista que não conseguia arcar com o pagamento do aluguel. Atualmente, o irmão encontra-se sem renda, em decorrência de um acidente de trabalho ocorrido em uma empresa do setor de estruturas metálicas no pé. Segundo o entrevistado, a realidade vivenciada no município não corresponde às expectativas construídas antes da migração. Ao comparar sua situação atual com a experiência na Venezuela, destaca que, no país de origem, conseguia suprir necessidades básicas, como a alimentação, enquanto no Brasil enfrenta dificuldades para arcar com despesas essenciais, como o pagamento da energia elétrica. Conforme relata:

Meu irmão se machucou, está morando aqui, não tem como pagar aluguel. Eu sou aposentado só ganhando o salário-mínimo. Agora dá só para pagar aluguel, está muito apertado. Está duro, está ruim, está muito duro. Ele não pode trabalhar, porque ele teve um acidente na empresa, a estrutura metálica caiu no pé. Pelo menos você vende aipim. Você tem um mercadinho e vende aipim. Eu vendo bergamota. Então você compra aipim. E eu compro a bergamota de você. Entende? Aqui, se não paga a luz, não tem água. Agora três recibos de luz estão vencidos.

A fala do entrevistado evidência como memória e identidade se articulam em distintas territorialidades. Ao rememorar práticas cotidianas como a venda e a troca de alimentos “aipim e bergamota” na Venezuela, ele evoca formas de subsistência baseadas na informalidade e em redes de reciprocidade, que garantiam autonomia no atendimento das necessidades básicas e constituíam elementos centrais de sua identidade territorial. Entretanto, ao mencionar o salário-mínimo, as contas de energia em atraso e a coabitação forçada com o irmão, o entrevistado evidencia os desafios enfrentados no Brasil. Essa narrativa dialoga com Carreira (2017), ao demonstrar a interligação entre memória e lugar habitado na construção das identidades, e com Haesbaert (2014), ao revelar uma condição de multiterritorialidade marcada por tensões, na qual passado e presente coexistem de forma desigual e conflitiva.

Desse modo, a experiência do entrevistado pode ser compreendida também à luz de Bourdieu (1997), ao considerar que o imigrante mobiliza *habitus* constituídos em seu território de origem, que necessita ser reconfigurado diante das novas

condições sociais encontradas em Parobé/RS. Tal condição de deslocamento, definida pelo autor (1997) como a dos sujeitos atópicos, elucida a complexidade da experiência migratória, marcada pela descontinuidade identitária e reconstrução não bem-sucedida, dos vínculos identitários e territoriais.

Se, no relato anterior, a experiência migratória aparece marcada pela dificuldade de reconfigurar trajetórias e vínculos, no depoimento da entrevistada 5 observa-se como a reconstrução identitária também se manifesta por meio de práticas cotidianas de afirmação cultural. Nesse caso, o pertencimento não se expressa pela inserção econômica ou institucional, mas pela mobilização de referências simbólicas e culturais no espaço escolar.

No colégio fizeram um convite em novembro, dezembro para os venezuelanos. Sim, eu estive nessa reunião e vou fazer um compartilhamento. Para os estrangeiros, para os venezuelanos. Para que um faça as nossas tradições para eles. A tradição da Venezuela, para eles. Eu tenho 10 anos que não vou para a Venezuela. Se querem, estão convidados. Para que provem a comida venezuelana, a Arepa.

O relato da entrevistada evidencia como a reconstrução identitária se concretiza por meio de práticas cotidianas de compartilhamento cultural. A participação em um evento promovido pela escola, no qual imigrantes venezuelanos foram convidados a apresentar elementos de sua cultura à comunidade escolar, revela uma estratégia de manutenção e reafirmação de vínculos simbólicos com o país de origem, após um longo período de afastamento da Venezuela. A fala da entrevistada, ao mencionar que “estão convidados para que provem a comida venezuelana”, não se restringe a um gesto gastronômico, mas configura-se como uma forma de afirmar sua presença no território, tornando visível a identidade venezuelana no espaço de acolhida.

Nesse sentido, como destaca Hall (2006), a identidade não é fixa nem imutável, mas construída por meio de processos contínuos de negociação, atravessados por deslocamentos e reconfigurações. A prática descrita pela entrevistada dialoga com o conceito de hibridização cultural proposto por Canclini (2006), na medida em que elementos da cultura de origem são ressignificados no contexto do território de acolhida. O espaço escolar assume, assim, um papel mediador no processo de pertencimento, funcionando como um local de reconhecimento e legitimação das identidades em trânsito, ao possibilitar que

práticas culturais imigrantes sejam compartilhadas e valorizadas no cotidiano da comunidade local.

Ao relatar sua chegada a Parobé/RS, a entrevistada 6 afirma que, agora, a situação encontra-se estabilizada, com os filhos matriculados na escola e o marido empregado. Contudo, essa condição atual contrasta com as dificuldades vivenciadas durante a travessia migratória. Mesmo após a realização da documentação necessária e das vacinas, e já com a permissão para seguir até o município, a entrevistada precisou permanecer por aproximadamente dois meses em Boa Vista/RR. Esse período foi marcado por sentimentos de medo e insegurança, sobretudo pela convivência com pessoas desconhecidas e imigrantes de diferentes nacionalidades, conforme relata:

Primeiro fui à fronteira para fazer a documentação em Roraima, permissão de entrar, a vacina, CPF, cartão, todas essas coisas tivemos um mês. Em Boa Vista tivemos dois meses, esperando. Mas foi um pouco difícil, porque tem muita aglomeração de muitos países. De todas as partes. Muitos países. Tinha outros imigrantes também. Sim, então estamos aqui agora trabalhando. E agora está tudo bem.

A narrativa da entrevistada evidencia que o processo migratório não se restringe ao deslocamento físico, mas envolve experiências prolongadas de espera e convivência em espaços de transição. A permanência por dois meses em Boa Vista/RR, em meio a imigrantes de distintas nacionalidades, expressa uma condição de estar entre fronteiras, conforme descrito por Bourdieu (1997). Trata-se de um momento marcado pela ausência de um lugar definido e pela necessidade de reconstrução identitária em contextos de incerteza. O medo relatado diante da aglomeração de “muitos países” revela que o pertencimento não é imediato, mas construído de forma gradual, em meio à diversidade e à precariedade das condições de acolhida.

Nesse sentido, como destaca Hall (2006), a identidade não é fixa nem essencial, mas se constrói por meio de processos contínuos de negociação, entrelaçados pelos deslocamentos e pela relação com o outro. A chegada a Parobé/RS, com os filhos inseridos na escola e o marido empregado, simboliza uma tentativa de estabilização e de reconstrução dos vínculos territoriais. Tal experiência confirma o que Haesbaert (2014) denomina de multiterritorialidade, na qual o

imigrante carrega consigo o território de origem, a memória da travessia e o espaço de acolhida, compondo identidades que se formam no tempo presente.

A narrativa da entrevistada 7 permite compreender como a identidade migrante é marcada por incertezas e reconstruída a partir da memória, do afeto e da comparação constante entre territórios. Ao relatar sua última ida à Venezuela, a entrevistada descreve um cenário de maior precariedade, distinto daquele vivido no momento de sua saída do país, demonstrando preocupação com a permanência da mãe no território de origem. Segundo ela, as condições atuais são marcadas pelo esvaziamento das ruas, a intensificação da crise e pelo sentimento de abandono, conforme expressa ao afirmar que “a Venezuela está sozinha”. Segundo a entrevistada:

Eu fui renovar documentos deles, que estavam pedindo. Eu fui. E. Nossa, está muito difícil. Está demais. Está horrível. Está demais. Quando eu saí não estava assim agora. Está pior. Nossa, agora está saindo muita gente demais. A Venezuela está sozinha. Todas as ruas estão sozinhas. A mãe ficou lá. Porque ela tem um trabalho lá. E ela está sozinha. Ela não tem vontade de vir também.

A repetição de expressões como “está muito difícil” e “está horrível” evidencia a gravidade da situação material, mas também o impacto emocional de revisitar o país de origem e reconhecê-lo como um espaço profundamente transformado. Essa experiência revela que o pertencimento não se rompe com a migração, mas se reconfigura de forma transnacional, como aponta Glick Schiller (1999), mantendo vínculos afetivos e simbólicos mesmo à distância. Nesse sentido, a identidade da entrevistada se constrói na tensão entre o lugar de acolhida e o território de origem, condicionada pela preocupação com aqueles que permanecem e pela memória de um país que já não corresponde às lembranças do passado.

Tal processo confirma o que Hall (2006) compreende como identidade em constante reformulação, marcada por deslocamentos, rupturas e negociações contínuas. Ao mesmo tempo, dialoga com Bhabha (2013), ao evidenciar que o sujeito migrante precisa se reinventar no encontro cultural, sem romper completamente com os vínculos afetivos e simbólicos que sustentam sua história e sua pertença.

A preocupação com a mãe, expressa na afirmação “a mãe ficou lá, ela está sozinha”, evidencia como os afetos mantidos no país de origem marcam a experiência migratória. Além disso, a entrevistada relata que a separação dos filhos, que permaneceram sob os cuidados da avó na Venezuela durante o processo de deslocamento, provocou sofrimento emocional, levando-a a desenvolver problemas

de saúde e episódios de depressão. Durante cerca de um ano, ela permaneceu distante das crianças, precisando manter-se emocionalmente forte para trabalhar e enviar recursos à família, até conseguir reunificá-los no Brasil. Segundo a entrevistada:

Os primeiros meses foram muito difíceis para mim. Eu fiquei triste, eu chorei. Eu passei por depressão também. Pegou muita saudade e solidão. Eu chorava todos os dias. Depois comecei a trabalhar fortemente para comprar as coisas, para juntar dinheiro e trazer minhas crianças. Eu fui pegar eles depois de um ano, fiquei todo esse tempo longe. Aí acalmou um pouco. Agora está tudo bem, graças a Deus. Mas quando eles ficaram lá, foi terrível.

O excerto revela que a migração implica no deslocamento territorial, mas também em rupturas afetivas que agem diretamente sobre a saúde mental do sujeito migrante. Ao narrar que “chorava todos os dias” e que precisou “trabalhar fortemente para juntar dinheiro”, a entrevistada explicita como a identidade migrante se constrói em meio à dor, à responsabilidade e à necessidade de sobrevivência. Essa experiência dialoga com Brunet *et al.* (2019), ao apontarem que imigrantes acompanhados por práticas culturais integrativas e pela Assistência Social, apresentaram menores níveis de ansiedade e depressão, evidenciando a importância das redes institucionais no enfrentamento dos efeitos emocionais da migração.

Nesse sentido, como destacam Siso e Picolotto (2023), migrar não equivale, necessariamente, a integrar-se, sendo fundamental a existência de políticas públicas que promovam acolhimento efetivo e inserção social. O relato da entrevistada 7 exemplifica como a ausência de suporte institucional adequado intensifica os efeitos emocionais do deslocamento, reforçando que a reconstrução identitária e o sentimento de pertencimento não dependem apenas do esforço individual, mas de condições coletivas e estruturais de acolhida.

As narrativas evidenciam que o processo migratório não se limita à travessia de fronteiras físicas, como já discutido em outros relatos, mas envolve também a reconstrução da identidade e a forma como os imigrantes encaram o deslocamento. A entrevistada 8, ao relatar sua experiência, descreve uma travessia distinta da de outros participantes, realizada de forma improvisada, a pé, pelas matas. Nesse período, morou em Manaus/AM, território onde nasceu seu filho, e posteriormente buscou Parobé/RS mediante o contato com uma amiga que residia no município. Segundo a entrevistada:

Eu entrei, não legalmente, só por áreas verdes, eu entrei sozinha, quando eu cheguei aqui, cheguei já em Manaus. Quando cheguei, eu tinha três meses de grávida, eu vim sozinha, em companhia de outras pessoas que eu conheci no caminho. Paguei um carrinho em Boavista e fui para Manaus. Morei três anos em Manaus e depois vim para cá, até agora. Era muito difícil o tratamento e terapia e coisas assim do meu filho em Manaus, eu conhecia uma amiga aqui. Ela estava lá e viajou para cá. Ela me falou que era muito rápido a condição de saúde. Então, eu vim para cá, graças a Deus, já tem acompanhamento.

Ao afirmar “Eu não entrei legalmente, só por áreas verdes, eu entrei sozinha”, a entrevistada revela a precariedade das condições na Venezuela, que a levaram a realizar o deslocamento por rotas mais perigosas, em busca de sobrevivência. A situação se mostra ainda mais crítica quando ela relata estar grávida durante a travessia. Esse excerto dialoga com Siso e Picolotto (2023), que destacam que raramente um imigrante deixa seu espaço de afetos e pertencimento sem uma motivação profunda, como observado aqui, por questões de sobrevivência. Stuart Hall (2006) lembra que a identidade está em formação, sendo construída e reconstruída nas experiências vividas em diferentes territórios. Nesse caso, a entrevistada ressignifica sua identidade a partir da travessia improvisada e da busca por acolhimento em Parobé/RS.

O cenário ainda é de fronteiras, mas agora elas se convertem em possibilidades. A partir do contato com uma amiga já acolhida em Parobé/RS, a entrevistada realiza outro movimento e chega ao destino. Esse deslocamento evidencia que o pertencimento não é apenas material, mas também simbólico, pois ela se conecta a um território que ainda não conhece, mas sobre o qual ouviu relatos, e constrói vínculos a partir da acolhida ao filho que necessita de tratamento e acompanhamento médico. Conforme a entrevistada:

O pediatra me falou que ele estava em condição de autismo. Eu procurei em Manaus. Era muito difícil. O tratamento e terapia e coisas assim. Uma amiga aqui, ela estava lá e viajou para cá. Ela me falou que era muito rápido a condição de saúde. Como ela operou o olho aqui. E sim, foi muito bem-feito, graças a Deus, já tem acompanhamento.

O relato elucidado que grande parte dos imigrantes vive em uma busca identitária, entre o ser daqui ou ser de lá, no caso a Venezuela. Este excerto dialoga com Goettert (2009), quando a entrevistada se refere à amiga que “estava lá, e viajou

para cá”, neste caso Parobé/RS. O elo com a amiga, que demonstrava estar satisfeita com o território, e as aproximações identitárias fizeram com que ela viesse, sem pensar nas circunstâncias de moradia ou de ter onde ficar. Esse movimento evidencia que o sentimento de pertencimento aflora do acesso a serviços, mas também da confiança nos relatos de quem já se encontra acolhido, mostrando como identidade e território se relacionam.

A imigração gera expectativas nos imigrantes, que enfrentam longos trajetos de deslocamento, muitas vezes de forma improvisada e com recursos próprios, alimentados por sonhos de amigos e familiares. Ao mesmo tempo, também pode gerar frustrações, como descrito pela entrevistada 8. Logo que chegou a Parobé/RS, ela relata ter sido bem recebida e acolhida por uma igreja local, que lhe forneceu cama, sofá e outros utensílios. Diferentemente de outros entrevistados, foi morar no centro da cidade, mas já nos primeiros meses sofreu um assalto, quando sua casa foi invadida e parte das doações recebidas foram levadas. Segundo a entrevistada:

Na assistência social da igreja, eu cheguei sem nada, ajudaram muito. Donaram sofá, me deram cama. Eu morava lá no centro, perto da prefeitura. Só que havia moradores de rua, e eles invadiram a minha casa. O aluguel aqui é caro. Agora eu vou procurar outro aluguel mais barato, porque é muito difícil também. Mas já vamos procurar outro cômodo para lá. Porque aqui está muito longe da escola, centro de saúde para ele.

A experiência da entrevistada 8 demonstra que o pertencimento não se constrói apenas a partir de vivências positivas. Ao relatar a ajuda recebida da igreja, ela expressa gratidão pelo acolhimento inicial. Contudo, mesmo diante do episódio de invasão de sua casa, revela capacidade de enfrentar novos desafios sem romper com o território, optando por permanecer em Parobé/RS e buscar outra moradia. Esse relato evidencia que o pertencimento está em constante construção, sustentado por experiências de acolhimento e pela resiliência diante das adversidades.

Essa discrepância entre expectativas e realidade é discutida por Mattedi e Rosa (2020), ao apontarem que o mundo vislumbrado no cinema e na comunicação entre os venezuelanos muitas vezes difere do encontrado na prática. A narrativa da entrevistada dialoga com essa perspectiva ao projetar em Parobé/RS, por meio da conversa com a amiga, uma experiência de acolhimento, entretanto ela depara-se com dificuldades concretas, como a invasão de sua casa e o alto custo do aluguel.

Esse contraste evidencia como os imigrantes constroem sua identidade e pertencimento entre expectativas idealizadas e desafios cotidianos.

A experiência da entrevistada 8 revela a gratidão pelo acolhimento inicial, mas também explicita a tensão entre expectativa e realidade que marca o processo migratório. O episódio da invasão de sua casa, longe de romper o vínculo com o território, reforça a dimensão processual da identidade, que se reconstrói na resiliência diante das adversidades. Esse contraste encontra eco em Mattedi e Rosa (2020), ao discutirem como o imaginário migratório, alimentado por redes de comunicação e representações midiáticas, frequentemente difere da experiência concreta. Assim, o relato evidencia que o pertencimento não é dado, mas continuamente negociado entre projeções idealizadas e práticas cotidianas.

Assim como no relato da entrevistada 8, em que a identidade se constrói a partir da experiência do deslocamento e das relações de pertencimento com o território, o entrevistado 9 evidencia uma trajetória migratória marcada por longos anos no Brasil. Embora esteja no país há quase dez anos, sua inserção em Parobé/RS ocorreu há quatro, realizada pelo contato com um conhecido que já residia no município, o que reforça a importância das redes sociais no processo de fixação territorial.

Eu moro em Venezuela, e eu tenho 39 anos, eu com minha esposa! Dificuldades, sim...Muito, muito, muito trabalho. Não é trabalho, é necessidade. Dormir na rua, sem trabalho, sem comer. Se você tem fome, você tem que comer. No Rio Grande do Sul 4 anos, direto para cá, Parobé, tinha um amigo aqui.

Ao relatar sua experiência migratória, o entrevistado enfatiza que “não é trabalho, é necessidade”, expressão que revela a centralidade da sobrevivência como elemento estruturante de sua trajetória. A repetição da palavra “muito” intensifica a memória da escassez e da vulnerabilidade social vivenciadas no processo de deslocamento. Conforme aponta Portelli (1997), o significado da narrativa não está apenas no conteúdo factual, mas na forma como a experiência é enunciada. Nesse caso, a repetição funciona como recurso narrativo que reforça a intensidade do sofrimento vivido.

Observa-se, ainda, que o entrevistado aborda de maneira breve, mas profunda, episódios como “dormir na rua, sem trabalho, sem comer”, o que indica a presença de memórias traumáticas que tendem a ser silenciadas ou narradas de

forma fragmentada. Esse silenciamento dialoga com Pollak (1989), ao discutir a seletividade da memória, segundo a qual certos acontecimentos são omitidos ou pouco elaborados como estratégia de proteção diante do trauma. Assim, o silêncio também se constitui como parte do processo de construção identitária do migrante, marcando a forma como ele se relaciona com o passado e com o território de acolhida.

O relato do entrevistado 9, ao afirmar que “se você tem fome, tem que comer”, evidencia uma dimensão de precariedade que dificilmente seria captada por pesquisas de caráter quantitativo. É justamente nesse ponto que Thompson (1998) destaca a contribuição da História Oral ao revelar aspectos invisibilizados da vida social, trazendo à tona experiências que não aparecem em estatísticas ou registros oficiais. A oralidade, ao carregar nuances de sofrimento e sobrevivência, possibilita compreender de forma mais profunda a experiência migratória, evidenciando que a identidade do migrante também se constrói em contextos de vulnerabilidade.

O entrevistado 10 apresenta uma trajetória migratória distinta dos demais, sobretudo por estar há menos tempo no Brasil, há cerca de quatro anos. Em seu relato, a Venezuela é descrita como um lugar positivo, associado a estabilidade econômica e qualidade de vida, que teria sido profundamente transformado em função do contexto político do país, durante o governo Maduro. Diferentemente do entrevistado 9, ele não enfatiza experiências de extrema precariedade, mas destaca que a saída da Venezuela não foi uma escolha voluntária, e sim uma decisão forçada pelas circunstâncias políticas e sociais. Segundo o entrevistado:

Antes Venezuela era bom. Trabalhava uma empresa lá em Venezuela, somente férias, nada mais, comprava um carro. Uma féria. Um bom tempo! Tem muito benefício aqui no Brasil...aqui é bom, tem muito emprego...Não... Voltar para a Venezuela não... Só para, só para, enquanto o senhor Amaduro sair, é que Venezuela põe melhor. Eu, venezuelano, nunca queria... Sair! Eu e minha mulher nunca queríamos sair da Venezuela, não tinha escolha, não teve escolha!

Ao afirmar que “nunca queríamos sair da Venezuela” e que “não teve escolha”, o entrevistado evidencia um forte vínculo afetivo e identitário com o país de origem, marcado pela ruptura abrupta de um projeto de vida previamente estabelecido. Esse excerto dialoga com Glick Schiller (1999), ao compreender a migração contemporânea como um fenômeno transnacional, no qual, mesmo após o deslocamento territorial, os imigrantes mantêm vínculos sociais, culturais e

simbólicos com o país de origem, acionando memórias e referências afetivas que permanecem significativas na construção de suas identidades.

Percebe-se ainda que o entrevistado estabelece uma comparação entre os territórios ao afirmar que “antes Venezuela era bom”, destacando que era possível adquirir bens materiais, como um carro, apenas com o período de férias. Essa comparação revela enquadramentos da memória (Pollak, 1989), entendidos como processos seletivos por meio dos quais o passado é reorganizado a partir das demandas do presente. Ainda que reconheça aspectos positivos do Brasil, ao afirmar que “aqui é bom, tem emprego”, a narrativa constrói a Venezuela como referência afetiva e simbólica, associada à estabilidade e à qualidade de vida. Assim, a comparação entre os territórios não se dá em termos objetivos, mas como uma estratégia narrativa por meio da qual o entrevistado organiza sua experiência migratória e reafirma vínculos identitários com o país de origem.

A migração, nesse sentido, aparece menos como uma estratégia desejada e mais como um deslocamento compulsório. Ao afirmar que “eu e minha mulher nunca queríamos sair da Venezuela”, torna-se evidente que a decisão migratória foi motivada pela impossibilidade de permanência no território de origem, resultado de circunstâncias que escapam à sua esfera de decisão. Embora reconheça aspectos positivos no Brasil, como a oferta de emprego e benefícios sociais, a narrativa revela que o pertencimento à Venezuela permanece como referência central na construção de sua identidade, indicando que a experiência migratória é atravessada por sentimento de perda, deslocamento e não escolha.

4.5.5 Experiências socioculturais dos imigrantes venezuelanos em Parobé/RS

A análise das narrativas dos imigrantes venezuelanos residentes em Parobé (RS) permitiu compreender que as experiências de inserção sociocultural no município não se configuram como um processo homogêneo e linear. As trajetórias apresentadas revelam percursos diversos, marcados por deslocamentos motivados tanto por projetos de melhoria de vida quanto por situações de urgência econômica e vulnerabilidade social. As entrevistas evidenciam que a inserção no contexto local ocorre de maneira gradual, atravessada por redes migratórias, oportunidades de trabalho, políticas públicas e constantes processos de negociações identitárias.

Percebe-se que tal inserção não pode ser entendida como simples adaptação à nova realidade. Trata-se, antes, de um processo relacional, construído no entrecruzamento entre memória, território, condições materiais e dinâmicas institucionais. Nessa perspectiva, as experiências narradas indicam que a inserção é marcada por tensões, pertencimentos parciais e reconfigurações identitárias contínuas.

Ao aprofundar a análise das narrativas, observa-se que a inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos em Parobé não pode ser compreendida como um percurso uniforme. As trajetórias revelam motivações distintas, condições desiguais de chegada e diferentes formas de articulação com o território local. Nesse sentido, a inserção se apresenta como um processo heterogêneo, marcado por projetos migratórios diversos e por níveis variados de estabilização social.

Para alguns entrevistados, a migração configura-se como um projeto estruturado, orientado pela busca de melhores condições de trabalho e ascensão social. Nessas narrativas, o deslocamento é apresentado como estratégia racional de reorganização da vida, articulada a expectativas de permanência e consolidação no Brasil. Já para outros sujeitos, a migração assume contornos de urgência, sendo narrada como saída compulsória diante da crise econômica e política venezuelana. Nesses casos, o deslocamento não se configura como escolha planejada, mas como necessidade imposta pelas circunstâncias, o que impacta diretamente as formas de inserção no território de destino.

Há ainda experiências marcadas por dificuldades persistentes de integração, nas quais a permanência no município não resulta necessariamente em sentimento de pertencimento pleno. Nessas trajetórias, a memória do país de origem assume centralidade, produzindo uma relação ambivalente com o território brasileiro. Tal aspecto reforça a compreensão de que inserção sociocultural não equivale automaticamente a enraizamento, mas envolve negociações contínuas entre passado e presente, origem e destino.

Essas variações evidenciam que a inserção sociocultural é atravessada por condições estruturais – acesso ao mercado de trabalho, redes de apoio, políticas públicas – e por dimensões subjetivas, como memória, identidade e expectativas de futuro. Assim, mais do que adaptação linear, o que se observa é a constituição de experiências plurais de pertencimento, que se configuram em graus distintos de integração social e territorial.

Além da diversidade das trajetórias individuais, as análises evidenciam que a inserção sociocultural dos venezuelanos em Parobé é profundamente mediada por fatores estruturais que organizam as possibilidades de permanência no município. O território, as redes migratórias e as políticas públicas locais configuram-se como elementos centrais nesse processo. A concentração significativa de imigrantes no Bairro Jardim revela que a inserção não ocorre de maneira dispersa, mas territorializada. A escolha por determinados espaços urbanos não se dá ao acaso, estando vinculada tanto a fatores econômicos, como valores de aluguel e proximidade com oportunidades de trabalho, quanto à presença de conterrâneos já estabelecidos. Nesse sentido, o território opera como espaço de sociabilidade e proteção simbólica, no qual redes de apoio desempenham papel fundamental na chegada e estabilização inicial. Conforme apontam as discussões sobre redes migratórias, tais vínculos reduzem incertezas e orientam os fluxos, funcionando como mediadores sociais da mobilidade.

Contudo, a inserção territorial não elimina as fragilidades estruturais. As narrativas revelam inserções marcadas por trabalho informal, dificuldades documentais e dependência parcial de políticas públicas, especialmente no que se refere ao acesso à assistência social e a benefícios vinculados ao Cadastro Único. A própria fala da gestão local evidencia limitações institucionais na identificação precisa do perfil dessa população, demonstrando que os mecanismos administrativos nem sempre acompanham a complexidade do fenômeno migratório.

Nesse cenário, a assistência social assume papel ambivalente, pois, ao mesmo tempo em que se configura como porta de acesso a direitos e serviços, também revela os limites da capacidade institucional frente ao crescimento do número de imigrantes. Assim, a inserção sociocultural não se dá exclusivamente pela iniciativa individual dos migrantes, mas por meio de uma trama relacional que envolve agentes institucionais, dispositivos burocráticos e redes comunitárias. Em diálogo com perspectivas que enfatizam a ação de múltiplos mediadores sociais, percebe-se que a integração resulta da articulação entre sujeitos, políticas públicas e estruturas locais. Desse modo, a experiência migratória em Parobé não pode ser compreendida apenas sob a ótica da adaptação cultural, mas deve ser analisada à luz das condições materiais e institucionais que moldam as possibilidades de permanência e mobilidade social.

Para além das dimensões estruturais e territoriais, as narrativas analisadas evidenciam que a inserção sociocultural dos venezuelanos em Parobé é atravessada por processos contínuos de reconstrução identitária. A experiência migratória não implica ruptura absoluta com o país de origem, mas inaugura uma condição de negociação permanente entre referências culturais distintas. Nesse sentido, a identidade dos sujeitos entrevistados não se apresenta como essência fixa, mas como construção dinâmica, marcada por deslocamentos e reconfigurações, em consonância com a perspectiva de Stuart Hall (2006), que compreende a identidade como processo em constante formação.

As memórias da Venezuela ocupam lugar central nas narrativas, seja como lembrança de estabilidade perdida, seja como referência afetiva que orienta comparações com a realidade brasileira. Conforme propõe Pollak (1989), a memória não é simples recordação do passado, mas enquadramento que organiza sentidos no presente. Ao narrar a crise, as perdas familiares ou as experiências de trabalho no país de origem, os entrevistados constroem interpretações que dão coerência às suas trajetórias e justificam a permanência no Brasil, ainda que permeada por dificuldades.

Esse movimento revela que a inserção sociocultural não elimina vínculos simbólicos com o território de origem, mas produz formas de pertencimento múltiplo. As experiências relatadas indicam a coexistência entre referências venezuelanas e práticas cotidianas brasileiras, configurando identidades híbridas, tal como discutido por Canclini (2006) ao analisar processos culturais marcados por interações e rearticulações. A vivência no município de Parobé, especialmente em espaços de sociabilidade compartilhados com conterrâneos, reforça essa dinâmica de circulação entre territórios simbólicos distintos.

Assim, a inserção sociocultural observada nesta pesquisa não pode ser interpretada como assimilação plena ou simples adaptação ao contexto local. Trata-se de um processo marcado por tensões, negociações e pertencimentos parciais, nos quais memória, território e condições materiais se entrelaçam. A experiência migratória, nesse sentido, constitui-se como prática relacional e situada, que produz sujeitos em trânsito entre múltiplas referências culturais e sociais.

Diante do exposto, esta pesquisa demonstra que as experiências de inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos em Parobé (RS) constituem processos plurais, marcados por heterogeneidade, mediações estruturais e negociações

identitárias contínuas. A inserção no município não se apresenta como trajetória linear de adaptação ou assimilação, mas como dinâmica relacional que envolve redes migratórias, territorialização específica, acesso desigual ao mercado de trabalho e interações com políticas públicas locais.

Ao mesmo tempo, as narrativas evidenciam que a memória do país de origem permanece como elemento estruturante das identidades, produzindo pertencimentos múltiplos e, por vezes, ambivalentes. Assim, responder ao problema de pesquisa implicou reconhecer que a inserção sociocultural não significa ruptura com o passado nem integração plena ao presente, mas sim a construção de experiências situadas, tensionadas entre permanência, expectativa e reconstrução cotidiana da vida em território brasileiro. Desse modo, o estudo contribui para compreender a migração venezuelana em contexto municipal não apenas como deslocamento geográfico, mas como processo complexo de reconfiguração social, territorial e simbólica.

5 CONCLUSÃO

Retomar o problema de pesquisa, que buscou responder como têm sido as experiências de inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos que residem em Parobé (RS), implicou, nesta dissertação, reconhecer que a inserção não se apresenta como um estado alcançado de uma vez por todas, mas como um processo em curso, atravessado por temporalidades distintas, por assimetrias de poder e por múltiplas mediações institucionais e comunitárias. Ao propor como objetivo geral analisar as experiências de inserção sociocultural narradas por imigrantes venezuelanos residentes em Parobé/RS, o estudo buscou deslocar o olhar de leituras exclusivamente estruturais, centradas em números, normas e indicadores, para a dimensão do vivido, tal como se revela nas narrativas, nas memórias e nas estratégias mobilizadas no cotidiano. Nesse sentido, a investigação permitiu compreender a migração como experiência simultaneamente material e simbólica, sendo ela um movimento que reorganiza trabalho, moradia e acesso a políticas públicas, mas que também redefine pertencimentos, identidades, expectativas e modos de habitar o território.

A consecução do objetivo geral se deu pela articulação entre abordagem qualitativa, história oral e análise interpretativa das entrevistas, em diálogo com o referencial teórico mobilizado ao longo do trabalho. Assim, privilegiando a voz dos migrantes, a pesquisa não tomou seus relatos como simples “ilustrações” de uma realidade previamente definida; ao contrário, considerou-os como lugares de produção de sentido, nos quais o sujeito elabora, a partir do presente, um enredo sobre o deslocamento, o que foi perdido, o que foi conquistado e o que ainda se projeta. Essa postura metodológica foi basilar para que se pudesse compreender a inserção sociocultural em Parobé não como um roteiro homogêneo, mas como um conjunto de trajetórias singulares, permeadas por condições compartilhadas: a busca por segurança e estabilidade, a centralidade do trabalho na reorganização da vida, a importância das redes (familiares, comunitárias, religiosas e institucionais) e a presença persistente de barreiras linguísticas e simbólicas, que tanto limitam quanto reorientam as possibilidades de pertencimento.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que foi identificar o processo de entrada em Parobé e a distribuição dos venezuelanos nos bairros do município pesquisado, os dados empíricos indicaram que a chegada ao município se insere em circuitos de mobilidade mais amplos, nos quais o território regional funciona como espaço de oportunidade, circulação e reterritorialização. A entrada em Parobé foi narrada, em grande medida, como resultado de um entrelaçamento de fatores, tais como a

possibilidade de trabalho, a presença prévia de conhecidos, o encaminhamento por redes institucionais e, em alguns casos, a lógica de interiorização que redistribui grupos migrantes para cidades com demanda por mão de obra. A distribuição nos bairros, por sua vez, evidenciou que o espaço urbano não é neutro; ele organiza proximidades e distâncias, cria acessos e interdições e influencia a forma como se produzem sociabilidades. A concentração em determinadas áreas do município, frequentemente associada a custos de moradia, à proximidade de trabalho e à presença de redes de apoio, mostrou-se relevante para compreender como a inserção sociocultural se estrutura no cotidiano. Desse modo, viver “perto” de conterrâneos pode significar proteção e suporte, mas também pode restringir a ampliação de vínculos com a comunidade local; morar “mais distante” pode ampliar contatos e experiências interculturais, mas pode intensificar sentimentos de isolamento, sobretudo quando somados a barreiras linguísticas e econômicas.

O segundo objetivo, que foi registrar as memórias desses migrantes em relação ao país de origem, revelou a centralidade da memória como dimensão constitutiva da experiência migratória. Nas narrativas, a Venezuela aparece menos como um lugar fixo no passado e mais como um território afetivo e simbólico, continuamente reatualizado por lembranças, práticas culturais, referências alimentares, música, idioma e redes familiares mantidas à distância. Ao mesmo tempo, as memórias não se apresentaram de forma unívoca: houve relatos marcados por saudade e pertencimento, mas também narrativas permeadas por dor, ruptura e luto social, principalmente quando a saída do país foi vivida como interrupção abrupta de projetos de vida. Essa ambivalência, entre vínculo e ruptura, é importante para compreender a inserção sociocultural em Parobé, pois o pertencimento ao território de chegada não se constrói por apagamento do território de origem, mas por negociação entre temporalidades e identidades. Desse modo, as memórias funcionam como ponte e, simultaneamente, como ferida; ponte, porque sustentam referências identitárias e oferecem continuidade simbólica; ferida, porque lembram perdas, ausências e desigualdades que atravessam a vida migrante.

O terceiro objetivo, que foi compreender os motivos pelos quais esses migrantes estão residindo em Parobé, bem como suas perspectivas de ascensão social, permitiu evidenciar que a permanência no município se ancora, de maneira decisiva, na percepção de oportunidade e de estabilidade possível. Em muitos relatos, Parobé foi significada como lugar de “recomeço”, associado à chance de trabalho e a uma vida menos ameaçada por insegurança e precariedade extrema. Entretanto, as perspectivas de ascensão social não se apresentaram como promessas imediatas; surgiram, antes,

como horizonte de construção gradual, condicionado por aprendizado da língua, regularização documental, qualificação profissional e acesso a redes.

As narrativas indicaram que a ascensão, quando imaginada, envolve frequentemente a conquista de uma moradia mais estável, a melhoria do trabalho, a escolarização dos filhos e a possibilidade de mobilidade social intergeracional. Ao mesmo tempo, emergiram elementos de frustração e limites: a subutilização de qualificações anteriores, a dificuldade de validação de diplomas, a segmentação ocupacional e a percepção de que a trajetória migrante tende a começar “do zero”, independentemente do capital escolar ou profissional acumulado no país de origem. Assim, a permanência em Parobé se revelou como decisão situada, tomada entre possibilidades concretas e restrições reais, em que o desejo de futuro se equilibra com o peso da sobrevivência cotidiana.

Quanto ao quarto objetivo – verificar quais são as oportunidades sociais recebidas pelos imigrantes venezuelanos no município e como se dá a dinâmica de inserção na comunidade local e regional, os achados apontaram para um cenário composto por aberturas e fechamentos. Em termos de oportunidades, as narrativas indicaram a importância de políticas e serviços públicos como portas de entrada para a vida local: assistência social, orientações sobre documentação, acesso a programas e encaminhamentos constituíram, em diferentes graus, suportes relevantes para reduzir vulnerabilidades iniciais.

Além disso, redes comunitárias, espaços religiosos, vizinhança e ambientes de trabalho apareceram como instâncias decisivas de socialização e de aprendizado informal de códigos culturais locais. Contudo, a dinâmica de inserção também foi atravessada por barreiras persistentes. A língua se mostrou como um dos obstáculos mais recorrentes, não apenas por dificultar a comunicação, mas por atuar como marcador simbólico de diferença, influenciando experiências de pertencimento e de reconhecimento. Do mesmo modo, a discriminação, seja explícita, seja sutil, apareceu como elemento que restringe a circulação social e produz inseguranças, levando alguns migrantes a retraírem seus contatos com a comunidade local. Nesse contexto, a inserção sociocultural foi compreendida como processo desigual, sendo mais fluida para alguns, mais árdua para outros, dependendo de gênero, composição familiar, redes de apoio, trajetória laboral e repertório linguístico.

Nesse sentido, esta pesquisa evidenciou que as experiências de inserção sociocultural dos venezuelanos em Parobé são atravessadas por uma tensão constitutiva, pois a cidade se apresenta, simultaneamente, como espaço de acolhida e como espaço de prova. Acolhida, porque oferece condições objetivas para reconstrução

de vida, sobretudo pelo trabalho, pela possibilidade de moradia e por redes institucionais e comunitárias que operam como suporte; prova, porque impõe desafios de reconhecimento, de pertencimento e de travessia cultural, que exigem dos sujeitos migrantes permanente adaptação e reinvenção. Essa tensão não deve ser lida como contradição insolúvel, mas como expressão de um processo social complexo, em que se cruzam dinâmicas regionais de desenvolvimento, regimes locais de identidade e políticas públicas com alcance variável.

Do ponto de vista analítico, um dos principais aportes desta dissertação consiste em explicitar que a inserção sociocultural não se reduz à inserção laboral. Embora o trabalho seja eixo central nas narrativas, frequentemente apresentado como condição para permanecer, sustentar a família e “existir” socialmente, a pesquisa mostrou que o pertencimento demanda, para além da oportunidade de emprego, reconhecimento simbólico, participação em redes, acesso a espaços de convivência e possibilidade de produzir uma vida social que não seja apenas sobrevivência. Nesse sentido, a integração sociocultural é também disputa por lugar no município, lugar na memória coletiva, lugar nas instituições e no imaginário local. A migração venezuelana, ao ocupar o território regional, desestabiliza narrativas sedimentadas sobre “quem pertence” e “como se pertence”, desafiando a comunidade local a ampliar seus repertórios de convivência intercultural.

Além disso, a dissertação apontou que as redes, formais e informais, operam como infraestrutura invisível da inserção. Redes familiares e de amizade, quando presentes, foram narradas como proteção contra a solidão e como facilitadoras de trabalho e moradia; redes religiosas e comunitárias emergiram como espaços de acolhimento e de criação de laços; e redes institucionais, ainda que com limites, contribuíram para reduzir vulnerabilidades. Entretanto, a pesquisa também indicou que redes podem produzir encerramentos; quando a vida social se restringe ao círculo de conterrâneos, diminui-se a exposição a experiências interculturais e, por vezes, reforça-se o sentimento de separação em relação ao entorno. Assim, a dinâmica das redes evidencia que a inserção sociocultural envolve equilíbrio delicado entre proteção identitária e abertura ao novo.

No que diz respeito às implicações do estudo, os resultados sugerem que políticas locais de acolhimento e integração podem ser fortalecidas a partir de três frentes complementares. A primeira é a dimensão linguística e cultural, entendendo que iniciativas de ensino de português, mediação intercultural e produção de espaços de convivência, como em escolas, centros comunitários, bibliotecas e equipamentos culturais, podem ampliar a capacidade de participação social e reduzir a sensação de

estranhamento. A segunda é a dimensão do reconhecimento institucional, uma vez que ampliar o acesso a informações, consolidar fluxos de atendimento e fortalecer articulações entre assistência social, saúde, educação e trabalho tende a diminuir a “opacidade” burocrática frequentemente enfrentada pelos migrantes. A terceira é a dimensão comunitária, buscando estimular práticas de acolhimento, projetos interinstitucionais e ações de sensibilização que possam contribuir para reduzir estigmas e produzir uma cultura local de convivência mais inclusiva. Não se trata, portanto, de romantizar a integração, mas de reconhecer que a inserção sociocultural é também resultado de políticas e práticas coletivas, e não apenas de esforços individuais.

Como toda pesquisa, esta dissertação possui limites que também abrem possibilidades para investigações futuras. Estudos posteriores podem ampliar o número de participantes e diversificar perfis, incluindo, por exemplo, recortes mais específicos por gênero, geração, composição familiar e trajetória ocupacional. Outra possibilidade é aprofundar a análise comparativa entre municípios do Vale do Paranhana, investigando como variáveis locais – mercado de trabalho, rede de serviços, presença de organizações comunitárias – influenciam a inserção sociocultural.

Pesquisas com foco em escolas e processos de escolarização de crianças e jovens venezuelanos podem revelar, com maior precisão, como se dá a integração no sistema educacional e quais mediações são necessárias para garantir aprendizagem e pertencimento. Do mesmo modo, investigações sobre saúde mental, lutos migratórios e estratégias de cuidado podem iluminar dimensões menos visíveis da migração, frequentemente ocultas por leituras centradas no trabalho.

Ainda, recomenda-se que futuras pesquisas explorem com maior densidade as relações entre migração e economia regional, evitando reduções utilitaristas. O desafio é analisar de que modo a presença migrante, ao mesmo tempo em que responde a demandas por trabalho, produz transformações culturais, institucionais e simbólicas que incidem no desenvolvimento regional. Tal decisão inclui investigar como empresas, sindicatos, associações e poder público constroem narrativas sobre migrantes, quais políticas de contratação são mobilizadas, como se dá a qualificação profissional e quais oportunidades reais de mobilidade social são oferecidas.

Por fim, cabe aqui ratificar a relevância deste estudo para o campo do desenvolvimento regional. Devido ao fato de investigar a inserção sociocultural de venezuelanos em Parobé/RS, a dissertação contribui para compreender a região como espaço dinâmico, produzido por mobilidades, por relações sociais e por disputas de sentido. O desenvolvimento regional, nessa perspectiva, não se restringe a indicadores econômicos; envolve bem-estar social, coesão comunitária, reconhecimento de

diferenças e capacidade institucional de acolher e integrar. Migrantes venezuelanos, ao se estabelecerem em Parobé, participam da vida regional, pois trabalham, consomem, frequentam serviços, criam redes, transformam paisagens culturais e introduzem novas experiências de convivência. Compreender suas narrativas é, pois, compreender também a região em transformação.

Assim, a contribuição central desta pesquisa reside em afirmar que políticas e práticas de integração sociocultural não são um “adendo” humanitário ao desenvolvimento, mas um de seus componentes estratégicos; fortalecer vínculos, reduzir desigualdades, ampliar acesso a direitos e promover convivência intercultural são caminhos para uma região socialmente mais justa, culturalmente mais plural e institucionalmente mais preparada para enfrentar os desafios contemporâneos das mobilidades humanas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Diante da crise de deslocamento sem precedentes, países das Américas seguem oferecendo exemplos de solidariedade e integração**. Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-a-imprensa/diante-da-crise-de-deslocamento-sem-precedentes-paises-das-americas>. Acesso em: 11 out. 2025.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Genebra: ONU, 1951.
- ALVES, U. S. **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a praça Kantuta e o futebol**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2011.
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ARANGO, Joaquín. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. En: **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, N. 165, septiembre, pp. 33-47, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123852_spa. Acesso em: 15 nov. 2024.
- ATAÍDE, Marlene Almeida de. Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa? **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 1, n. 9, p. 103–118, 2016.
- BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro (org.). **Migrações fronteiriças**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 462-474.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n.1, p.119- 143, 2017.
- BARBOZA, Leila Maria; BERNARDO, Cristiane C. S. Português como língua de acolhimento: práticas e desafios no ensino de língua portuguesa para migrantes e refugiados no Brasil. **Revista X**, v. 14, n. 2, p. 115–132, 2019.
- BARROS, J. **Quilombos e comunidades negras no Vale do Paranhana**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BECKER, Í. **Os Kaingang no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995.

BERRÍOS-RIQUELME, José. Labor market insertion of professional Venezuelan immigrants in Northern Chile: precariousness and discrimination in the light of migration policy. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 62, p. 117–132, 2021.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOLDT, Edirlei Leandro; CHEDIAK, Thalyta Karina Correia; BARALDI NETO, João. Migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul: uma luta constante pela decolonialidade e pelos direitos sociais. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 11, p. 69–82, 2023.

BOSA, Rafael; BUGS, Geisa Tamara. A indústria coureiro-calçadista e a configuração da estrutura urbana do Vale do Paranhana. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, p. 172-187, set./dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017.

BRASIL. Operação **Acolhida supera 72,6 mil venezuelanos interiorizados no Brasil**. Gov.br, Brasília, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/04/operacao-acolhida-supera-72-6-mil-venezuelanos-interiorizados-no-brasil>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Resolução Normativa nº 126, de 2 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 mar. 2017.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**; Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/DADOS_CONSOLIDADOS/Dados_Consolidados_2022.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRIGNOL, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. A saga e o sofrimento do outro senegalês: a construção do racismo em representações midiáticas da migração. Chasqui: **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 138, p. 135-151, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6815690>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRUNET, Alice Einloft; WEBER, João Luis de Almeida; BOLASÉLL, Laura Teixeira; CARGNELUTTI, Ezequiel Simonetti; KRISTENSEN, Christian Haag; PIZZINATO, Adolfo. **Psicologia, saúde & doenças**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde, v. 20, n. 2, p. 491-502, ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15309/19psd200217>. Acesso em: 5. set. 2024.

BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. Prefácio: um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

CALDERÓN-JARAMILLO, Mariana; PARRA-ROMERO, Diana; FORERO- MARTÍNEZ, Luz Janeth; ROYO, Marta; RIVILLAS-GARCÍA, Juan Carlos. Migrant women and sexual and gender-based violence at the Colombia-Venezuela border: a qualitative study. **Journal of Migration and Health**, v. 1-2, p. 100003, 2020. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666623520300039>. Acesso em: 5 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jmh.2020.100003>.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (comp.). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 57-70.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, jul. 1983.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARREIRA, S. de S. G. Migração, identidade e memória em O cisne e o aviador, de Heliete Vaitsman. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 52, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10241/9063>. Acesso em: 4 set. 2024.

CASTLES, Stephen. International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. **International Social Science Journal**, v. 52, n. 165, p. 269-281, 2000.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 4. ed. New York: Guilford Press, 2009.

CASSARINO, Jean-Pierre. Entender os vínculos entre a migração de retorno e desenvolvimento. In: A dimensão exterior das políticas de imigração na União Europeia. **V Seminário Imigração e Europa**, Fundação CIDOB, Barcelona, 2008. p. 63-87. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1814/10480>. Acesso em: 12 set. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia; OLIVEIRA, Marcio de. **A imigração Haitiana no Brasil**: Características Demográficas na região Sul e no Distrito Federal, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro. Desafios para políticas públicas. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 21-35, 2017. DOI: 10.5418/RA2015.1116.0002. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6423>. Acesso em: 21 set. 2024.

CLARO, C. de A. B. As migrações internacionais no Brasil sob uma perspectiva jurídica: análise da legislação brasileira sobre estrangeiros entre os séculos XIX e XXI. **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 119-210, 2015.

COLOMBO, Marcelo. A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 89-93.

CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Estatísticas de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

CRESSWELL, Tim. Mobilities I: Catching up. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 4, p. 550-558, 2011.

Demétrio, N. B., Baeninger, R., & Domeniconi, J. de O. S. (2023). Imigração haitiana no Brasil: questão humanitária e reunião familiar. **REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, 31(67), 177–195.
<https://doi.org/10.1590/198085852503880006711>. Acesso em: 18 set. 2024.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz de Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 1991.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1991.

DESROSIERS, Ismane. A luta pelo espaço: a situação dos imigrantes haitianos no centro de São Paulo. **Espaço Aberto**, v. 10, n. 2, p. 185–203, 2020. DOI: 10.36403/espacoaberto.2020.32557. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/32557>. Acesso em: 23 set. 2024.

DIMINESCU, Dana. Le migrant connecté: pour un manifeste épistémologique. **Migrations/Société**, v. 17, n. 102, p. 275-292, 2007.

DO POVO DIGITAL. Parobé lança programa pioneiro de acolhimento para alunos migrantes. **Do Povo Digital**, 3 out. 2025. Disponível em: <https://dopovodigital.com.br/ultimas/03/10/2025/parobe-lanca-programa-pioneiro-de-acolhimento-para-alunos-migrantes/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

DUARTE, Fábio; FREY, Klaus. Redes urbanas. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EBERHARDT, Leonardo Dresch; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo; BONFATTI, Renato José; MIRANDA, Ary Carvalho de. Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 676-686, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/0103-1104201811811.

ELLIOTT, Anthony; URRY, John. **Mobile lives: self, excess and nature**. Abingdon: Routledge, 2010.

ENGELMANN, C. **História do Vale do Paranhana: indígenas e colonização**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FAUSTINO, Deivison; OLIVEIRA, Anderson. Xenofobia, racismo e migração: notas sobre o “outro” na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 105, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCHI, C. **Migração venezuelana e legislação brasileira: impactos da nova Lei de Migração**. 2018.

GEVEHR, Daniel Luciano. **História e memória de Sapiranga: narrativas sobre o tempo e o espaço da cidade**. Estância Velha: Z Multi Editora, 2025.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 155-161.

GIL, Carlos Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, Pedro Henrique Conte et al. Migração, racismo e xenofobia: tensões e desafios nos dispositivos de saúde mental de um município do sul do Brasil. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 23, n. 2, p. 45-67, 2024.

GIL, Pedro Henrique Conte; PIZZINATO, Adolfo. Análise psicossocial do processo migratório de haitiano(as) ao Brasil: uma perspectiva interseccional de raça-etnia, gênero e idade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 31, n. 69, p. 147–165, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-8585250380006811>. Acesso em 10 set. 2025.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço da migração: entre o aqui e o lá**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

GLICK-SCHILLER, Nina. Transnationality: constructing transnational processes and identities. **Current Sociology**, v. 47, n. 2, p. 19-39, 1999.

GUIZARDI, Menara Lube; MARDONES, Pablo. Las configuraciones locales de odio. Discursos antimigratorios y prácticas xenofóbicas en Foz de Iguazú, Brasil. **Estudios Fronterizos**, Mexicali, v. 21, p. 1-24, março 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/estfro/v21/2395-9134-estfro-21-e045pdf>. Acesso em 10 set. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

JAROSCHINSKI-SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília**, v. 29, n. 63, p. 123-139, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>.

- JUNGER et al. **Relatório sobre solicitações de refúgio no Brasil**. Brasília: CONARE, 2022.
- JUNGER et al. **Dados atualizados sobre migração e refúgio no Brasil**. Brasília: CONARE, 2023.
- KUSCH, Rodolfo. **Geocultura del hombre americano**. Rosario: Fundación Ross, 2012
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História oral**: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). (Re)introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.
- LASH, Scott; URRY, John. **Economies of signs and space**. London: Sage, 1994.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria. La periferia autoconstruida: migraciones, informalidad y segregación urbana en Argentina. **EURE**, Santiago, v. 46, n. 138, p. 5-23. maio 2020. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/3147/1282>. Acesso em: 09 set. 2024.
- MARQUES MARTINS, Isis do Mar. Geografias da imigração haitiana para o Brasil. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 14, n. 1, 2018. DOI: 10.12957/tamoios.2018.30652. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/30652>. Acesso em: 23 set. 2024.
- MARTÍNEZ CABRERO, José Manuel (coord.). **Diáspora de talentos venezolanos**: características de una migración de alta calificación. Caracas: Academia Nacional de la Ingeniería y el Hábitat, 2021.
- MATANGRANO, Bruno Anselmi. O ensino do português como língua de acolhimento em contexto pluriétnico: desafios e propostas. **Letras de Hoje**, v. 58, n. 1, p. e44794, 2023. DOI: 10.15448/1984-7726.2023.1.44794. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/44794>. Acesso em: 23 set. 2024.
- MATTEDI, Marcos Antonio; ROSA, Josely Cristiane. Novas mobilidades: o panorama atual das migrações contemporâneas e os direitos humanos. **Ponto de Vista Jurídico**, Caçador, v. 9, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2020.
- MAX-NEEF, Manfred A. **Desenvolvimento ao escopo humano**: uma opção para o futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MELDE, Susanne *et al.* **Introduction**: the South–South migration and development nexus. In: ANICH, Rudolf et al. (ed.). A new perspective on human mobility in the South. Heidelberg: Springer, 2014.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; PRAZERES, Lílian Lima Gonçalves dos. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**,

Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 25-52, fev./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v23i45/46.11100>.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA, D. A. F. de. **Comunidade Quilombola do Paredão Baixo: resistência e identidade cultural**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2018.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus* imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p. 15–47, 2017. DOI: 10.5433/2176-6665.2017v22n1p15. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/29616>. Acesso em: 23 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 28 jul. 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 2 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**. Nova York, 31 jan. 1967. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/protocolo-de-1967/>. Acesso em: 2 out. 2025.

PACHI, Priscilla. A imigração haitiana e as mudanças no espaço urbano da cidade de São Paulo. **Ideias**, Campinas, SP, v. 11, p. e020005, 2020. DOI: 10.20396/ideias.v11i0.8658449. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8658449>. Acesso em: 24 set. 2024.

PEDRAZA, Victor Hugo Rentería; ROMERO, David Rocha; GUTIÉRREZ, José Guadalupe Rodríguez. Asimilación e integración social: un estudio de caso en menores migrantes de retorno asentados en ciudades fronterizas del norte de México. **Región y sociedad**, Hermosillo, v. 29, n. 69, p. 5-29, maio/ ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?scriptsciarttext&pidS187039252017000200005>. Acesso em: 08 set. 2024.

PERIN, Luana Nascimento; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Direitos Humanos e Migrações: o exercício da solidariedade e empatia como perspectiva de um Estado cidadão. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 138, p. 35-51 ago./nov. 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; BERNER, Vanessa Oliveira Batista; FRANÇA, Julia Monteath. Os estudantes africanos no Brasil na perspectiva da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 757-787, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/18703>. Acesso em: 11 set. 2024.

PIZZINATO, Adolfo; SILVEIRA, Thomas; WEBER, João Luis; HUGO, Brayan Pereira. Mídias sociais e relações de apoio: redes da imigração haitiana. **Psicologia Política**, v. 22, n. 54, p. 378-393, 2022.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25–39, 1997.

PRADO, Adriano; OLIVEIRA, Milton Rosa de. Etnomatemática e educação intercultural: experiências com imigrantes haitianos e venezuelanos em um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) em São Paulo. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, v. 16, n. 2, p. 1–20, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

PEREIRA, Adriana Luzia. **O movimento migratório da zona urbana para a zona rural de Parobé/RS**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2013.

PREFEITURA DE PAROBÉ. **História do município de Parobé**. Parobé, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2013.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry; REINHEIMER, Dalva Neraci; SMANIO, Elaine; WASCHBURGER, Élen (org.). **Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Parobé**. Taquara: FACCAT, 2025. ISBN 978-65-87502-39-7. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/2025/ipar.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ROCHE, J. **A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRÍGUEZ, Pedro Garrido; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SOTERO, Ana Paula da Silva. El discurso de cualificación de los refugiados y migrantes como enemigos: de las crisis migratorias contemporáneas a la creación de una conjetura de inseguridad social. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 21, n. 8, p. 361- 384, set./ dez. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/4612>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RUSEISHVILI, Svetlana; CHAVES, João. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira? **Plural**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 15-38, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2020.171526. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/171526>. Acesso em: 10 set. 2024.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. 6 ed. México: McGRAWHILL/Interamericana Editores, S.A. De C.V., 2014. Disponível em: <http://187.191.86.244/rceis/registro/Metodolog%C3%ADa%20de%20la%20Investigaci%C3%B3n%20SAMPIERI.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos;).

- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011 [2001].
- SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*. Londres: Cambridge University Press, 1990.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEYFERTH, G. **Colonização alemã no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. 1996.
- SCHULZ, Jéferson Réus da Silva; KÜHN, Daniela Dias. O panorama das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul à luz do seu processo histórico de formação socioeconômica. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 36, n. 1, p. 99-122, 2020. DOI: 10.7867/2317-5443.2020v36n1p099-122.
- SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.
- SILVA, João Carlos Jarochinski. A história por trás dos números: como é a jornada dos venezuelanos acolhidos na fronteira com o Brasil. **G1 Roraima**, 11 jan. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2026/01/11/a-historia-por-tras-dos-numeros-como-e-a-jornada-dos-venezuelanos-acolhidos-na-fronteira-com-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- SILVA, Leda Maria Messias da; LIMA, Sarah Somensi. Os imigrantes no Brasil, sua vulnerabilidade e o princípio da igualdade. In: **Revista Brasileira Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 384-403, ago. 2017. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4804>. Acesso em: 12 set. 2024.
- SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões Augusto. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e71306, 2021.
- SISO, N. A. G.; PICOLOTTO, E. L. Migrações internacionais e trabalho: venezuelanos em áreas do agronegócio no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, e282983, 2023. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.282983.
- SOUZA, Julio César Pinto de; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. **Inserción Social de los Refugiados Colombianos en Manaos, Brasil**. Universitas Psychologica, Bogotá, v. 17, n. 4. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsrepo/647/64757109017/64757109017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- SOUZA, J. B. de; HEIDEMANN, I. T. S. B.; CAMPAGNONI, J. P.; ZANETTINI, A.; SCHLEICHER, M. L.; WALKER, F. Determinantes sociais da saúde que impactam a vivência da imigração no Brasil. **Revista de Enfermagem UERJ**, v. 28, 11 dez. 2020.

Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/53194>. Acesso em: 4 set. 2024.

SPAREMBERGER, R. F. L.; SILVA, A. P. D. Direitos humanos e novos direitos: um olhar para os movimentos migratórios. In: COELHO, L. F.; ALVES, R. T. M.; ROCHA, S. C. (coord.). **Direitos humanos e novos direitos na contemporaneidade**. Francisco Beltrão, PR: Grafisul, 2014.

STAUDT, Taíse. Brasil "sonhado" e Brasil real: impressões e experiências de imigrantes haitianos. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 36, p. 25-39, 13 jun. 2023. DOI: 10.22562/2023.58.02.

TEDESCO, JC. **Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras políticas e inserção social**. Passo Fundo: Acervus, 2023. E-book.

TERRIER, Jean-Christophe. **Migrations internationales et réseaux sociaux transnationaux**. Paris: L'Harmattan, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; TYBUSCH, Francielle Benini Agne; OLIVEIRA, Rafael Santos de. "Crise migratória" e a criação do imaginário social: a necessidade de desconstrução de abordagens midiáticas à luz da nova lei de migração. **Justiça do Direito** [recurso eletrônico], v. 32, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://dspace.almq.gov.br/handle/11037/50572>. Acesso em: 11 set. 2024.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

WAGNER, Mariana Winikor. Vivir la frontera: prácticas sociales y culturales desde los márgenes. **Estudios Fronterizos**, v. 17, n. 34, p. 100–116, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/estfro/v17n34/2395-9134-estfro-17-34-00100.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

WATSON, Scott D. **The securitization of humanitarian migration: digging moats and sinking boats**. London: Routledge, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que tem como tema Desafios, integração e inserção de imigrantes venezuelanos no Vale do Paranhana (Rio Grande do Sul, século XXI) desenvolvido pelo mestrando Daniel Alexandre Nunes, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara/RS, sob orientação do professor Dr. Daniel Luciano Gevehr.

O objetivo central do estudo é analisar o processo migratório e a dinâmica de inserção sociocultural dos imigrantes venezuelanos para o desenvolvimento regional do Vale do Paranhana. Este estudo justifica-se devido à sua relevância acadêmica e social.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

O pesquisador do projeto se compromete com o sigilo e confidencialidade dos dados fornecidos e com a privacidade da identidade dos participantes, e não fará uso dessas informações para outras finalidades, sendo obtido qualquer dado que possa identificá-lo na divulgação da pesquisa. Somente após a análise dos dados obtidos é que será divulgado o resultado coletivo referente ao estudo realizado.

Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da presente pesquisa você estará amparado pela Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A sua participação consistirá em responder um questionário e uma entrevista semiestruturada, que tem como finalidade esclarecer os objetivos do estudo.

As entrevistas e os questionários serão transcritos e armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso aos mesmos o pesquisador e seu professor orientador.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na forma de dissertação e serão examinados perante banca avaliadora.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/2016 e orientações do CEP/FACCAT e com o fim deste prazo, serão descartados.

O benefício indireto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa resultará em aprofundamento da temática sobre imigrações contemporâneas no Brasil que poderá acarretar outros estudos.

O presente estudo apresenta riscos mínimos relacionados ao possível desconforto ao lhe fazer algumas perguntas pertinentes ao tema. Mas, se eventualmente isso ocorrer, poderá se manifestar para o acadêmico e seu orientador conforme explicitado neste termo.

Se você tiver perguntas com relação a seus direitos ou questões éticas como participante deste estudo, você também pode contar com um contato imparcial junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faccat, situado no 2º piso do Prédio administrativo – Campus das Faculdades Integradas de Taquara.

Desde já agradeço sua disponibilidade na participação deste trabalho e coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação ou sobre a pesquisa ao pesquisador. Este termo deverá ser assinado em duas vias, todas as páginas deverão ser rubricadas, uma fica com você e a outra deve ser entregue ao pesquisador.

Pesquisador: Daniel Alexandre Nunes

Tel.: (51) 995680513

E-mail: danielnunes@sou.faccat.br

Professor(a) orientador(a): Dr. Daniel Luciano Gevehr

Tel.: (51) 999662638

E-mail: danielgevehr@hotmail.com

(Assinatura do Participante)

_____/_____/_____
Dia mês ano

(Assinatura Pesquisador)

____/____/____
Dia mês ano

APÊNDICE B - MODELO DE INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Questionário - Secretaria de Assistência Social de Parobé/RS

1. Nome completo:
2. Cargo/Função:
3. Há quanto tempo trabalha no CRAS de Parobé?
4. Quantas famílias de venezuelanos estão cadastradas no CRAS atualmente?
5. Desde quando o CRAS começou a atender imigrantes venezuelanos?
6. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes venezuelanos ao chegarem em Parobé?
7. Há presença de redes de apoio (familiares, amigos, igrejas, ONGs) que influenciam essa escolha?
8. Como ocorre o acesso dos imigrantes venezuelanos aos serviços públicos do município, como saúde, educação, e assistência social?
9. Como você descreveria o perfil social dos imigrantes que chegaram ao município de Parobé, considerando origem, idade, escolaridade e condições de trabalho?
10. Como os imigrantes enxergam o futuro em Parobé? Há interesse em permanecer na cidade ou planejam migrar novamente?
11. Existe algum outro ponto relevante que você acredita que deve ser considerado na pesquisa sobre os imigrantes venezuelanos em Parobé?

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - IMIGRANTES

Categoria - Integração cultural:

- a) Como foi sua chegada a Parobé? Quais foram os primeiros desafios que você enfrentou?
- b) Quais são as principais diferenças culturais que você percebe entre a Venezuela e o Brasil?
- c) Você participa de atividades culturais ou eventos na comunidade? Qual(is)?
- d) Quais são as maiores dificuldades em relação à língua portuguesa?

Categoria - Redes sociais e apoio:

- a) Quais são as suas principais redes de apoio em Parobé? Você tem familiares, amigos na cidade?
- b) Há redes de apoio para sua integração na cidade?
- c) As redes de apoio existentes contribuíram para a sua integração?
- c) Você conhece ou participa de alguma organização ou grupo de apoio a imigrantes?
- d) Como você está avaliando o apoio oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social?
- e) Como você avalia a receptividade dos brasileiros em relação aos venezuelanos?
- f) Você tem contato com outros imigrantes venezuelanos na cidade?

Categoria - Identidade e pertencimento:

- a) Como você se sente em relação à sua identidade venezuelana vivendo no Brasil?
- b) Você sente que pertence à comunidade de Parobé? Por quê?
- c) Como você lida com as diferenças culturais no seu dia a dia?
- d) Você mantém contato com familiares e amigos na Venezuela?
- e) Você sente que sua cultura é respeitada em Parobé?

Categoria - Experiências de discriminação e preconceito:

- a) Você já vivenciou alguma situação de discriminação ou preconceito em Parobé?
- b) Como essas experiências afetaram sua integração na cidade?

- c) Você acredita que a discriminação e o preconceito são problemas comuns para os imigrantes venezuelanos em Parobé?
- d) Como você lida com situações de discriminação ou preconceito?
- e) Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta no mercado de trabalho?